



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ÉRICA AMANDA DE OLIVEIRA

EXPRESSÕES DO FEMININO EM DISPUTA: EDUCAÇÃO DE GÊNERO NO
PONTIFICADO DE PIO XII (1939-1958)

CURITIBA
2019

ERICA AMANDA DE OLIVEIRA

EXPRESSÕES DO FEMININO EM DISPUTA: EDUCAÇÃO DE GÊNERO NO
PONTIFICADO DE PIO XII (1939-1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa - História e Historiografia da Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira.

CURITIBA
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Erica Amanda de.

Expressões do feminino em disputa : educação de gênero no
Pontificado de Pio XII (1938-1958) / Erica Amanda de Oliveira. –
Curitiba, 2019.

167 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira

1. Mulheres e religião. 2. Igreja – Catolicismo. 3. Educação –
História (1938-1958). 4. Pio XII, Papa, 1876-1958. I. Título. II.
Universidade Federal do Paraná.



UFPR 165
ANOS DE ORÇULHO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ERICA AMANDA DE OLIVEIRA**, intitulada: **EXPRESSÕES DO FEMININO EM DISPUTA: EDUCAÇÃO DE GÊNERO NO PONTIFICADO DE PIO XII (1939-1958)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovada no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Março de 2019.


CARLOS EDUARDO VIEIRA
Presidente da Banca Examinadora


MATHEUS DA CRUZ E ZICA
Avaliador Externo (UFPB)


NADIA MARIA GUARIZA
Avaliador Externo (UNICENTRO)


LIANE MARIA BERTUCCI
Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

A trajetória de um processo de pesquisa é bastante extenuante. Exige muito empenho e intensidade. Os desafios são inúmeros desde o mapeamento das fontes até a construção da narrativa histórica. Para obter êxito neste caminho, foi preciso contar com o apoio de pessoas capazes de tornar esta jornada instigante e, além disso, que pudessem contribuir com o aprimoramento de minha formação acadêmica. Foram muitos os contribuintes nestes dois anos de pesquisa para que esta dissertação completasse seu curso e viesse a compor o universo de possibilidades para compreensão dos fenômenos históricos.

Agradeço, inicialmente, à professora Jaci de Fátima Souza Candioto, responsável por me apresentar, no quinto período do curso de psicologia na PUCPR, à temática que me encantou e a qual transpus em trabalho. A disciplina de *Cultura Religiosa*, que você ministrou à minha turma, marcou minha trajetória e me fez capaz de seguir em frente mesmo em meio às fragilidades inerentes.

Agradeço ao *Programa de Pós-Graduação em Educação*, por ter facultado o vínculo institucional, possibilitando a continuidade de minha formação, e aos docentes com os quais tive a oportunidade de trocar experiências ao assistir suas disciplinas, todos muito qualificados e de profissionalismo inquestionável. Assim como às secretárias do programa, que sempre dispostas, me auxiliam prontamente nas diversas questões burocráticas que envolvem o curso de Mestrado.

Agradeço à linha de pesquisa de *História e Historiografia da Educação*, pela atenção, acompanhamento e interlocução durante todo meu processo formativo. De modo particular, expresso minha gratidão às professoras Doutoras Gisele de Souza, Dulce Regina Baggio Osinski, Nádia Gaiofatto Gonçalves e Liane Maria Bertucci. Vocês foram fundamentais em minha constituição mesma, pessoal e acadêmica, me inspirando, incentivando e encorajando a pensar a história da educação de forma dinâmica e ampliada.

À CAPES, pelo auxílio direcionado a esta pesquisa, o qual foi essencial para o bom encaminhamento das minhas atividades como pesquisadora. Pude dedicar um tempo de maior qualidade aos estudos neste período de mestrado, que fez muita diferença na construção desta dissertação.

Agradeço de modo muito singular e especial ao GPHIE (Grupo de Pesquisa História Intelectual e Educação), pelas inquietantes interlocuções e reflexões. A contribuição de cada colega, professor, professora, trouxe um conhecimento incomensurável, marcando positivamente minha capacitação como pesquisadora.

Ao Carlos Eduardo Vieira, meu professor e orientador, agradeço o tempo, disponibilidade e atenção para com a trajetória acadêmica que pude desenvolver. Sou grata por tê-lo como orientador e protagonista no processo formativo que vivenciei intensamente. Reconheço a grande importância e significado deste período para mim! Percebo ter conseguido desenvolver habilidades e competências para uma vida toda! Todo este caminho e aprendizado não teria sido possível sem os seus competentes apontamentos, atenção e paciência.

À empresa *EspanghishTraduções & Interpretações Simultanêas*, pelo serviço prestado com as traduções de documento do Francês e do Italiano, pois tanto o Mario Diniz quanto a Victoria Khorosheva desempenharam um ótimo trabalho! Foi muito importante contar com o profissionalismo e competência de vocês, muito obrigada!

Ao Rafael da Silva Fernandes, pelo serviço prestado com as traduções de documento do Inglês e do Espanhol. Agradeço muito sua dedicação e profissionalismo! Você foi muito eficiente e fez um excelente trabalho, obrigada!

Agradeço a banca de qualificação e defesa composta por Liane Maria Bertucci, Nádia Maria Guariza, Mateus da Cruz e Zica e Carlos Eduardo Vieira. A participação de vocês culminou nesta dissertação. Foi extraordinário tê-los como interlocutores nesta empreitada! Os seus apontamentos, esclarecimentos, críticas e sugestões, me apontaram o reto caminho para a consolidação desta etapa da pesquisa. Muito grata por aceitarem marcar minha trajetória!

Ao Enderson Lopes Guimarães, com quem compartilho meus dias, vida, sonhos e os projetos. Em todos os momentos, o seu apoio, paciência e compreensão foram determinantes para que a presente pesquisa adquirisse a necessária envergadura. Sou grata por todo incentivo, confiança e suporte! Amo você!

À minha família agradeço a compreensão pela ausência, devida exclusivamente ao tempo requerido pelos estudos. Vocês são incríveis! Amo vocês!

RESUMO

Esta pesquisa investiga a educação de gênero no discurso católico em tensão com as expressões do feminino que estavam em disputa em torno do ideal de mulher cristã no período de 1939 a 1958, durante o pontificado de Pio XII. Tendo como objetivo analisar os posicionamentos da Igreja Católica em relação à mulher, de modo mais particular identificando qual o lugar que essa ocupava no debate encarado pela instituição naquele momento. Para responder às indagações que norteiam este estudo, valeram os documentos oriundos da Igreja Católica, disponíveis na base da biblioteca online do Vaticano. As modalidades de documentos selecionados como fontes para esta pesquisa foram: Audiências Gerais; Cartas Encíclicas; Discursos; O Catecismo da Igreja Católica; O Código de Direito Canônico; e Bíblia Pastoral. Restringimo-nos ao estudo das fontes que se encontravam nos idiomas Português, Italiano, Francês, Inglês e Espanhol. As fontes foram analisadas de acordo com o proposto por John Greville Agard Pocock em sua obra “Linguagens do ideário Político”. Esta modalidade de análise é denominada *Contextualismo Linguístico (CL)*. No primeiro capítulo deste estudo, *O pontificado de Pio XII na Igreja Católica (1939-1958)*, buscamos delinear o cenário histórico que a Igreja Católica enfrentava durante o pontificado de Pio XII. Procuramos nos ater a reconstrução do contexto linguístico do debate público que a Igreja Católica participava naquele momento por meio dos fragmentos históricos expressos nos documentos analisados, os quais nos possibilitaram identificar os principais temas que estavam em discussão no período em estudo. No segundo capítulo, *Eixos do debate católico na primeira metade do século XX*, apresentamos o itinerário do feminino no discurso católico e a análise do lugar que a mulher ocupava no debate religioso no período, elucidando as expressões do feminino em disputa com o ideal de mulher cristã proposto pela Igreja Católica. Desenvolvemos ainda a análise e interpretação das interações entre o feminino e o masculino, buscando identificar possíveis mudanças sociais expressas nos documentos que se referem à articulação dos papéis entre homem e mulher, ou seja, se há demonstração de alteração no discurso da Igreja Católica quanto às relações de gênero.

Palavras-chave: História Intelectual; História da Educação; Contextualismo Linguístico; Religião; Educação de Gênero.

ABSTRACT

This research investigates gender education in Catholic discourse in tension with the expressions of the feminine that were in dispute with the ideal of Christian woman from 1939 to 1958 during the pontificate of Pius XII. Its purpose is to analyze the positions of the Catholic Church in relation to women, in a more particular way identifying the place that she occupied in the debate faced by the institution at that time. To answer the questions that guide this study, it's used documents originating from the Catholic Church were available at the Vatican's online library base. The modalities of documents selected as sources for this research were: General Audiences; Encyclical Letters; Speeches; The Catechism of the Catholic Church; The Code of Canon Law; and Pastoral Bible. We restrict ourselves to the study of the sources that were in the languages Portuguese, Italian, French, English and Spanish. The sources were analyzed according to the one proposed by John Greville Agard Pocock in his work "Languages of the political ideology". This mode of analysis is called Linguistic Contextualism (CL). In the first chapter of this study, *Pius XII's pontificate in the Catholic Church (1939-1958)*, we sought to delineate the historical scenario that the Catholic Church faced during the pontificate of Pius XII. We sought to reconstruct the linguistic context of the public debate that the Catholic Church was participating in at that time through the historical fragments expressed in the documents analyzed, which enabled us to identify the main themes that were under discussion at that time. In the second chapter, *Axes of the 20th Catholic debate in the first half of the 20th century*, we presented the itinerary of the feminine in Catholic discourse, the place occupied by women in the religious debate during the period under study, elucidating the feminine expressions in dispute with the ideal of woman proposed by the Catholic Church. Thus we try to identify the interactions between the feminine and the masculine, seeking to identify possible social changes expressed in the documents that refer to the articulation of roles between men and women, as well as, if there is a demonstration of a change in the discourse of the Catholic Church in relation to the perception of the place of the masculine and the feminine.

Keywords: Intellectual History; History of Education; Linguistic Contextualism; Religion; Education of Gender.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
<u>1</u> O PONTIFICADO DE PIO XII NA IGREJA CATÓLICA (1939-1958)	26
1.1 DE EUGENIO PACELLI A PAPA PIO XII: DO HOMEM À INSTITUIÇÃO	26
1.2 LUGAR DE ENUNCIAÇÃO: UMA QUESTÃO DE AUTORIDADE	48
<u>2</u> EIXOS DO DEBATE CATÓLICO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	86
2.1 AS EXPRESSÕES DO FEMININO EM DISPUTA (1939-1958)	103
2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E O CASAMENTO CATÓLICO	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS.....	156
FONTES	160

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe-se a investigar o discurso católico praticado durante o pontificado de Pio XII, que envolve o período de 1939 a 1958, um discurso que atuou como voz institucional da Igreja Católica em relação às práticas, valores sociais e mudanças culturais, notadamente no que se refere ao feminino, ao masculino e à relação entre ambos. Observamos neste estudo a propriedade educativa do discurso religioso católico, que objetiva modificar o comportamento das pessoas, atuando nas suas percepções de mundo e interferindo no modo com que se portam e experimentam a própria dimensão individual e coletiva.

A proposta de investigação apresentada nesta dissertação de mestrado teve como objetivo central analisar os posicionamentos da Igreja Católica em relação à mulher e, de modo mais particular, identificar qual o lugar que essa ocupava no debate religioso naquele momento.

Deste modo, buscou-se identificar as intervenções da Igreja Católica em relação à regulação e prescrição relativas ao modo de a mulher se portar e se relacionar, em consonância com as tendências em ascensão no período estudado, partindo do pressuposto de que estas orientações e normativas correspondiam a um lugar ideal para a mulher cristã, que se confrontava com outras possibilidades de escolha, além da religiosa, para sua constituição pessoal e de suas relações sociais.

Considerou-se, também, nesta investigação, como aparecia o homem no discurso católico do respectivo período em análise, estabelecendo correlações que demonstram a representação da relação entre os sexos proposta pela Igreja Católica durante o pontificado de Pio XII.

As primeiras inquietações para esta pesquisa surgiram no decorrer do quinto período do curso de Psicologia que cursava na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, quando tive a oportunidade de participar da disciplina de Cultura Religiosa, ministrada pela professora Doutora Jaci de Fátima Souza Candiottto. Naquela ocasião, pude conhecer diversas religiões e religiosidades. Em contato com estas temáticas, passei a refletir sobre o modo diferenciado que a mulher e o homem apareciam em cada uma delas. Inclusive, desenvolvi uma sensibilidade nova para perceber a importância das temáticas atinentes à categoria de gênero e religião.

Posteriormente, tive a oportunidade de participar pela segunda vez do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica (PIBIC), então com orientação no âmbito da Teologia. Foi quando me aproximei e pude intensificar a pesquisa teológica e pude ainda aprofundar a reflexão ao conhecer um pouco mais sobre as repercussões da religião cristã católica na manutenção de estruturas da organização social ou, vice-versa, na descontinuidade dos padrões e legados dos então antigos discursos da alta hierarquia da Igreja Católica.

Nesta pesquisa afloramos primeiros questionamentos a respeito da compreensão histórica do lugar reservado à mulher na matriz do discurso católico, bem como o questionamento a respeito de alguma mudança que este discurso houvesse sofrido em algum momento no que concernia a seu sentido. Deste modo, foi possível recorrer à historiografia com a intenção precípua de me aproximar destes discursos, e isso representou a oportunidade de pensar no reconhecimento da mulher como uma participante ativa, não como uma mera componente acidental¹.

Fundamentalmente, pelo fato de a moral religiosa católica estar sempre em negociação e disputa ao longo da história, a produção de significados que esta promove e difunde mantém relação e tensão com a dinâmica social dos sucessivos períodos históricos. De acordo com os fatores culturais, políticos, econômicos e religiosos ocorrem mudanças e inovações impetradas por parte da alta hierarquia. Evidentemente nisso se consiste em um problema crucial à pesquisa: uma questão é estudar conteúdos relacionados à alta hierarquia e outra é estudar as práticas dos fiéis e religiosos do baixo clero (Bispos, Padres, Diáconos, Freiras, dentre outros).

O discurso da alta hierarquia da Igreja Católica, organizada em instâncias eclesiais, tem por característica ser normativo e maniatado ao edifício doutrinal e dogmático da instituição. A prática dos fiéis, em grande medida, difere do que seria um seguimento à risca do proposto na matriz do discurso católico. Nisso consiste a pluralidade de compreensões, intenções, interesses e ações que produzem

¹ O termo acidental faz referência às diferentes hermenêuticas dos textos bíblicos e do discurso católico em relação à compreensão do lugar da mulher ao longo da história, os quais, em grande medida, a inferiorizavam. Neste aspecto, é necessário considerar que “a redefinição da relação entre homem e mulher em termos de reciprocidade (em vez de hierarquia) leva a redefinir a relação entre seres humanos e natureza” (GIBELLINI, 1992, p. 115). Por isso, em muito o enredo de Gênesis 2- 3, pode se mostrar como texto clássico da interpretação patriarcal. Deste modo, sem uma releitura contextual na perspectiva das relações de gênero “é fácil deduzir a inferioridade ôntica e ética da mulher” (GIBELLINI, 1992, 91).

catolicismos, modos diferentes de se portar e incorporar a moral religiosa que emana da instituição e de sua tradição² ao longo do tempo.

Ao intensificar os estudos encontraram-se muitas referências ao pontificado de Pio XII como herança para a Igreja e seus teólogos, incluindo a sua importância para as origens do Concílio Vaticano II. Soffiatti (2016, p. 223) destaca que “os pronunciamentos de Pio XII respondiam em grande medida às questões contemporâneas – por isso, foram reeditadas pelo concílio”, evidentemente por estar em consonância com a conexão buscada pelo papa entre as práticas sociais e as ideias católicas.

Como resultado destas buscas emergiu a necessária compreensão de que muitas das teses defendidas no pontificado de Pio XII foram mantidas na ocasião do Concílio Vaticano II ou lhe serviram de subsídio para as discussões que aconteceram durante esse momento importante para a Igreja Católica. Os documentos conciliares

representam uma resposta às mudanças em curso na Igreja e no mundo: a Igreja, consciente de sua intrínseca e estrutural relação com o mundo, questionou-se responsabilmente sobre as formas de um renovado encontro com o homem moderno. (ZAGHENI, 2011, p. 381).

Encontramos inclusive evidências nas quais o pontífice Bento XVI reforça o discurso linear e edificante da Igreja em relação ao pontificado de Pio XII. Por ocasião de um congresso sobre a *A herança do magistério de Pio XII e o Concílio Vaticano II*, promovido em 2008 pelas Universidades Lateranense e Gregoriana, Bento XVI descreve o pontificado de Pio XII como uma fonte influente e muito citada nos documentos conciliares. Sobretudo, Bento XVI enaltece o pontificado de Pio XII como chave interpretativa para compreensão da postura da Igreja Católica para com as sucessivas gerações cristãs. (DISCURSO DE BENTO XVI, 08/11/2008)³.

²Para pensar sobre a tradição da Igreja Católica, o conceito de tradição seletiva de Williams (2011) nos auxilia na compreensão dos significados e práticas incorporados ou negligenciados pela instituição. Sobretudo, quanto ao mecanismo de escolha, ênfase ou exclusão de aspectos doutrinários e dogmáticos de sua cultura dominante, assumida como tradição, a partir de um processo de reinterpretação das práticas sociais.

³ Este formato de citação se refere aos documentos oriundos da Igreja Católica disponível na base de dados online do site da Santa Sé – Vaticano. Devido à ausência de normatização específica para padronizar citação de documentos utilizados como fontes históricas, o modelo das respectivas citações no texto compreende a escolha da autora. A definição procura atender a descrição da modalidade de documento (Constituição Apostólica, Discursos, Encíclica, entre outros), seguida do tema (título), e por fim pela data que foram publicados e/ou enunciados.

O XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, amplamente conhecido como Concílio Vaticano II, foi o “último de vinte concílios, mediante os quais a Igreja Católica definiu em grande medida a sua trajetória. Este concílio é o último elo dessa longa corrente, marcada pelas experiências do passado” (ZAGHENI, 2011, p. 341). O fomento exercido quanto à necessidade de um novo concílio não era novo, pois já durante o pontificado de Pio XI e, principalmente, de Pio XII esta possibilidade já era analisada com vistas a completar e concluir o concílio Vaticano I, suspenso em 1870 (ZAGHENI, 2011).

As funções conciliares abarcaram pontos de importância: a definição doutrinária da fé cristã e sua delimitação; a luta contra os aparentes erros que surgiam na apropriação doutrinária; a orientação do comportamento dos crentes em termos disciplinares; a elaboração e produção de normas disciplinares, dogmáticas, canônicas, e demais especificidades da instituição. O XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, por exemplo, foi tido como uma ocasião de transição histórica para uma nova fase, com a “recuperação dos elementos fortes e permanentes da tradição, julgados aptos a alimentar e garantir a fidelidade evangélica nesse tão difícil período de transição” (ZAGHENI, 2011, p. 351).

O pontificado de Pio XII foi tomado como parte de um legado pelos pontífices que lhe sucederam, a saber, João XXIII e Paulo VI, notadamente por ocasião do Concílio Vaticano II realizado durante os pontificados desses últimos. Por esta razão, é percebido como chave interpretativa potencial para pensar o discurso católico contemporâneo, no qual, neste caso, optamos por investigar as imagens do feminino que estavam em disputa no discurso religioso da Igreja Católica durante o período que corresponde ao recorte temporal de 1939 a 1958.

Para seguir em frente com as especificidades desta pesquisa, foi preciso definir o programa de pós-graduação e a linha de pesquisa que melhor contribuiria com a pesquisa do problema que nos inquietava. Foi por reunir as melhores práticas e ferramentas para o fim pretendido que se deu a escolha por situar esta pesquisa no âmbito da Educação, mais especificamente na linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação.

Após a aproximação com a psicologia no tocante as suas perspectivas de investigação dos fenômenos religiosos e das investigações teológicas nas perspectivas das relações de gênero, situar esta pesquisa no âmbito educacional, mais precisamente na perspectiva da História da Educação foi algo que se

desenvolveu ao se perceber as relações e o potencial historiográfico do problema do discurso religioso, que repercute diferentemente com força educativa no controle das práticas femininas e masculinas de seu tempo, penetrando diversas camadas das esferas sociais, vindo a perpassar e se manter presente em diferentes momentos da história.

Atualmente, muitos estudos históricos voltam suas forças para dar conhecimento das ações das mulheres ao longo da história, tirando-as da invisibilidade e emergindo-as à luz da visibilidade, deixando estas de ser objeto de estudo redigido por homens e passando a ser sujeitos produtores dos significados de sua própria história, visto que desde os anos 1970, ao emergir a *História das Mulheres* como um campo temático, houve expressiva ruptura com muitos dos estereótipos e representações das mulheres sendo, talvez essa, uma das suas características mais eloquentes (ALGRANTI, 2002).

A crítica em relação à produção da escrita sobre as mulheres, que era, em grande medida, realizada por homens antes da década de 1970, está relacionada com o silenciamento das evidências quanto às experiências e práticas das mulheres, ou seja, a ausência de registros, visto que

para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígio. (PERROT, 2008, p. 21).

Importa pontuar que esta discussão elenca a perspectiva de que a mulher, em meio às tensões entre o imaginário social⁴ e sua realidade subjetiva, empreendeu lutas silenciosas que evidenciaram suas conquistas ao longo da história.

Durante mais de vinte anos, muitas transformações aconteceram na *História das Mulheres*, tornando-se possível a compreensão dos papéis e funções sociais desempenhados pelas mulheres em diferentes contextos. Com a produção de uma história a partir das relações de gênero, evidenciou-se que tanto homens como

⁴ O imaginário social é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única “real”. Em contrapartida, as ciências humanas tendem cada vez mais a considerar que os sistemas de imaginários sociais só são “irreais” quando, precisamente, colocados entre aspas (BACZKO, 1985).

mulheres experienciam de formas diferentes as mesmas situações quanto à educação de gênero (ALGRANTI, 2002).

Esta realidade das experiências subjetivas de homens e mulheres, que experimentam situações similares de enquadramento social, demanda a flexibilização da operação historiográfica em relação à categoria de gênero. Há, comumente, uma tendência de pressupor a dominação masculina em estudos como esse, que investigam as mulheres na religião, sobretudo quando relacionado à matriz de discursos institucionais, como o católico da alta hierarquia.

Nesta perspectiva, ressalta-se que buscamos compreender a hierarquização entre os gêneros como mais uma forma de relação de força, um micro poder, compreendido por Scott (1995) como uma primeira forma de exercício de poder. Deste modo, na presente pesquisa histórica temos como pauta de investigação e interesse as questões atinentes à educação de gênero e seus fragmentos expressos nas fontes oriundas da Igreja Católica. Ao longo de nossa análise das fontes, diversos assuntos foram identificados e estão correlacionados com temas de estudos sobre o pontificado de Pio XII na Igreja Católica.

Estes temas de estudos, em grande medida, fazem referência à Segunda Guerra Mundial; ao genocídio dos judeus; ao projeto de civilização cristã; doutrina social da Igreja; perspectivas educacionais para as crianças e jovens; as heranças do respectivo pontificado para o Concílio Vaticano II; normativas para a divindade da maternidade; educação feminina; educação da infância; escolas e/ou colégios cristãos religiosos; judeus; democracia e relações internacionais da Santa Sé; totalitarismo; concepção política da Igreja Católica.

Souza (2013), ao realizar um estudo em Teologia Sistemática sobre o papel de Pio XII nos eventos trágicos da Shoah, que resultou na morte de aproximadamente seis milhões de judeus, explicita ao menos dois grupos de controvérsias quanto ao posicionamento do pontífice Pio XII. Integrantes do primeiro grupo “o acusam de antissemitismo e omissão, deduzidos de seu alegado silêncio frente ao genocídio de milhões de judeus nos campos de extermínio da Polônia ocupada” (SOUZA, 2013, p. 11). Os integrantes do segundo grupo, que eram a favor de Pio XII, interpretavam suas ações como:

Prudência para evitar perseguições e retaliações que poderiam colocar em risco de morte bispos, padres, religiosos ou leigos, católicos, e

também judeus – batizados na fé católica ou não. Este grupo ainda afirma que Pio XII acionou a diplomacia eclesiástica para obter a emigração de Judeus dos países sob domínio nazista, além de incentivar e em certos casos diligenciar para que fossem abrigados em igrejas e demais propriedades eclesiásticas em toda Europa – inclusive no Vaticano. (SOUZA, 2013, p. 11).

Souza (2013) ressalta que o intuito de seu estudo foi compreender os fatos relevantes destas controvérsias e não dar um veredito histórico sobre o papel de Pio XII e o genocídio dos judeus, pois, para ele, uma posição mais decisiva a respeito deste fato histórico só será possível com a “plena abertura dos Arquivos Secretos do Vaticano e de outras fontes que cooperem para a completa elucidação dos fatos” (SOUZA, 2013, p. 13).

Schallenmueller (2011), em um estudo sobre o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual no período de 1952 a 1964, apresenta uma investigação sobre a doutrina social do Vaticano de Leão XIII a Pio XII.

Em relação a Pio XII, que não publicou Encíclicas sociais, Schallenmueller (2011) utiliza dois discursos feitos por ele em sua investigação⁵. Nesta preliminar análise, o pesquisador pontua:

Aqui importa destacar que Pio XII praticamente não se refere a aspecto institucional algum da democracia, nem mesmo para distinguir suas características em relação a outras formas de governo. De maneira muito fiel à preocupação tomista de ligar ética e filosofia, ele prescreve a receita das características que devem ter os cidadãos e os representantes do poder civil para que possa atender ao bem comum. O papa conclui disso, então, que o que salva a democracia da tirania das massas é a moralidade pública dos cidadãos e dos governantes, a qual só pode ser bem cultivada pela finalidade do bem comum transmitida pela Igreja. (SCHALLENMUELLER, 2011,p. 35).

Em relação ao pensamento político transmitido pela Igreja Católica, Barnabé (2011, p. 4), em seu estudo sobre as relações internacionais da Santa Sé, (considerando que essas se operam como relações entre a Igreja e o Estado), utilizou-se dos próprios documentos pontifícios do período de Pio XII para pensar no “autor-representação e autor-reflexão, fundamentados nas múltiplas elaborações

⁵Discurso a “Radiomensagem de Natal sobre a Democracia”, de 24 de dezembro de 1944, e a “Alocução ao Congresso Católico Internacional da Vida Rural”, de 03 de julho de 1951.

teológicas” produzidas pela Igreja a fim de constituírem práticas para o fortalecimento de sua estrutura. Deste modo, em sua conclusão ele enfatiza que:

Os eventos do século XX, marcado por guerras totais, extermínios em massa, ideologias e revoluções catastróficas e, segundo o diagnóstico de Schmitt, de crise política, deixaram clara a crise de valores nas relações internacionais e na sociedade humana. A Igreja católica, como assinala Pio XII, encarna, na sua própria instituição, a ideia de supranacionalidade, unidade universal e constituinte da *civitas humana*, permanecendo nesse como padrão ético universal que grande parte da humanidade obedece. A Igreja católica não busca abarcar a sociedade humana como um império universal, mantendo a coesão e a harmonia pela força, por constrangimentos das condições materiais ou expedientes jurídicos, mas, visa ao homem assim como visto por Deus, o que a permitisse elevar acima de todas as diferenças, do espaço, do tempo, e edificar a sociedade humana. (BARNABÉ, 2011, p. 243-244).

Cardoso (2009), em seu estudo sobre a concepção política da Igreja Católica em meados do século XX contra o liberalismo, ressalta que após a Primeira Guerra Mundial, quando muitas nações estavam destruídas e esquecidas, instalou-se uma condição de instabilidade política, social e econômica, possibilitando a ascensão dos governos totalitários e autoritários, tanto de direita quanto de esquerda em alguns países europeus.

Em relação a Segunda Guerra Mundial, Cardoso (2009) descreve que até a primeira metade do século XX, ficaram majoritariamente no poder os governos totalitários de direita, sendo que alguns se estenderiam um pouco mais, como o Salazarismo e o Franquismo. Posteriormente, até a década de noventa no século XX, houve a ascensão dos governos de esquerda. A autora pontua que em ambas as formas de governo houve perseguição à Igreja e ao clero, assim, em meio a um cenário de tensão, a Igreja intensificou sua ação estabelecendo alianças e favorecendo governos para o exercício da dominação.

Gomes (2015), em sua investigação quanto à educação feminina à luz da missão educativa da Igreja Católica, relata que o modelo dos princípios da mulher cristã, promovida por meio de projetos educacionais, implicavam na subordinação e submissão de suas opiniões femininas a juízos sociais orientados pela cultura patriarcal. A autora descreve que o colégio investigado em sua pesquisa apresentava a preocupação de tornar as mulheres, damas aptas para o convívio

social, prezando pelas virtudes, pela capacitação para que essas educassem seus filhos.

Segundo Gomes (2015), esta situação correspondia ao discurso educacional já proposto por Pio XII, que segundo a autora, condenava a substituição do dever materno por outros afazeres fora do lar, considerando que a mulher poderia até trabalhar fora, mas somente por necessidade e desde que mantivesse seu papel no lar sem prejuízos:

Essa questão, que já havia sido apresentada por Pio XII (1945a, p. 23) ao dirigir-se às mulheres católicas europeias, deixava claro que a atuação feminina na vida pública seria definitivamente para “salvaguardar a segurança do lar”, sem o quê, estaria ameaçado o equilíbrio social em que deveriam ser as condições e os deveres das mulheres trabalhadoras católicas diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho decorrentes do processo de industrialização, reconhecendo ser um fato consumado, diante do conflito mundial, o número considerável de mulheres que estavam saindo do lar para trabalhar nas fábricas, oficinas e fazendas. (GOMES, 2015, p. 120).

Carvalho (2004), em sua investigação sobre a Igreja Católica e a educação feminina no curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus no período de 1936 a 1956, sinaliza que em muito a mulher era vista como educadora, em seu papel materno, mas estando dentro ou fora do lar, ainda assim, vinculava-se a ela esta função de educar como um benefício para a sociedade e para a família.

A pesquisadora menciona que Pio XII percebia as problemáticas da condição da mulher moderna naquele período, reforçando o ideal de mulher moderna marcada como educadora. Assim, muitos outros defensores desta tese, apoiados nas palavras do pontífice, se opunham ao chamado feminismo moderno por percebê-lo como responsável pela perda de senso de que a mulher deveria ser vinculada ao lar. Carvalho (2004, p. 86) pontua que para os defensores dessa tese “a participação feminina nas modificações sociais só iria ocorrer pelo seu atributo maternal: de geradora e educadora dos seus filhos ou de outrem”.

A investigação de Carvalho (2004) menciona que em resposta aos posicionamentos do pontífice Pio XII, muitos colégios confessionais aderiram aos moldes educacionais que eram propostos pela Igreja Católica naquele momento, como a importância da vestimenta e da modéstia para a formação da jovem mulher. Muitos colégios religiosos foram por isso implantando uniformes que atendiam estes

critérios, mas tratava-se de um aspecto que parecia contagiar também outras esferas da sociedade.

Soffiatti (2016), em sua pesquisa sobre Pio XII e as origens do Concílio Vaticano II, constata que muitas das teses defendidas no período de 1938 a 1958 durante o pontificado de Pio XII estão presentes nas teses conciliares. A pesquisadora descreve que é possível identificar no pontificado de Pio XII o projeto político-social da Igreja Católica, ao qual o Concílio Vaticano II propôs novas formas de eclesialidade pelas quais haveriam de emergir novas formas de exprimir a religiosidade, por meio do dialogo intercultural entre religião e cultura. Por isso, a autora conclui:

Por essa razão, admitimos que o pontificado de Pio XII refletiu efetivamente uma época de mudança na Igreja, de caráter reformista, e representou uma transição de um modelo eclesiológico que vai até o papado de Pio XI, mais conformado ao século XIX, para a Igreja que se traduziu no formato proposto para o final do século XX. A importância da ação incrementada por Pio XII está exatamente nisso, na efetiva mudança, e o caráter transitório entre duas situações históricas – os séculos XIX e XX – não minimiza o significado de sua intervenção. (SOFFIATTI, 2016, p. 224).

Neste caso, relacionamos esta investigação sobre a mulher no discurso religioso, especificamente no pontificado de Pio XII, entendendo este pontificado como uma chave interpretativa para compreender o discurso da Igreja Católica em relação à mulher, considerando sua contribuição para o XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica e sua força como legado para os magistérios da Igreja devido à percepção de efetiva transição que este pontificado significou.

O sucessor de Pio XII foi João XXIII, o qual convocou no dia 25 de dezembro de 1961, por meio da Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, a abertura do XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica. João XXIII ressaltou uma averiguação mencionada como “dolorosa” em seu documento pontifício, fazendo referência aos desafios do mundo moderno como motivação para tal medida.

Os elementos apresentados por João XXIII com a finalidade de atestar a necessidade de um movimento interno da Igreja Católica para responder às questões de seu tempo já vinha em curso de outros papados. Embora tenha ganhado ainda mais força a necessidade de resposta por parte da Igreja Católica aos tempos modernos durante o pontificado de Pio XII, o cenário não se mostrou

favorável para a convocação de um concílio. Sobretudo, por ocasião das diferentes opiniões da alta hierarquia e dos desconfortos resultantes dos temas que Pio XII se dispunha a enfrentar e os que junto com seus pares preferia omitir por estratégia do papado, como no caso do holocausto dos judeus.

A partir disso, podemos perceber as repercussões do pontificado de Pio XII em diferentes âmbitos da sociedade, em suma, este período histórico em relação à Igreja Católica vem sendo investigado por muitos pesquisadores brasileiros. Podemos pontuar que a maioria destes estudos se situam em diferentes áreas do conhecimento como teologia, sociologia, ciências políticas e ciência das religiões. Com pouca incidência ainda, na história, e em prevalência muito menor este período tem sido investigado em relação à educação de gênero no campo da História da Educação.

Com base nesta realidade de produção, encontramos uma lacuna, a qual, per si, tem o condão de justificar este trabalho, portanto, ressalta-se que ao menos duas questões atuam como motivação para a presente pesquisa que envolve educação de gênero e as expressões do feminino na matriz do discurso religioso de 1939 a 1958. A primeira é por haver ainda poucos estudos no campo de História da Educação que abordem esta temática no período aqui estabelecido como recorte temporal. A segunda é por pensar no potencial de contribuição de estudos como este para a desnaturalização de estereótipos sociais e culturais que podem ser reproduzidos em diferentes esferas sociais, tendo repercussões negativas com a violação das subjetividades na vida de muitas (os) brasileiras (os) atualmente (ZICA, 2015).

Para melhor explorar a pesquisa sobre as expressões do feminino em disputa durante o pontificado de Pio XII, precisamos levar em consideração algumas enunciações feitas sobre os homens na matriz do discurso católico, tendo em vista que as práticas que discutimos ao mencionar a educação de gênero estão voltadas à relação entre o feminino e o masculino. Na busca de identificar aspectos relacionados à mulher, serão abordadas as representações que naquele momento também se produziam sobre o homem, pois que nos auxilia no entendimento dos posicionamentos quanto às relações de gênero:

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo

sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la. (DAVIS *apud* SCOTT, 1995, p. 72).

Neste caso, o conceito de gênero apresentado neste estudo refere-se a uma categoria histórica importante para análise dos acontecimentos e da organização social da relação entre os sexos, como um modo de identificar possíveis construções culturais a respeito dos papéis adequados para os homens e para as mulheres, no que tange à raiz unicamente social das identidades subjetivas de homens e de mulheres. Portanto, Scott (1995, p. 72) descreve essas especificações ao pensarmos na palavra gênero articulada nesta pesquisa:

Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados. Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado.

Portanto, faz-se necessário elencar que ao abordar a educação de gênero, existem ao menos duas especificidades a serem consideradas. A primeira sugere que esta questão deixa de ser exclusiva de uma geração quando pensada como parte de um processo inacabado de construção histórica, a ocorrer em diferentes momentos e períodos, abrangendo todas as fases do ciclo de vida, como a infância, juventude, vida adulta e velhice. A segunda sugere pensarmos que a questão da educação de gênero deixa de se dar, apenas e fundamentalmente, na escola, visto que em diferentes esferas e âmbitos sociais existem representações e práticas

culturais que circulam propondo modelos normativos que chegam a definir nos indivíduos a constituição de suas identidades (ZICA, 2015).

À vista da natureza deste estudo, no âmbito educacional e no viés investigativo da História da Educação, busca-se responder à questão chave que norteia este estudo: Qual o lugar que a mulher ocupava no debate da Igreja Católica no período de 1939-1958? Assim como tem-se por questões específicas as seguintes indagações: Havia naquele momento pronunciamentos que regulavam valores, práticas culturais e lugares ideais para ela? Quais expressões do feminino apareciam em tensão com a proposta de educação de gênero da Igreja Católica? Quais foram as maneiras de enfrentamento que a Igreja Católica utilizou para adentrar no debate sobre as disparidades nas relações e papéis de gênero?

Para responder a estas indagações, utilizaram-se os documentos oriundos da Igreja Católica, disponíveis na base da biblioteca online do Vaticano, como fontes Audiências Gerais, Cartas, Encíclicas, Discursos, Código de Direito Canônico, e Catecismo da Igreja Católica. Restringimo-nos ao estudo das fontes que se encontravam nos idiomas: Português, Italiano, Francês, Inglês e Espanhol, assim como limitamo-nos ao acesso dos documentos pontifícios disponíveis na biblioteca online do Vaticano.

Os documentos pontifícios são produzidos pela Igreja Católica para auxiliarem a efetivação de sua competência, função e missão. Neste caso, estes documentos tem origem em três instâncias hierárquicas da Igreja Católica: 1) Do papa – Carta Encíclica ou simplesmente encíclica, Carta Apostólica, Exortação Apostólica, Constituição Apostólica, Motu próprio, Bulas, Cartas Mensagens, Discursos, e Homilias; 2) Da Cúria romana – Decretos, Instruções, Diretórios e Aprovações; 3) Do bispo – Decretos, Cartas Pastorais, Notas Pastorais, Mensagens, Provisão e Circular.

A Encíclica pode tratar sobre aspectos doutrinários, sociais, exortatórios ou disciplinares, atuando como uma circular para comunicação papal com os bispos de todo o mundo sobre algum assunto de seu pontificado que ele queira falar, ensinar e até mesmo solicitar resposta. Este documento pode ser escrito pelo próprio papa, mas frequentemente é elaborada por uma equipe de especialistas no assunto solicitado pelo pontífice, o qual faz as revisões e correções necessárias para depois assinar e publicar. Este documento é visto como posicionamento da Igreja Católica sobre um determinado tema.

As cartas, discursos, mensagens e homílias são meios de comunicação e manifestação do pontífice, sejam elas orais ou escritas. Estes documentos estão na mesma linha de adequação e produção, geralmente produzidos pelo próprio pontífice, mas pode ser solicitada a redação dessas para a equipe competente que assiste o papa na execução de suas atribuições, principalmente, devido ao volume de atividades conferidas ao pontífice.

As audiências podem ser individuais ou gerais, pois são ocasiões em que o pontífice fala pessoalmente com uma pessoa específica ou a um grupo de pessoas. As audiências individuais ocorrem, por exemplo, quando o papa recebe uma liderança política, uma família ou um cidadão comum em particular. As audiências gerais ocorrem quando o pontífice fala pessoalmente a um grupo de visitantes. Este encontro é conhecido como o principal entre o pontífice e peregrinos que visitam Roma.

Neste caso, a Encíclica, dos três documentos elencados a serem utilizados como fonte nesta pesquisa, é a que possui maior volume e poder de testemunho por ser considerado um posicionamento da Igreja Católica. Por meio dela acontecem atualizações sobre as temáticas de enfrentamento durante os diferentes momentos dos pontificados, de acordo com os valores e princípios da instituição. É importante mencionar que os documentos listados podem atualizar questões dogmáticas e doutrinárias, orquestradas ao longo da tradição secular da Igreja Católica.

Os aspectos dogmáticos e doutrinários da Igreja Católica expressos em documentos pontifícios passam por vários filtros para adequação do conteúdo, por se tratar de assuntos que estabilizam a instituição e alcançam circulação nos cenários sociais agindo frente às demandas de cada tempo. Em grande medida, os documentos pontifícios são redigidos por comissões específicas. Essas são compostas por especialistas nos assuntos a serem tratados com intensa participação da alta hierarquia da Igreja Católica. O pontífice pode redigir e sancionar o que considerar oportuno ou dispor de sua avaliação com ponderação e/ou aval para publicação.

Podemos nos aproximar melhor do ciclo histórico de reinvenção da Igreja Católica por meio dos conteúdos expressos nos documentos pontifícios que utilizamos como fontes. Por isso, esperamos encontrar neles subsídios para discutir conteúdos relacionados à regulação das práticas sociais referentes ao masculino e o feminino e a normatização para as relações de gênero.

Neste estudo temos a expectativa de analisar o pensamento da instituição a respeito da mulher e do homem naquele momento. Contudo, estes documentos demonstram as mudanças nos posicionamentos da Igreja Católica ao decorrer dos anos de pontificado de Pio XII quanto aos temas em debate.

As fontes foram analisadas de acordo com o proposto por John Greville Agard Pocock em sua obra “Linguagens do ideário Político”. Esta modalidade de análise é denominada *Contextualismo Linguístico (CL)*, a qual se originou na escrita da história do pensamento político. “No entanto, disseminou-se para outras áreas, tornando-se uma das mais importantes referências no debate atinente à reflexão e a prática da história intelectual” (VIEIRA, 2017, p. 46).

A presente pesquisa, portanto, centrando sua operação historiográfica na prática da História Intelectual aplicada à escrita da História da Educação, tem potencial para contribuir com a atualização dos métodos empregados neste tipo de investigação. Assim, levamos em consideração o potencial de análise do Contextualismo Linguístico para a compreensão das ideias como “discursos e linguagem, ou melhor, como um ‘jogo de linguagem’ praticado em contextos institucionais” (VIEIRA, 2017, p. 63), uma vez que neste jogo se “envolvem as regras estabelecidas para a enunciação e o protagonismo dos enunciadorees no sentido de reiterar ou subverter as convenções estabelecidas” (VIEIRA, 2017, p. 64).

Dedicamo-nos aqui, portanto, a pensar os discursos da Igreja Católica a partir de investigação de sua propriedade educacional, organizada e estruturada por um conjunto de regras que tornam complexa a linguagem compartilhada por esta comunidade de falantes que compunham o debate intelectual no período em estudo:

O CL, embora se concentre na análise do discurso, da linguagem e da retórica, pode contribuir também para o estudo das práticas educacionais, uma vez que as práticas, entendidas como experiências em grade medida inacessíveis à pesquisa histórica, só são passíveis de ser imaginadas e representadas na narrativa histórica em razão do caráter locucionário ou descritivo da linguagem. Em outros termos, se não temos acesso direto às práticas pedagógicas realizadas no passado, somos obrigados a representá-las e interpretá-las com base nos vestígios presentes nos textos, sejam escritos ou imagéticos. Assim, ainda que não possamos estabelecer uma relação causal entre discurso e prática, entre palavras e ações, podemos adotar como hipótese que mudanças na linguagem são indícios de mudanças nas práticas. (VIEIRA, 2017, p. 64).

Sendo assim, situado no âmbito das demais abordagens contextualistas, o CL não se opõe a elas, embora exija a definição precisa de contexto, “para o CL, contexto é a linguagem compartilhada pelos grupos sociais em períodos e lugares sociais específicos” (VIEIRA, 2017, p. 54). Por fim, nesta chave de leitura, o estudo das práticas educacionais sinaliza os contornos de princípios normativos na relação estreita que é possível estabelecer entre palavras e práticas sociais ou pedagógicas.

Em síntese, podemos afirmar que o diálogo com o CL possibilita à História da Educação pensar o discurso educacional com base em seus contextos de produção, circulação e recepção. Essa opção favorece a escrita de uma história da educação articulada à história das linguagens, da circulação dos saberes, das profissões ligadas à esfera cultural, das formas de transmissão da cultura e dos meios e dos lugares institucionais de construção do conhecimento. (VIEIRA, 2017, p. 65).

Em virtude disso, dado que este estudo volta-se para o discurso religioso da Igreja Católica como instituição, que no período de 1939 a 1958 tinha como seu porta voz principal, naturalmente, o papa Pio XII, entendemos estas enunciações como performances e perlocuções, pois visavam regular as ações de seu público e levá-lo a executar ao menos em parte o que se tinha como objetivo em seus posicionamentos.

Embasando-se no CL, esta pesquisa conta, portanto, com o procedimento metodológico proposto por Pocock na análise do discurso produzido pela Igreja Católica tensionado com diversificadas ações do período que estabelecemos como recorte temporal, considerando que “estudar o discurso político implica estudar fatos históricos, pois faz parte do enfoque pensar os discursos como ações (...) para reagir a fatos passados (geralmente ações humanas), modificar fatos presentes ou criar futuros” (ARAUJO, 2003, p. 9).

Fundamental para pensar os documentos eclesiásticos oriundos da Igreja Católica é a análise desses como fontes históricas, por meio dos quais teremos: a estrutura de linguagem ou do discurso religioso; análise de seu emprego nas enunciações; modo pelo qual a instituição religiosa produziu debate frente a outros interlocutores. Neste caso, em outras palavras, “trata-se de localizar o autor e o texto no interior de uma comunidade de falantes que partilha convenções sobre o que pode ser dito e com quais palavras e, assim, interpretar os programas de ação em curso (projetos políticos) e a história geral do período” (VIEIRA, 2017, p. 57).

Pocock (2003, p. 31), ao abordar os idiomas ou os jogos de linguagem, chama a atenção para suas variâncias “na origem e, conseqüentemente, em conteúdo e caráter”. Por isso, ao pensar na relação das interpretações relacionadas ao uso da linguagem e o papel atribuído ao sujeito na história, faz-se importante considerar que:

(...) o CL controla, em melhores condições, a inclusão de sentidos estranhos ao discurso de um determinado tempo e lugar. Para além dessa atenção contra o anacronismo e a presentificação dos termos do debate político, o CL possibilita demonstrar historicamente como um conjunto de agentes partilharam um determinado meio expressivo. Esse contexto linguístico comum é o lugar das disputas políticas, de forma que, ao compreendermos seu funcionamento e seu modo de estruturação, aproximamo-nos da experiência histórica, seja no sentido de identificar e qualificar os agentes envolvidos seja no de entender e explicar os conflitos materiais e simbólicos que marcam o mundo social. (VIEIRA, 2017, p. 57).

Deste modo, interpretar o pensamento dos escritores ou grupos políticos “a partir de seu “contexto linguístico” é uma ideia cara a Pocock (ARAUJO, 2003), portanto um trabalho com esta natureza exige o *feeling* do historiador para decifrar a gramática mais profunda que se supõe estar nos textos estudados: seus termos básicos, as ocasiões típicas em que são empregados, o modo pelo qual se complementam, e se opõe e assim por diante” (ARAUJO, 2003, p. 10).

Esta operação, segundo Pocock (2003), demanda uma leitura extensiva e exaustiva das fontes, seguida do exercício de formulação de hipóteses sobre as características do discurso analisado. Ou seja, para o teórico, isso consiste no “funcionamento ‘normal’ do discurso, bem como os momentos de subversão de sua estrutura normativa” (VIEIRA, 2017, p. 56), tendo em vista que o debate público se propõe mudar valores e percepções de mundo, a fim de persuadir seus interlocutores a agir de acordo com suas regulações.

No primeiro capítulo deste estudo, *O pontificado de Pio XII na Igreja Católica (1939-1958)*, buscamos contextualizar o cenário político religioso que a Igreja Católica enfrentava durante o pontificado de Pio XII e mostrar os meios que a instituição encontrou para responder a estas condições. Ressaltamos as feições do discurso católico como uma atuação política, que em ordens de fala, originava um jogo de linguagem para reafirmar seu lugar de autoridade na disputa pelo controle social, visando persuadir seus adeptos e levá-los a ações correspondentes aos

posicionamentos discursivos. Assim como, demonstramos a estratégia de promoção institucional de Eugenio Pacelli a Papa Pio XII.

No segundo capítulo, *Os eixos do discurso católico na primeira metade do século XX*, pretendemos apresentar a análise do discurso católico em relação ao itinerário do feminino, o lugar que a mulher ocupava no debate religioso no período em estudo, as expressões do feminino em disputa no período investigado, as imagens emergentes da mulher no discurso católico, os conceitos normativos para o feminino e as noções reguladoras da Igreja Católica para a adequação da mulher ideal. Procuramos elucidar possibilidades de representação da relação entre homem e mulher durante o período em estudo tidas, atualmente, como relações de gênero presentes no discurso da Igreja Católica.

1 O PONTIFICADO DE PIO XII NA IGREJA CATÓLICA (1939-1958)

1.1 DE EUGENIO PACELLI A PAPA PIO XII: DO HOMEM À INSTITUIÇÃO

A investigação apresentada neste estudo faz referência a Pio XII, uma figura papal que ocupou o cargo mais alto de governo da Igreja Católica entre 1939 e 1958 e que é compreendido em nossa análise como um ator histórico. Como Papa, sendo a voz da instituição para o mundo e sendo o portador de uma crucial figura de autoridade capaz de ocasionar mudanças na estrutura interna e externa da Igreja Católica, bem como, intervindo nas estruturas sociais e culturais de seu tempo.

Nascido Eugenio Maria Giuseppe Pacelli, desempenhou a função papal sob o título institucional de Pio XII, e na escolha do título, no caso a escolha do nome papal a ser adotado, tem-se uma demonstração da postura que o pontífice pretende adotar. Lembrando que demarcar a estrutura que produz o discurso é operacionalizar nosso debate historiográfico, podendo voltar atenção às evidências de um processo histórico e humanizado, que difere da retórica religiosa católica.

A função papal é o cargo mais alto dentro da estrutura hierárquica e funcional da Igreja Católica. Para desempenhar tal função e ocupar a posição de supremo pontífice, Eugenio Pacelli passou por diversas experiências anteriores na instituição, as quais o habilitaram para sua ascensão como Papa.

Ao pensar na figura de Pio XII desvinculada da pessoa que ali se constituiu pontífice, ignoramos elementos importantes para a compreensão do funcionamento seletivo da Igreja Católica em relação aos pretendentes a Papa, podendo perceber que do número total de homens que se tornam sacerdotes e passam a ser absorvidos pela estrutura da Igreja Católica, pouquíssimos chegam ao papado.

Por isso, é relevante considerar a trajetória pessoal do homem que se tornou Papa, como um eixo fundamental para aproximação com os critérios formativos, habilidades e competências adquiridas por Eugenio Maria Giuseppe Pacelli e corresponderam às exigências da Igreja Católica, possibilitando sua promoção como Papa ao longo de sua trajetória na instituição.

O perfil pessoal de Eugenio Pacelli, suas aquisições em conhecimento e experiência no âmbito pessoal e institucional, contribuíram com o modo como ele

pôde conduzir as atividades da Igreja Católica durante a sua gestão. Deste modo, conhecer um pouco mais desta personalidade e como foi se constituindo para chegar ao papado nos auxilia na compreensão dos fenômenos históricos e sociais que viabilizaram a ele este lugar de autoridade.

Trabalhamos neste item com a Biografia de Pio XII produzida e publicada pela própria Igreja Católica. Nesta fonte de natureza religiosa, encontraremos elementos sobre a trajetória de Eugenio Maria Giuseppe Pacelli, que favorecem a análise e interpretação de sua ascensão ao papado. Mas precisamos manter a atenção à estruturação discursiva edificante da fonte. Esta perspectiva é importante para conseguirmos, em alguma medida, acompanhar o processo gradual das experiências e formações que Eugenio Pacelli recebeu como capacitação e preparo para ser um candidato de destaque ao papado, a ponto de ter sido eleito Papa.

A retórica católica produz um efeito místico sobre os crentes de que a escolha papal é de ordem sobrenatural. O enaltecimento da pessoa do Papa como um profeta privilegiado é apresentada pela instituição como uma via de encontro entre a vontade de Deus e a natureza disponível do homem. Com estas articulações discursivas, a Igreja Católica fixa uma perspectiva de fé, levando as pessoas a convergirem e compartilharem com ela da percepção do Papa como um homem nascido para servir a Deus no papado.

A estruturação da retórica católica trás consigo um elemento determinante no convencimento de seu público sobre a manutenção divina da Igreja: a sucessão apostólica. Por isso, a instituição clarifica a figura do Papa como escolhido por Deus para assumir a função de sucessor de Pedro. Ao elevar a figura papal como profeta a continuar a missão que Jesus começou na terra, a Igreja Católica mobiliza e contagia seus adeptos, levando-os a crer na escolha sobrenatural sobre a vida do ator histórico. Com a estruturação da linguagem institucional composta por atributos místicos, a figura papal fica sobreposta à notoriedade de sua trajetória institucional ou até mesmo das qualificações necessárias para poder ser considerado apto ao papado. Sendo assim, o discurso da Igreja Católica manifesta poder e força sobre seus adeptos a fim de mantê-los sob sua direção.

Ao ter acesso à biografia produzida e publicada pela Igreja Católica sobre Eugenio Pacelli, uma reflexão orientou nossa aproximação com este ator histórico: quais artifícios no jogo institucional poderiam ter atuado como diferenciais para sua promoção a Papa? Deste modo, precisamos nos ater, mesmo que brevemente, a

aspectos da trajetória de Eugenio Pacelli a fim de acessar o conjunto de fatores que possibilitaram a sua ascensão institucional.

A condição diferenciada na formação de Eugenio Pacelli começou na esfera privada, com as singularidades de sua família, que, por sua vez, teve participação expressiva nas atividades da Santa Sé. Neste caso, o ambiente familiar de Eugenio Pacelli estava atrelado à rede de sociabilidade eclesiástica, por ocasião dos serviços prestados pela família à Igreja Católica. Estes elementos podem ser percebidos como diferenciais no caminho formativo e nas oportunidades posteriores de Eugenio Pacelli na instituição. Ele nasceu em 2 de março de 1876, em Roma:

filho de Virginia Graziosi e de Filippo Pacelli. Trata-se de uma família muito adentro aos serviços jurídicos da Cúria Romana, enquanto o pai era decano dos advogados consistoriais, o irmão, Francisco, era jurisconsulto da Santa Sé e componente da Comissão Vaticana que preparou a redação do Pacto Lateranense. (BIOGRAFIA DE PIO XII (1876 – 1958)⁶.

Ao buscar informações sobre a origem familiar de Eugenio Pacelli, percebemos que há uma linha temporal de pelo menos três gerações familiares a serviço da Igreja Católica por meio da Santa Sé - o organismo de representação central de governo na instituição.

Lenn e Reardon (1954) relatam que o avô de Eugenio Pacelli, Marcantônio Pacelli (filho de Gaetano Pacelli e Maria Antonia Caterini), foi ministro das finanças dos Estados Papais durante o pontificado de Gregório XVI. Carreira que trilhou, impulsionado e até mesmo protegido por Prospero Caterini, um tio clérigo que foi cardeal e estava vinculado aos serviços na Santa Sé. Marcantônio foi acompanhado pelo tio desde que chegou em Roma por volta de 1819 para estudar Direito Canônico. Tornando-se em 1834 “advogado da Sagrada Rota, um tribunal eclesiástico envolvido em questões como anulações de casamentos” (CORNWELL, 2000, p. 22).

Marcantônio Pacelli (1804-1902) se manteve em ascensão aos cargos da instituição, conquistando títulos (1831-1858), tornando-se um dos fundadores do jornal oficial Diário do Vaticano (1861), originado com a finalidade de obstruir o debate anticlerical que crescia na Itália naquele período, encerrando sua trajetória

⁶Tradução nossa.

apenas por ocasião de seu falecimento no ano de 1902, aos 98 anos idade (Franco Ballerini, 1895; Chenaux, 2004; Carlo Caterini, 2009).

Em relação à trajetória de Marcantônio Pacelli, Cornwell (2000, p. 23) descreve:

O ímpeto do nacionalismo italiano, no entanto, era incontornável, e Marcantônio Pacelli, tão próximo do papa, esteve presente em acontecimentos de extrema importância para o papado moderno. Em 1860, o novo Estado italiano, sob a liderança do rei piemontês Vítorio Emanuel II, se apodera de quase todos os domínios papais. Em seu famoso *Sumário de Erros* (1864), Pio Nono denunciava 80 proposições “modernas”, incluindo o socialismo, a maçonaria e o racionalismo. Na última denúncia, (...) ele declarava que era um grave erro proclamar que o “sumo pontífice pode e deve se reconciliar com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”.

O pontificado de Pio IX foi considerado um marco na “transição para um pontificado moderno” (MCBRIEN, 2004, p. 347), devido a ter se dado neste período a convocação do Concílio Vaticano I. As tensões foram inúmeras, pois estava em curso a guerra franco-prussiana, ocasião em que as últimas tropas francesas deixaram Roma para defender Paris:

Os soldados do Estado italiano entraram na cidade. O papado perdeu Roma, desta vez para sempre. Tudo o que restou para Pio IX e sua Cúria, os cardeais que dirigiam os antigos Estados papais, foram os 44 hectares da atual Cidade do Vaticano, e mesmo assim por permissão da Nação-Estado italiana. Fechando-se no palácio apostólico, defronte para a Praça de São Pedro, Pio Nono recusou-se a fazer acordo com o novo Estado da Itália. Em 1868, já proibira os católicos italianos de participarem da política democrática. (CORNWELL, 2000, p. 25).

Devido a esta realidade bastante conturbada na Igreja Católica, por conta das conflituosas ocorrências políticas,

o papa pediu socorro às potências católicas da Europa. Tropas francesas restabeleceram o governo pontifício em Roma em 15 de julho, e Pio IX regressou à cidade em 12 de abril de 1850. Tendo agora Giacomo Antonelli como secretário de Estado, o papa estabeleceu nos Estados pontifícios em regime antinacionalista, paternalista que alienou os cidadãos cultos e que seu próprio conselheiro, monsenhor Giovanni Corboli-Bussi, descreveu como “reacionário e desastroso”. Mas, um após o outro, o papa perdeu diversos Estados pontifícios (Romagna, Umbria, as Marcas). O conde Camilo Cavour, ministro-chefe de Piedmont, aproveitou-se da situação e, em setembro de 1860, depois da

derrota do exército pontifício em Castelfidardo, todos os Estados pontifícios, com exceção de Roma e seus arredores, haviam sido tomados pelo novo reino da Itália. O papa permaneceu em Roma sob a proteção da guarnição francesa, mas, depois de dez anos, os franceses tiveram que partir quando irrompeu a Guerra Franco-Prussiana. (Durante essa década sob proteção da guarnição francesa, em 29 de fevereiro de 1868, ele promulgou o decreto que proibia os católicos de tomar parte na vida política do “usurpador” reino da Itália). (MCBRIEN, 2004, p. 351).

Marcântonio teve uma oportunidade, em uma ocasião difícil, para se manter engajado nos serviços locais da instituição religiosa, devido à realidade política social que a Igreja Católica enfrentava naquele momento histórico, mas ele obteve êxito. Devido à rede de sociabilidade favorável, Filippo Pacelli, filho de Marcântonio, ingressou nos serviços à Igreja:

Marcantônio Pacelli poderia ter ficado desempregado se não ajudasse a fundar um novo jornal diário do Vaticano, em 1861. L'Osservatore Romano tornou-se a voz “moral e política” do Vaticano. O jornal, agora publicado em sete línguas, existe até hoje. Enquanto isso, seguindo os passos de Marcantônio, o pai de Eugenio, Filippo, também estudou Direito Canônico e foi designado para Sagrada Rota. Mais tarde, tornou-se o decano dos juristas consistoriais, os advogados da Santa Sé. (CORNWELL, 2000, p. 25).

Segundo Lenn e Reardon (1954), a ascendência da família de Marcantônio Pacelli era nobre, distinguindo-se por sua colaboração nos serviços prestados à Igreja Católica por meio da Corte papal. Ele criava dez filhos (sendo o segundo, Filippo Pacelli, nascido em 1837), quando foi considerado “um dos principais colaboradores de Pio IX, popularmente conhecido como Pio Nono” (CORNWELL, 2000, p. 25).

Entretanto, não foi sempre assim. Os Pacellis passaram por tempos de dificuldades, tanto por suas funções serem de baixa remuneração, quanto por sua lealdade considerada excessiva por alguns autores, como John Cornwell (2000, p. 26):

a remuneração dos juristas leigos do Vaticano era mínima. Assim, os Pacellis não eram prósperos. Depois de 1870, há uma impressão de dificuldades familiares. Em anos posteriores, Pacelli recordou que não havia aquecimento no apartamento da família, nem mesmo no auge do inverno, a não ser por um pequeno braseiro, em torno do qual as pessoas aqueciam as mãos. Enquanto depois de 1870 muitos de seus contemporâneos leigos ingressaram na burocracia bem remunerada da

nova Itália, os Pacellis permaneceram fiéis em sua indignada rejeição da usurpação de Vitério Emanuel. Era prática da burguesia leal ao papa usar apenas uma luva, pôr uma cadeira virada para a parede na sala principal, manter as venezianas sempre fechadas e deixar a porta do *palazzo* meio fechada como símbolos do confisco do patrimônio papal. Os pacellis, embora carecessem de um palácio, assumiram a mesma atitude intransigente. Assim, Eugenio Pacelli foi criado num ambiente de profunda devoção católica, respeitabilidade, apesar da penúria e um senso inabalável do mérito papal lesado. Acima de tudo, a família possuía um vasto conhecimento de Direito – civil, internacional e eclesiástico. Na visão dos Pacellis, seu papado e sua Igreja, ameaçados por todos os lados pelas forças destrutivas do mundo moderno, sobreviveriam e, com o tempo, superariam tudo, através de aplicação hábil e universal da lei.

Filippo Pacelli seguiu então a formação e a carreira do pai Marcantônio Pacelli, cursando direito e sendo advogado da Congregação da Sacra Rota, denominado Tribunal Papal, assim como distribuía textos de leitura espiritual para os pobres como trabalho pastoral nas paróquias de Roma:

É lembrado principalmente por sua afeição a um livro intitulado *Massime Eterne (Máximas Eternas)*, uma meditação sobre a morte de Alfonso Liguori, o moralista e santo católico do século XVIII. Filippo distribuiu centenas de exemplares do livro por toda Roma. Todos os anos liderava uma procissão a um cemitério romano, onde os peregrinos, sob sua orientação, ponderavam sobre seu destino inevitável. (CORNWELL, 2000, p. 25).

Filippo Pacelli casou-se em 1871 com Virginia Graziosi, que procedia de uma família do norte da Itália, que também veio a residir em Roma (LENN E REARDON, 1954, p. 22). Ela era romana, uma entre 13 irmãos e irmãs, a qual seguia uma tradição familiar de devoção à Igreja. Por decorrência da devoção familiar, “dois de seus irmãos se tornaram padres e duas de suas irmãs tomaram o véu” (CORNWELL, 2000, p. 25).

Lenn e Reardon (1954, p. 22) relatam que a residência da família era “numa antiga mansão situada no coração de Roma”, porém isso foi após o nascimento de Eugenio Pacelli. Segundo Cornwell (2000, p. 21):

Eugenio Pacelli foi descrito muitas vezes, durante seu pontificado e depois de sua morte, como um membro da Nobreza Negra. Os Nobres Negros eram um pequeno grupo de famílias aristocráticas de Roma que ficaram ao lado dos papas depois do confisco de seus domínios, na luta encarniçada pela criação da Nação-Estado da Itália. Os Pacellis, apesar

de sua profunda lealdade ao papado, não podiam ser considerados aristocratas. Os antepassados da família de Eugenio Pacelli eram respeitáveis, mas modestos, enraizados pelo lado do pai numa área rural atrasada perto de Viterbo, uma cidade a 80 quilômetros ao norte de Roma. Por ocasião do nascimento de Pacelli, em 1876, um parente, Pietro Caterini (chamado de “o conde” por membros da geração de Eugenio), conseguiu uma casa e uma pequena propriedade na aldeia de Onano. Mas o pai e o avô de Pacelli, assim como seu irmão mais velho, Francesco, deviam sua distinção não a vínculos de nobreza ou riqueza, mas à participação na casa dos juristas leigos do Vaticano, a serviço do papado. Mas a partir da década de 1930, o irmão e três sobrinhos de Pacelli receberam títulos de nobreza em recompensa pelos serviços jurídicos e financeiros prestados à Itália e à Santa Sé.

Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli nascido no dia 02 de março de 1876, no distrito da Ponte, em Roma, situado junto ao sereno rio Tíber, de onde é possível ver a cúpula de São Pedro, assim como o anjo posto no topo do Castelo de Santo Ângelo (LENN E REARDON, 1954). Assim, Cornwell (2000, p. 28) ressalta que a família residia “num apartamento no terceiro andar, partilhado por seus pais e pelo avô Marcantônio, na vila Monte Giordano, 3 (agora Via degli Orsini)”. Segundo o autor, esta região ficava muito próxima da *Chiesa Nuova* e, “da porta do prédio, levava-se apenas cinco minutos a pé para alcançar o Tibre, na Ponte de Sant’ Angelo, e 15 minutos para se chegar à Praça de São Pedro”.

Lenn e Reardon (1954, p. 23) pontuam que residir nesta localidade era uma grande honra, “entre os bons católicos, o nascer naquele setor, que era o mais “negro” de Roma, porquanto os “negros”, ou *Neri*, eram os seguidores do Papa, ao passo que os “brancos”, ou *Bianchi*, embora católicos, aderiam à família real de Saboia”. As autoras retratam que no mesmo dia do nascimento de Eugenio Pacelli, ele foi levado para ser batizado na vizinha Igreja paroquial de São Celso, pelo tio avô, Dom Giuseppe Pacelli. Tendo ao longo de sua infância recebido da mãe “as primeiras impressões do cristianismo em sua própria casa, pois ali a Senhora Pacelli ministrava a primeira instrução aos seus dois filhos e às suas duas filhas”, sendo assim orientados todos os dias “de acordo com princípios que ensinavam como padrões normativos de vida”.

O pequeno Eugenio foi matriculado aos cinco anos em um jardim de infância dirigido por duas freiras na região denominada Via Zanardelli. Nesta fase familiar, residiam em um apartamento maior na Via della Vetrina, ainda próximo à região que nasceu Eugenio Pacelli. Estudou e formou-se em uma escola primária católica

particular. Tornando-se, aos dez anos, aluno do Liceu Quirino Viconti, uma escola pública considerada até mesmo anticatólica e anticlerical:

Ficava no Colégio Romano, antigo local da renomada universidade jesuíta de Roma. O irmão de Eugenio, Francesco, estudava na mesma escola, dois anos a sua frente. Filippo Pacelli, evidentemente, acreditava que os filhos se beneficiariam ao adquirir conhecimento direto dos “inimigos” seculares, ao mesmo tempo em que recebiam a melhor educação clássica disponível em Roma. (CORNWELL, 2000, p. 29).

Também aos dez anos, Eugenio Pacelli se preparava para a primeira comunhão, recebendo instruções por parte das freiras do Imperial Instituto Borromeo. Aprendia catecismo em casa através da família, assim como as práticas religiosas devocionais. Durante sua formação, um dos temas mais presentes versava sobre a história de Roma e dos papas. Por residir e frequentar espaços nos quais ouvia falar sobre São Pedro, sobre a história do Papado e de Roma, acabava se interessando pelo universo referente ao centro mundial da Cristandade Católica (LENN E REARDON, 1954). Nesta fase, o padre Giuseppe Lais passou a frequentar regularmente a casa de Eugenio Pacelli a pedido de seu pai Filippo Pacelli. A intenção era promover a educação de Eugenio. O padre Giuseppe redigia relatórios para a família para atestar o aproveitamento religioso de Eugenio (CORNWELL, 2000).

Eugenio Pacelli foi inicializado ao serviço na Igreja paroquial chamada *Chiesa Nuova* ou Santa Maria como coroinha e prestava auxílio durante a missa, juntamente com outros meninos romanos (LENN E REARDON, 1954). Sempre demonstrando desempenho bastante satisfatório nos estudos, Eugenio Pacelli, desenvolveu também afinidade com a música, se interessava notadamente pela história da música, lia os clássicos e iniciou uma biblioteca pessoal que manteve por toda sua vida (CORNWELL, 2000).

Aos dezessete anos, Eugenio Pacelli concluiu a diplomação na escola secundária. Seu pai Filippo Pacelli acreditava que viria a seguir também o curso de Direito, porém demonstrou-se muito satisfeito com a escolha do jovem pelo sacerdócio (LENN E REARDON, 1954). Eugenio firmou a decisão após um retiro de dez dias na Igreja de Santa Inês na Via Nomentana. Nesta ocasião, ele foi orientado pelos *Exercícios Espirituais* de São Inácio de Loyola (um manual de meditação

espiritual), e voltando deste retiro, comunicou à família a escolha que fizera (CORNWELL, 2000).

Em seguida, o jovem Eugenio Pacelli tornou-se “estudante junto a Universidade Gregoriana e ao Pontifício Ateneu do Seminário Romano de Apolinário, por motivo de saúde habitava junto da família e não no Colégio” (BIOGRAFIA DE PIO XII, 1876-1958).

Devido à realidade e classe familiar de Eugenio, cogitou-se que a mudança no ritmo de sua rotina diária ocasionou desconfortos em sua qualidade de vida, posteriormente, afetando sua saúde, a qual era considerada delicada. Estes fatores culminaram na dificuldade de suportar a rígida vida na instituição. Por decorrência disso, conseguiu uma permissão para manter-se como estudante externo, residindo com sua família ao invés de residir no seminário (LENN E REARDON, 1954). Esta permissão diferenciada é vista por Kertzer (2017) como um arranjo raro devido às influências da família e que o permitiu morar com os pais até o término dos estudos.

Simultaneamente aos estudos de Teologia e das Escrituras, no Instituto Santo Apolinário, nas proximidades da casa de sua família, inscreveu-se para estudar línguas numa universidade secular, a *La Sapienza*, mantendo uma associação acadêmica com as instituições (CORNWELL, 2000). Na condição de estudante, Eugenio Pacelli sempre obteve bons resultados, passando nos exames o que o qualificava para o ordenamento:

Obtida com o máximo de notas a licenciatura em teologia e em *utroque iure*, ordenado sacerdote em 2 de Abril de 1899, foi imediatamente contratado como secretário na Secretaria de Estado da Santa Sé e utilizado no âmbito da Congregação dos Assuntos Eclesiásticos extraordinários, da qual tornou-se subsecretário em 1911 e secretário em 1914, e onde se fez apreciar como colaborador do Cardeal Pietro Gasparri na preparação do Código de direito canônico, promulgado em 1917 pelo Papa Benedetto XV. No mesmo ano, enquanto se combatia a Primeira Guerra Mundial, foi nomeado Arcebispo titular da sede de Sardes (Anatolia) e Núncio apostólico em Mônaco de Baviera, onde se empenhou e assistiu a prisioneiros e a população alemã (tedesca) perturbada pela dificuldade do conflito e pela derrota militar. (BIOGRAFIA DE PIO XII 1876 – 1958).

Kohnen (1940, p. 35) relata que Filippo Pacelli, pai de Eugenio, faleceu aos 81 anos, em 1917, antes de ver o “filho revestido da dignidade episcopal”, mas descreve que Virginia Graziosi esteve presente na ordenação sacerdotal do filho e

acompanhou-o por algum tempo ainda, podendo vivenciar os “coroados esforços empregados na educação dos quatro filhos, porquanto ela, a mulher nobre e fina, procurara dar-lhes como herança mais duradoura uma educação sólida, fundamentada na piedade e caridade cristãs”.

Eugenio Pacelli, nascido em 1876, era então ordenado padre em 1899 com exatos 23 anos de idade. Concluindo sua formação em Teologia, fez um exame oral de latim, no qual foi aprovado. Posteriormente, se matriculou no mesmo Instituto Apolinário para estudar Direito Canônico (CORNWELL, 2000). Nesta escolha de cursar Direito Canônico, o jovem Pacelli converge sua trajetória formativa com a do avô Marcantônio, com a do pai Filippo e com a do irmão Francisco. Inclusive, seu local de atuação e primeira função durante o início de seu exercício sacerdotal faz referência a este espaço já conhecido pela família.

As experiências adquiridas pelos familiares de Eugenio Pacelli nos serviços prestados à Igreja Católica foram elementos importantes para que ele pudesse desenvolver amplamente a compreensão de como a instituição funcionava. Francisco, o irmão de Eugenio, por exemplo, atuou como jurisconsulto da Santa Sé e foi componente da Comissão Vaticana que preparou a redação do Pacto Lateranense, uma concordata determinante para período.

O Pacto Lateranense teve impacto, em grande medida, decisivo para o alinhamento político internacional da Igreja Católica ao longo de significativa parte do século XX, devido à relação da instituição com o fascismo de Mussolini. Sobretudo, por esta concordata se tratar de estratégia do papado para resistir aos potenciais adversários, em particular os comunistas (ALBERIGO, 1995). Sobre o grau de impacto e repercussão desta ação Duffy (2008, p. 336) descreve que:

Do ponto de vista do Vaticano, sem dúvida a mais importante das concordatas foi a celebrada com a Itália fascista, resultado de quase três anos de difíceis negociações com Mussolini e finalmente assinada em Fevereiro de 1929. A concordata dava ao papa a independência na forma do seu minúsculo Estado soberano, a Cidade do Vaticano, (com 44 hectares, apenas um oitavo do tamanho do Central Park de Nova Iorque) com algumas dependências extraterritoriais como Latrão e Castel Gondolfo. Recebia a sua própria estação de correios e de rádio (uma garantia de liberdade de comunicação com o mundo), o reconhecimento do direito canônico ao lado da lei do Estado, o controle pela Igreja dos casamentos católicos, o ensino da doutrina católica nas escolas públicas (e a consequente fixação de crucifixo nas salas de aulas, um importante gesto simbólico) e finalmente uma enorme

compensação financeira pela perda dos Estados Pontifícios – 1.750 milhões de liras, mil milhões em fundos públicos italianos (...).

As estratégias do papado são muitas vezes enunciadas como reações frente a opressões que a instituição padecia, sobretudo pelo caráter edificante de seus discursos. Em situações como a desta concordata, a Igreja celebra o desfecho com pouca ênfase em seus interesses de alianças para se sobressair aos adversários socialistas e comunistas, por exemplo.

A conduta de Pio XI e os interesses na concordata se referiam à preocupação de garantir o ensino católico, formar e nomear bispos sem entraves e comunicar-se livremente com Roma. Entretanto, era preciso articular uma suposta luta antifascista para demonstrar que a instituição sofria gravemente opressões que restringiam sua expressão religiosa. Esta postura foi empreendida para minimizar as contradições entre os sujeitos da alta hierarquia, mas, mesmo assim, aconteceram interpretações dissonantes da decisão do papado. Battista Montini, que veio a ser o papa Paulo VI, demonstrou-se bastante insatisfeito, vindo a indagar:

<<valeram a pena sessenta anos de luta para se chegar a tão magro resultado?>> Pio XI, no entanto, considerou-a uma vitória, porque representava uma rejeição decisiva do ideal da <<Igreja Livre num Estado Livre>> do liberalismo. Além do mais, Mussolini não resolvera apenas a questão de Roma; tinha também reprimido os inimigos da Igreja, os comunistas italianos e os maçons. Num primeiro surto de entusiasmo, e contra o conselho de Gasparri, Pio referiu-se publicamente a Mussolini como <<um homem enviado pela Providência>>. Nas eleições de Março de 1929, a maioria dos clérigos italianos incentivou as suas congregações a votar no partido fascista. (DUFFY, 2008, p. 336).

Pio XI, ao longo de sua trajetória como papa, conduziu diversas concordatas, garantindo a liberdade de ação para Igreja na Europa do pós-guerra:

Letónia em Novembro de 1922, Baviera em Março de 1924, Polónia em Fevereiro de 1925, Roménia em Maio de 1927, Lituânia em Setembro de 1927, Itália em Fevereiro de 1929, Prússia em Junho de 1929, Baden em Outubro de 1932, Áustria em Junho de 1933, a Alemanha nazi em Julho de 1933, Jugoslávia em Julho de 1935. (DUFFY, 2008, p. 336).

Evidentemente que por trás destas concordatas estava o interesse de restringir o máximo possível:

a secularização da vida européia a que os papas haviam resistido, sob o rótulo de <<liberalismo>> durante mais de um século. (...) A sua encíclica de 1925, *Quas Primas*, inaugurando uma nova Festa do Cristo-Rei, denunciava a <<praga do secularismo>>, e afirmava o domínio de Cristo não só sobre a alma individual, mas também sobre as sociedades, que precisamente como sociedades, e não como agregados de indivíduos, deviam venerar e obedecer à lei de Deus proclamada pela Igreja. (DUFFY, 2008, p. 336).

As escolhas da alta hierarquia da Igreja por alianças políticas para fortalecer a instituição e o papado frente às disputas por força de interlocução social acabou acarretando em repercussões significativas, pois

ao sacrificar os partidos políticos católicos, Pio XI contribuiu para a destruição de instituições intermediárias capazes de funcionar como barreiras e proteções contra o totalitarismo. (...) No entanto, como indicam as críticas moderadas e o ataque muito mais forte ao socialismo da encíclica *Quadragesimo Anno*, todo o pensamento social de Pio XI era ensombrado pelo ódio e medo do comunismo. Ele denunciava os bolcheviques como <<missionários do anticristo>>, e referia-se com frequência aos <<preparativos satânicos para uma conquista de todo mundo>> por parte do comunismo. (DUFFY, 2008, p. 338).

Deste cenário participava Pacelli, o futuro papa. Kohnen (1940, p. 37) pontua que doutorando-se em Teologia e em Direito Eclesiástico, Eugenio Pacelli conquistou ainda o diploma de doutor em Direito Civil:

A “Pontifícia Universidade Gregoriana” abriga uma vida toda internacional e cosmopolita. Cerca de 50 nações mandam-lhes seus melhores aspirantes ao sacerdócio. Eram colegas de Pacelli clérigos do Japão e da Islândia, do Canadá e de todos os povos da Europa, de Besuto como das Américas e da Austrália. Muitas ordens religiosas e diversos colégios nacionais tinham seus representantes entre os 2.000 estudantes. Assim formou-se o futuro Papa numa atmosfera verdadeiramente católica.

Estas camadas de experiência possibilitaram a Eugenio Pacelli o acesso à multiplicidade cultural e política, assim como o conhecimento contínuo da funcionalidade das instâncias de governo da Igreja Católica, tendo a oportunidade de conhecer com base em sua formação e acompanhar por meio de sua rede de sociabilidade as práticas da organização hierárquica da instituição.

Embora em muito se vincule a pessoa do pontífice à de um profeta privilegiado, de relação estreita com a divindade que o conduz, precisamos nos

voltar ao aspecto naturalizado ou até mesmo ignorado de que ele recebeu de sua rede de sociabilidade condições para trilhar um caminho formativo favorável à sua ascensão como pontífice.

Eugenio Pacelli havia desenvolvido potenciais e habilidades para além do exigido a um presbítero. Segundo Kohnen (1940), aos 25 anos começou a servir à Roma universal, adentrando o ministério das relações exteriores. Inicialmente como colaborador na Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, a qual tem a finalidade de solucionar todas as questões de caráter eclesiástico-político entre a Santa Sé e os demais Estados do mundo. Segundo o autor, o convite para Pacelli compor este ministério veio pessoalmente por meio da visita que recebeu do diplomata Gasparri II.

A Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários era o departamento na Secretaria de Estado do Vaticano responsável pelas questões diplomáticas. Instituída para tratar dos assuntos de interesse da Igreja Católica referente às dioceses e aos governos em terras estrangeiras. Eugenio Pacelli entrou para o quadro do departamento e trabalhou entre pelo menos quarenta jovens eclesiásticos notáveis que viriam mais tarde a se tornar cardeais (LENN E REARDON, 1954).

Kohnen (1940) ressalta que o Secretariado dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, no qual Eugenio Pacelli trabalhou por quinze anos interruptos durante os pontificados de Leão XIII, Pio X e Bento XV, é o departamento considerado como nervo vital da Igreja Universal, pois a cúria romana:

abrange 11 congregações cardinalícias, por exemplo: a da criação de novos bispados, da administração dos santos sacramentos, da propaganda Fide, dos processos matrimoniais, dos ritos, etc. Nesse ambiente de verdadeira universalidade ouvem-se todos os idiomas do orbe. Concentram-se ali todas as ondas espirituais, todos os movimentos mentais dos povos e das nações, sejam favoráveis ou desfavoráveis, amigas ou inimigas da Igreja de Cristo. (KOHNNEN, 1940, p. 44).

Neste período de trabalho, Eugenio Pacelli dedicou-se juntamente com Gasparri, tendo o apoio de dois mil estudiosos, além dos 700 bispos do mundo, a uma tarefa que os absorveu durante pelo menos 13 anos: a promulgação do Código de Direito Canônico. Iniciado com sigilo rigoroso em 1904, “a redação, promulgação e publicação de um manual jurídico católico, conhecido como o Código de Direito

Canônico de 1917” (CORNWELL, 2000, p. 55) contou com ambos como principais arquitetos. Este foi um trabalho “árido e cheio de sacrifícios na biblioteca Ambrosiana e Vaticana, pois deveriam ser preparados e estudados minuciosamente nada menos de 2.414 Cânones (artigo do Código de Leis Eclesiásticas)” (KOHNNEN, 1940, p. 45).

Porquanto Pacelli seguia suas atividades sem interrupção, ausentando-se apenas quando acompanhou o “ex-núncio da corte imperial da Áustria, Granito Pignatellidi Belmonte, à Inglaterra, para representar Pio X, por ocasião das solenidades de coroação de Georges V, em 1911” (KOHNNEN, 1940, p. 46). Nesta viagem, Pacelli, na qualidade de um dos representantes do Vaticano, recebeu do Departamento de Estado do Vaticano uma demonstração de grande confiança em sua pessoa como diplomata, embora sua maior tarefa continuasse sendo a redação do Código de Direito Canônico com as regras a gerir a Igreja.

Durante o trabalho para a redação e promulgação do Código de Direito Canônico, Eugenio Pacelli foi nomeado professor de Direito Internacional e de Diplomacia Eclesiástica na *Pontificia Accademia dei Nobili Ecclesiastici*, uma escola de preparação diplomática do Vaticano (LENN E REARDON, 1954).

Por ocasião do desempenho obtido por Eugenio nas atividades, aos vinte e oito anos de idade tornou-se monsenhor. Este título é conferido pelo Papa a um clérigo por ocasião de mérito nos serviços prestados, experiência (antiguidade) em tempo de serviço ou como uma categoria que corresponde ao êxito das tarefas confiadas, sendo esta última, a condizente com a concessão do título a Eugenio Pacelli. Ao mesmo tempo, torna-se Cônego de São Pedro, “isto é, membro do Capítulo dos Canônicos da basílica. Os Cônegos são prelados que se reúnem todos os dias em lugares especificados, em qualquer dos lados do grande altar da basílica, para cantar o Ofício Divino, com grande solenidade” (LENN E REARDON, 1954, p. 31-33).

As experiências e titulações adquiridas por Eugenio parecem repercutir nas condições que favoreceram sua contínua ascensão na instituição. O Papa Pio X, em 1911, o nomeou subsecretário, logo em 1912, o conferiu a nomeação de pró-secretário e em 1914, tornou-o secretário dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários. A dinâmica funcional do Vaticano organiza este departamento da seguinte forma:

dividindo em três seções – a dos negócios extraordinários, a dos negócios ordinários, e a dos processos apostólicos. A mais importante é a dos negócios extraordinários, que manobra, em geral, todas as relações políticas com o exterior. Se há uma concordata ao papa nos Estados Unidos, ou em qualquer outro país em que não haja concordata com a Santa Sé, também disso se incumbe esta sessão. (KOHNNEN, 1940, p. 48).

Estar inserido nesta dinâmica diplomática do Vaticano, a qual era assistida pela corte papal, no referido departamento, possibilitou a Eugenio um intenso treinamento para o desenvolvimento de capacidades conspícuas na Santa Sé (LENN E REARDON, 1954). Por isso, com aprendizagem contínua quanto às regras e convenções da Igreja, Eugenio posicionava-se como um jogador competente dentro dos negócios eclesiásticos. O exercício das funções executadas por ele foi oportuna para a adesão da linguagem e do jogo articulado pela Igreja Católica, obtendo como desdobramento uma carreira promissora na instituição (KOHNNEN, 1940).

Estando em curso o desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial, ocorre o falecimento de Pio X em 1914, momento em que Bento XV é eleito Papa. Neste período, monsenhor Gasparri é elevado ao grau de cardeal por estar a algum tempo na função de Secretário de Estado. Nesta ocasião, Eugenio é promovido a subsecretário de Estado (LENN E REARDON, 1954). Após estarem inseridos no processo de redação do Código de Direito Canônico,

Tornou-se evidente para Gasparri e Pacelli que algumas importantes concordatas “exigiriam renegociação ou rescisão para que o código adquirisse a força necessária”, portanto, assim que houve a divulgação do novo conjunto de leis eclesiásticas, em 1917, “a principal missão de Pacelli era remover os obstáculos para sua plena aplicação no país que tinha a maior e mais poderosa população católica: a Alemanha. (CORNWELL, 2000, p. 55).

Bento XV, precisando suprir a função de Núncio Apostólico por ocasião do falecimento de Monsenhor José Aversa em 1917, escolheu Eugenio Pacelli como substituto. A transição hierárquica a fim de empossar Eugenio na função de Núncio Apostólico ocorreu no dia 13 de maio de 1917 em uma cerimônia particular na Capela Sistina, celebrada pessoalmente por Bento XV para consagrá-lo como Arcebispo de Sardi (Sardes):

Naquele dia, na capela, os celebrantes formavam uma extraordinária concentração de poder eclesiástico: papa Bento XV, Pietro Gasparri e Achille Ratti (que mais tarde se tornaria Papa Pio XI), o bibliotecário do Vaticano e diplomata, colega e amigo de Pacelli (...). Também se encontravam presentes a mãe de Pacelli e o irmão Francesco, mas não o pai, que morreria de *influenza* em novembro. (CORNWELL, 2000, p. 75).

Esta cerimônia foi assim conduzida por se tratar de um título institucional considerado de plenitude sacerdotal, devido ser condizente a uma categoria elevada em poderes e atribuições. Naquele período, o Vaticano não podia enviar emissário à corte do Imperador da Alemanha em Berlim devido à tensão entre as teorias do sistema imperial e as ideias católicas sobre educação (CORNWELL, 2000; LENN E REARDON, 1954; KOHNEN, 1940). Por isso, a função de Núncio Apostólico que assumia Pacelli convergia para a finalidade de representar o Vaticano em Berlim junto ao Estado da Alemanha, buscando melhorar as relações oficiais entre o governo alemão e o Vaticano. O exercício do cargo se referia à condução dos empreendimentos diplomáticos frente à Santa Sé.

Ao decorrer dos anos, Eugenio recebeu diversas outras nomeações com a mesma finalidade da função que exerceu em Berlim:

Em 1920 veio a ser nomeado Núncio junto à nova República da Alemanha decretada pela Assembléia de Weimar, e em tal ofício operou para concluir o acordo da Santa Sé com a Baviera (1925) e com a Prússia (1929). Nomeado Cardeal em 16 de Dezembro de 1929 por Pio XI e chamado à Roma, em 7 de Fevereiro de 1930 veio a ser nomeado Secretário de Estado como sucessor do Cardeal Gasparri. Sobre o mandato do Papa, que entre os outros apreciava em seu colaborador o considerável conhecimento de numerosas línguas, Pacelli intervém como elo pontifício nos Congressos Eucarísticos de Buenos Aires (1934) e de Budapeste (1938), nas celebrações de Lourdes (1935) e de Lisieux (1937), e em diferentes missões particulares, entre as quais é oportuno recordar aquela de 1936 nos Estados Unidos, onde esteve em negociação com o Presidente Roosevelt. A sua profunda consciência da língua tedesca no empenho para a realização da concordata da Santa Sé com a Alemanha de Hitler (1933), embora temesse em partes o falimento do acordo, obteve êxito em proteger de qualquer modo o mundo católico do Reich nazista. (BIOGRAFIA DE PIO XII, 1876-1958).

Todas as ações empreendidas por Eugenio na função de Núncio Apostólico pareceram ter alcançado o resultado esperado pela alta hierarquia da Igreja. Entretanto, isso não exclui as possíveis tensões, contradições ou insatisfações quanto à função que ele desempenhou na instituição. Em grande medida, devido à

natureza edificante da fonte redigida pela Igreja Católica há omissão destas possíveis ocorrências, com ênfase no enaltecimento da trajetória de Eugenio Pacelli.

Durante a década de 1920 e 1930 houve momentos de bastante tensão entre a Igreja, sob a condução de Pio XI e seus adversários que investiram no,

assassínio de clérigos e perseguição da Igreja na Rússia, contra os quais ele protestou publicamente em 1930, veio concentrar-se o regime ferozmente anticatólico no México, que desde 1924 parecia seriamente decidido a erradicar o cristianismo. A partir de 1931 o novo regime republicano de Espanha tornou-se cada vez mais hostil à Igreja. Com a eclosão da Guerra Civil da Espanha em 1936 a hostilidade transformou-se em perseguição ativa, e Roma encheu-se de refugiados com relatos de atrocidades comunistas, incluindo massacres de padres e seminaristas (7.000 assassinados em poucos meses) e violação de freiras. A oposição nacionalista, pelo contrário, embora também responsável por atrocidades, e inicialmente pouco conhecida pela sua religiosidade, encarava cada vez mais a Igreja como parte integrante da sua visão para a Espanha. Recebeu a confirmação de todos os bispos espanhóis, exceto um, numa pastoral conjunta de 1937, e apesar dos criminosos atos de repressão do general Franco, o papado decidiu apoiá-lo. (DUFFY, 2008, p. 339).

Ao protestar contra os crimes e repressão comunista, Pio XI assegurou apoio ao general Franco, apesar de seus atos também condenáveis. Isso tornava ainda mais evidente “a brandura de Pio XI para com a direita” (DUFFY, 2008, 339). Pio XI era reconhecido por seus pares como um autoritário, deste modo, “não via grande mal numa liderança forte e apreciava o realce que o fascismo dava à família e à disciplina social” (p. 340).

Inclusive a omissão para com o Nazismo e o Fascismo, e a oposição ao comunismo no pontificado de Pio XI ganhou visibilidade mais uma vez. Na ocasião quando a Itália invadiu a Abissínia em 1935, o Papa não a condenou, pelo contrário, fez discursos com considerações gerais a cerca do fato, sem denunciar ou demonstrar reprovação. (DUFFY, 2008, 340).

Havia um cenário de disputa e oposição explícita da Igreja ao combater o comunismo, colocando-o como inimigo principal, o qual devia fazer retroceder. O pontífice fez uma denúncia fortíssima de reprovação das ideias e da política comunista, utilizando como recurso a encíclica *Quadragesimo anno*, publicada em 1931, conhecida por celebrar o aniversário de quarenta anos da encíclica *Rerum Novarum*. O documento ganhou repercussão por ser compreendido como um

posicionamento radical no pontificado de Pio XI devido à aversão demonstrada como “ódio e medo do comunismo” (DUFFY, 2008, p. 339).

As denúncias feitas por Pio XI contra o comunismo estavam atreladas à situação que a Igreja considerava insustentável em alguns países como México, Rússia e Espanha, devido ao regime comunista e à dessacralização da sociedade. A publicação da encíclica como instrumento de embate estabelecia a oposição da Igreja Católica e incitava a resistência ao comunismo por parte de toda a hierarquia eclesiástica presente em diversos países, assim como por parte dos fiéis católicos.

Em consonância com esta realidade, a alta hierarquia precisou se reorganizar quanto ao exercício das funções eclesiásticas a serem desempenhados a favor de seu fortalecimento institucional. Nesta ocasião, Eugenio Pacelli foi convocado para receber a concessão de mais um título hierárquico, desta vez como Cardeal, assumindo a função no dia 16 de dezembro de 1929, na qualidade de membro do Sacro Colégio de Cardeais. Posteriormente, dentro de um curto espaço de tempo, no dia 07 de fevereiro de 1930, Pacelli foi elevado por Pio XI ao posto de Secretário de Estado. Esta função na alta hierarquia era o cargo de maior poder depois do papado, pois auxiliava diretamente o Papa na execução de suas atribuições como porta-voz da Igreja Católica (CORNWELL, 2000).

No entanto, no decorrer do mesmo mês, uma segunda posição de destaque era conferida a Eugenio Pacelli, tornando-o Arcipreste de São Pedro, o que significa ser assistente do Papa em todas as funções pontificais realizadas na basílica. Sendo assim, a figura de Eugenio Pacelli, que já se mostrava conhecida e amplamente popular, passava a ter uma visibilidade ainda maior, tornando-se igualmente reconhecido na função como seus predecessores: Cardeal Rampolla e Cardeal Marry Del Val (LENN E REARDON, 1954; KOHNEN, 1940).

Por um lado, a trajetória de Eugenio Pacelli demonstra que ele foi adquirindo conhecimento dos negócios eclesiásticos dentro da instituição, em níveis de complexidade cada vez mais elevados. Inclusive, foi correspondendo e se ajustando aos moldes institucionais da Igreja Católica. Por outro lado, por meio da experiência adquirida a nível internacional foi se tornando amplamente conhecido por seus pares. Deste modo, a compreensão por parte de Eugênio da realidade que sobrevinha naquele período sobre a instituição, bem como todas as responsabilidades diplomáticas desempenhadas, as quais o fizeram conhecido e

atestavam sua competência para a administração dos negócios da Igreja, culminaram em sua ascensão ao papado.

Em seguida da morte de Pio XI, 10 de Fevereiro de 1939, em 1º de Março seguinte é aberto o Conclave, que logo após elege o novo Papa: Pio XII. Este o nome escolhido por Eugenio Pacelli, o qual iniciou assim o seu longo Pontificado (bem 19 anos, de 1939 a 1958), um dos mais difíceis e dramáticos Pontificados entre os tantos que a Igreja recorda no curso de dois milênios. (BIOGRAFIA DE PIO XII, 1876-1958).

Analisar a trajetória do homem que se tornou Papa nos permite humanizá-lo, evitando absorver a explicação própria da retórica católica, a qual produz um nível de perfeição incomum sobre o ator histórico e justifica sua ascensão ao cargo como uma ação sobrenatural de Deus. Voltando-nos, assim, para os critérios que favoreceram Eugenio Pacelli a ocupar o mais alto cargo como porta-voz da Igreja Católica e agoverná-la em nome de Cristo. Fundamentalmente, ele pôde ser papa porque agia e pensava em sintonia com o modo que historicamente a instituição se comportava.

Por isso, encontramos no discurso da Igreja Católica, no pontificado de Bento XVI, as sinalizações apologéticas às qualidades de Pio XII, que correspondiam a coerência das competências de Eugenio Pacelli às exigências institucionais para a função papal desempenhada por ele. Constatamos alusão feita às dimensões pessoal e cognitiva (inteligência, memória operacional, habilidade para falar diferentes línguas, sensibilidade possivelmente voltada à percepção de mundo orientada pelos valores religiosos), políticas e sociais (diplomata referente às relações internacionais e aos interesses da Igreja Católica frente a outras nações), jurista (capacitação de uma aprendizagem provavelmente transmitida pelo pai e por suas posteriores experiências na Santa Sé) e teólogo (concernente com a doutrina e liturgia religiosa da Igreja Católica).

As falas apologéticas sobre Pio XII no discurso religioso da Igreja durante o pontificado de Bento XVI estão relacionadas com as impressões pessoais que Eugenio Pacelli produziu durante sua trajetória como parte da instituição, assim como característico da natureza edificante das construções discursivas oriundas da Igreja Católica, a fim de produzir efeito de verdade e santidade. Neste caso, quando se menciona o “esforço contínuo e a vontade firme de se entregar a Deus”

(DISCURSO DE BENTO XVI, 08/11/2008), demonstra-se o empenho de Eugenio Pacelli para atender aos requisitos da instituição e manter-se ativo nela.

Do mesmo modo, ao ressaltar Pio XII como “um sacerdote que encontrava a força para o seu enorme trabalho em longas pausas de oração” dizendo que “era dali que hauria origem e impulso o seu magistério, bem como de todas as suas outras atividades” (DISCURSO DE BENTO XVI, 08/11/2008), mostram o processo de incorporação das práticas vinculadas à espiritualidade católica pelo líder religioso como recurso de fortalecimento para credibilidade da figura papal na dinâmica de mobilização social exercida por ele na função hierárquica na Igreja Católica.

Porquanto, com base na trajetória de Pacelli, pode-se cogitar também que seu perfil sacerdotal, somado às atribuições que desempenhou ao longo de seu caminho na Igreja Católica, culminou nos requisitos para o período vivenciado pela instituição, pois,

Pacelli foi eleito, como todos sabiam, para ser papa num tempo de guerra total, papel para o qual tudo na sua carreira – os seus talentos diplomáticos, o seu dom para línguas, a sua sensibilidade e inteligência – o havia preparado. Mas surgiram complicações. Ele tinha sido núncio durante muitos anos na Alemanha, falava um alemão fluente de preferência com o seu pessoal, e embora detestasse e desprezasse a teoria radical nazi, adorava a música e cultura alemãs. Além disso, como Pio XI, encarava o comunismo, não o nazismo nem o fascismo, como o inimigo público número um. Em 1919 ele tinha estado em Munique durante a insurreição comunista, e fora ameaçado por um grupo de revoltosos comunistas armados com pistolas. Conseguiria enfrentá-los, mas a experiência marcou-o para toda vida com um profundo receio do socialismo em todas as suas formas. (DUFFY, 2008, p. 343).

O caminho formativo de Eugenio Pacelli corroborou com os filtros de sua prática, retórica, postura e diplomacia, desenvolvendo-se nas competências e habilidades semelhantes as de Pio XI, mesmo não demonstrando “a impulsividade ardente do seu antecessor, e os apartes cada vez mais diretos que haviam marcado os discursos papais dos últimos anos de Pio XI”. (DUFFY, 2008, p. 344-345).

Para a função papal, ao longo de sua trajetória, obteve uma intensa formação, adquirindo recursos e capacitação para ocupar este altíssimo cargo em um momento considerado conturbado, em que diversos temas emergiram simultaneamente, sobretudo quanto à Segunda Guerra Mundial, um dos fatos mais citados pela Igreja neste período. Mas, não sendo o único tema ao qual o pontífice

se voltou e empreendeu publicamente pela instituição, assim como os interesses envolvidos nas disputas que abordavam cada um dos assuntos:

Pio XII dirigiu a sua atenção também às ciências e aos extraordinários progressos por elas alcançados. Não obstante admirasse as conquistas atingidas em tais campos, o Papa não deixava de alertar contra os riscos que uma investigação não atenta aos valores morais podia comportar. É suficiente um só exemplo: permaneceu famoso o discurso por ele pronunciado a respeito da conquista da cisão dos átomos; porém, com extraordinária clarividência, o Papa admoestava acerca da necessidade de impedir a todo o custo que estes geniais progressos científicos fossem utilizados para a construção de armas mortíferas, que poderiam provocar catástrofes imanes e até a total destruição da humanidade. De resto, como deixar de recordar os longos e inspirados discursos relativos ao almejado ordenamento da sociedade civil, nacional e internacional, para o qual ele indicava como fundamento imprescindível a justiça, verdadeiro pressuposto para uma convivência pacífica entre os povos. (DISCURSO DO PAPA BENTO XVI AOS PARTICIPANTES NO CONGRESSO SOBRE "A HERANÇA DO MAGISTÉRIO DE PIO XII E O CONCÍLIO VATICANO II", 08/11/2008).

Do lugar de enunciação que Pio XII ocupava, precisava, como porta-voz da instituição, participar do debate público, estando atendo aos avanços e sinais de mudança que circulavam em seu período histórico. As ações diplomáticas de um Papa sendo amplas implicam na administração da doutrina católica como estratégia para a mediação de conflitos, controle social e êxito institucional.

Portanto, Eugenio Pacelli, sobreposto em sua função papal como Pio XII, constituiu-se intelectual compondo o quadro da instituição juntamente com outros intelectuais, sobretudo a comunidade de falantes que representavam a Igreja Católica naquele período, emitindo suas posições por meio do seu porta-voz, o papa, atuavam como engrenagens determinantes para o funcionamento institucional católico no enfrentamento de questões sociais, políticas, culturais, econômicas e outras:

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo; quer haja um fenômeno de intermediação ou, o contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é, portanto elemento de referência explícita ou implícita. Além disso, e exatamente por esta razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxionômico; reveste-se, em determinados casos, das virtudes

explicativas, pois esses efeitos dos fenômenos não são inertes: são às vezes engrenagens determinantes do funcionamento desse meio. (SIRINELLI, 1996, p. 255).

Nisso convém, por um lado, pensar o lugar de autoridade que o pontífice ocupa na instituição a fim de orquestrar suas atividades e gerir sua participação pública nos temas emergentes em nível mundial de acordo com a organização da Igreja Católica, tendo em vista que nos debates empreendidos pelo grupo de intelectuais católicos que compõem a comunidade de falantes, mais especificamente a corte papal que está em interlocução com outros departamentos e organismos internos da Igreja, sinalizando uma linguagem de governo, a qual seguirá com articulações que preservem e defendam seus interesses.

Por outro lado, convém considerar que a organização da linguagem institucional da Igreja Católica é difundida pela alta hierarquia, pelas instâncias eclesásticas que regem a instituição em diferentes países e pelos fieis. Cada uma destas dimensões que incorporam e difundem a linguagem da Igreja Católica manifestam dissonâncias nas interpretações e experiências da doutrina e espiritualidade católica. Deste modo, a produção de catolicismos repercute nos diferentes níveis de autoridade para o enfrentamento das questões sociais.

O discurso público busca responder questões que estão em circulação, originam-se dentro de uma dada estrutura, mas já se espera que as respectivas enunciações ganhem forças e repercutam amplamente: ocasionando reações que movimentem o debate, permitindo que se mantenha ativo os assuntos, intensificando as discussões e as disputas de poder ou até mesmo provocando o bloqueio e a restrição dos assuntos em debate. (POCOCK, 2003).

Deste modo, o discurso católico busca reinstitucionalizar as práticas sociais a fim de manter-se na disputa pela soberania de seu projeto de poder. A propriedade educativa do discurso católico que objetiva alterar a percepção das pessoas e interferir nos seus modos que se comportam, atua como estratégia da alta hierarquia para disputar a força pelo controle social. Para isso, a Igreja Católica ornamenta a organização de sua linguagem com recursos doutrinários e teológicos que possam persuadir os crentes, adentrando assim, o debate público.

1.2 LUGAR DE ENUNCIÇÃO: UMA QUESTÃO DE AUTORIDADE

A Igreja Católica Apostólica Romana como instituição tem sua instância de governo organizada de modo hierárquico a fim de garantir sua existência, assegurando e preservando sua doutrina e liturgia religiosa. Deste modo, alcança efetividade para padronizar suas estruturas instaladas em diversos países e continentes. Com esta organização a Igreja Católica tem permanecido desde o seu início, mostrando resiliência e capacidade de gerir suas atividades em diferentes momentos e tempos históricos.

Para sua organização interna e externa, a legislação é vista como expressão das normas apoiadas em fundamentos jurídicos, canônicos e teológicos. Esta legislação canônica é um instrumento eficaz para a Igreja Católica regular suas práticas e as dos seus adeptos. Neste caso, por sua natureza jurídica e religiosa, ela dispõe deste recurso como força de lei para toda a Igreja, a fim de manter e promover a disciplina:

Constituída também como corpo social e visível, a Igreja precisa de normas: para que se torne visível sua estrutura hierárquica e orgânica; para que se organize devidamente o exercício das funções que lhe foram divinamente confiadas, principalmente as do poder sagrado e da administração dos sacramentos; para que se componham, segundo a justiça inspirada na caridade, as relações mútuas entre os fiéis, definindo-se e garantindo-se os direitos de cada um; e finalmente, para que as iniciativas comuns empreendidas em prol de uma vida cristã mais perfeita, sejam apoiadas, protegidas e promovidas pelas leis canônicas. (CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA - SACRAE DISCIPLINAE LEGES, 25/01/1983).

Denomina-se Sé Apostólica ou Santa Sé o organismo de representação central da Igreja Católica Apostólica Romana, responsável por conduzir as relações em nível internacional, tendo em vista que as relações internacionais da Santa Sé ocorrem, principalmente, como tratos entre a Igreja e o Estado: as políticas concordatárias, a manutenção e o estabelecimento de vínculos e relações internacionais que são por ela desempenhados com muitos países (BARNABÉ, 2011).

A figura papal ocupa um lugar de autoridade na enunciação que visa tornar os discursos verbais ou documentais ações frente aos seus interlocutores. A

finalidade dos ensinamentos contidos nestes discursos é modular o comportamento dos indivíduos, as práticas e os valores sociais. Os elementos doutrinários e as práticas litúrgicas que configuram a espiritualidade católica atuam como estratégia de mobilização social para buscar conformar os procedimentos individuais e coletivos para um mesmo fim:

A Igreja de Cristo, fidelíssima depositária de uma sabedoria divina e educativa, não pode cogitar nem cogita em criticar ou menosprezar as características especiais que cada povo guarda, com ciosa devoção e compreensível ufania, e considera como patrimônio precioso. O seu escopo é a unidade sobrenatural no amor universal, sentido e praticado, e não a uniformidade, exclusivamente exterior, superficial, e por isso mesmo debilitante. A Igreja saúda jubilosa e acompanha com seus votos maternais todas as diretrizes e solitudes que visem a criterioso e ordenado desenvolvimento de forças e tendências particulares e têm suas raízes nos mais recônditos escaninhos de cada estirpe, contanto que não contrastem com os deveres da humanidade derivados da unidade de origem e comum destino. (ENCÍCLICA–SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

O romano pontífice é quem dirige a Sé Apostólica e tem autonomia de decisão dentro das possibilidades delimitadas pela legislação da instituição, portanto, todas as instâncias católicas apostólicas romanas que circulam no mundo inteiro estão sujeitas a esta organização, com as devidas implicações sociais, religiosas e jurídicas:

Cân. 361 — Com o nome de Sé Apostólica ou Santa Sé designam-se neste Código não só o Romano Pontífice, mas ainda, a não ser que por natureza das coisas ou do contexto outra coisa se deduza, a Secretaria de Estado, o Conselho para os negócios públicos da Igreja, e os demais Organismos da Cúria Romana. (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 64).

A Cúria Romana é o organismo operacional da Santa Sé que administra, organiza e gera funcionalidade para a instituição. Para isso, tem uma estrutura contando com a Secretaria de Estado, Congregações, Pontifícios Conselhos, Dicastérios, Tribunais, Ofícios, Comissões Pontifícias, Comitês Pontifícios, Academias Pontifícias, dentre outros subsistemas. Estando esta estrutura responsável por exercer na autoridade do pontífice suas respectivas funções, cumprindo o ofício da gestão política, ações diplomáticas e respaldo ao papa no

desempenho de suas atribuições. Segundo o Código de Direito Canônico (1983, p. 64)

Cân. 360 — A Cúria Romana por meio da qual o Sumo Pontífice costuma dar execução aos assuntos da Igreja universal, e que desempenha o seu múnus em nome e por autoridade do mesmo para o bem e serviço das Igrejas, consta da Secretaria de Estado ou Papal, do Conselho para os negócios públicos da Igreja, das Congregações, dos Tribunais, e de outros Organismos, cuja constituição e competência são determinados por lei peculiar.

No entanto, é perceptível que todos estes organismos estão sujeitos ao Papa como autoridade “única e suprema” dentro desta organização hierárquica e funcional. Considerando o exercício de sua função como chefe de estado (Vaticano) e líder da Igreja Católica Apostólica Romana, ele é o principal porta-voz da instituição, ele é o ator histórico que representa a Igreja Católica e suas ações no período de 1939 a 1958:

Cân. 330 — Assim como, por disposição do Senhor, S. Pedro e os outros Apóstolos constituem um colégio, de forma semelhante estão entre si unidos o Romano Pontífice e os Bispos, sucessores dos Apóstolos.

Cân. 331 — O Bispo da Igreja de Roma, no qual permanece o múnus concedido pelo Senhor de forma singular a Pedro, o primeiro dos Apóstolos, para ser transmitido aos seus sucessores, é a cabeça do Colégio dos Bispos, Vigário de Cristo e Pastor da Igreja universal neste mundo; o qual, por consequência, em razão do cargo, goza na Igreja de poder ordinário, supremo, pleno, imediato e universal, que pode exercer sempre livremente.

Cân. 334 — No exercício do seu cargo, o Romano Pontífice é assistido pelos Bispos, que o podem ajudar com a sua cooperação por diversas formas, entre as quais o Sínodo dos Bispos. Auxiliam-no também os Padres Cardeais, e ainda outras pessoas e várias instituições segundo as necessidades dos tempos; todas estas pessoas e instituições, em nome e por autoridade dele, desempenham a missão que lhes foi confiada, para o bem de todas as Igrejas, e em conformidade com as normas definidas no direito. (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 58).

Quanto ao lugar de poder, o Papa é apontado como vigário de Cristo; sucessor de Pedro (um dos apóstolos que conviveram pessoalmente com Jesus Cristo); bispo da Igreja de Roma (a qual regula a matriz do discurso católico, devido sair dela todas as normativas para a religião); chefe de estado (autoridade política do poder público do estado-nação do Vaticano); “cabeça” do Colégio dos Bispos;

pastor da Igreja universal; dentre outros atributos da função. Devemos nos perguntar se realmente ele, “em razão do cargo, goza na Igreja de poder ordinário, supremo, pleno, imediato e universal, que pode exercer sempre livremente”(CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 58), pois, todos os lugares que ele ocupa dispõem de convenções estabelecidas para o exercício das funções.

Deste modo, embora todas as instâncias de governo sejam ao pontífice subordinadas, a própria estrutura da Igreja Católica, devido ao grande volume de atividades e questões burocráticas a gerir, demanda uma extensa rede de apoio para fazer a instituição funcionar com êxito dentro das suas capacidades práticas. Designando assim, o lugar de poder e autoridade ao pontífice, mas a execução às suas demais instâncias de governo, necessariamente a instituição trabalha e fala por si, mas emite suas posições por meio da figura papal:

Pondo esta primeira encíclica do nosso pontificado sob o sinal de Cristo-Rei, como que nos sentimos inteiramente seguros do consenso unânime e entusiástico de todo o rebanho do Senhor. As experiências, as ansiedades e as provações da hora presente despertam, aguçam e purificam o sentimento de comunidade da família católica num grau raramente experimentado, excitando em todos os que crêem em Deus e em Jesus Cristo a consciência de uma ameaça comum por parte de um perigo comum. Deste espírito de comunidade católica, potentemente acrescido em tão árduas circunstâncias, e que é recolhimento e afirmação, resolução e vontade de vitória, sentimos o bafejo consolador e inesquecível naqueles dias em que, hesitantes, mas confiados em Deus, tomamos posse da cátedra que ficara vaga pela morte do nosso grande predecessor. (ENCÍCLICA— SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

Nesta condição, o pontífice assume uma função de soberania hierárquica dentro da instituição, visto que nas relações de força, precisa fazer persistir sempre a religião como instrumento de mobilização social, evidentemente, por meio deste lugar de autoridade institucional, realiza a manutenção das estruturas para obter o controle de variáveis que atuam na interação entre as ideias do período e as da Igreja.

A figura do pontífice como porta-voz da instituição religiosa, ocupando este lugar de poder, é possível por estar dentro de uma organização com regras a modular o comportamento do sujeito de enunciação, o qual precisa demonstrar-se disposto a dar continuidade nas ações da mesma, compactuando com sua forma de pensar, agir e reagir frente as situações de cada tempo. Embora suas aptidões,

habilidades e competências pessoais venham impactar e repercutir na maneira como o projeto da instituição será encaminhado, ele passa a publicar, debater e intervir em questões emergentes na sociedade pela função institucional:

Cân. 333 — § 1. O Romano Pontífice, em razão do cargo, não só goza de poder em toda a Igreja, mas adquire também a primazia do poder ordinário sobre todas as Igrejas particulares e seus agrupamentos, com a qual ao mesmo tempo se corrobora e defende o poder próprio, ordinário e imediato, que os Bispos possuem sobre as Igrejas particulares confiadas aos seus cuidados. § 2. O Romano Pontífice, no desempenho do seu múnus de Pastor supremo da Igreja, está sempre unido em comunhão com os outros Bispos e mesmo com toda a Igreja; tem contudo o direito de, segundo as necessidades da Igreja, determinar o modo, quer pessoal quer colegial, de exercer este múnus. § 3. Contra uma sentença ou decreto do Romano Pontífice não há apelação nem recurso. (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 58).

O discurso religioso da Igreja Católica durante o pontificado de Pio XII ganhou notoriedade devido a sua atuação no debate público com os fiéis adeptos e por sua conduta reagente às ideias que circulavam em seu período, difundidas pelos não adeptos ou até mesmo pelas tendências do momento histórico que atravessavam. De fato, mesmo ele eventualmente vindo a pensar diferente sobre a realidade que o confrontava, somente poderia intervir como instituição, agir e reagir dentro de uma margem estreita de liberdade para sua ação:

Nos seus dezenove Discursos natalícios, que o Seu Sucessor definiu "monumento da sua sabedoria e do seu apostólico fervor", Pio XII tratou da paz como harmonia de justiça e de caridade: paz das consciências, paz das famílias, paz social, paz internacional. O Papa Paulo VI, que durante anos tinha quotidianamente trabalhado ao seu lado, pôde dizer dele: "Devemos recordá-lo, Pio XII, como homem forte e amoroso, pela defesa da justiça e da paz, solícito por toda a desventura humana, que se tornou multiforme e imensa de modo especial no período da guerra; Ele estava totalmente alheio a atitudes de consciente omissão de qualquer possível intercessão sua, todas as vezes que estivessem em perigo os valores supremos da vida e da liberdade do homem, antes, Ele ousou sempre tentar, em circunstâncias concretas e difíceis, quanto lhe era possível para evitar todo o gesto desumano e injusto" (*Insegnamenti di Paolo VI*, XII, 1974; pp. 222 s.). Nós queremos também recordar, a respeito do inesquecível Papa, o luminoso Magistério no campo bíblico, teológico, moral e social; a nova tradução do Saltério; as escavações junto do túmulo de São Pedro; a promulgação e a realização do Ano Santo de 1950, que trouxe a Roma milhões de peregrinos sedentos de Deus; a definição solene do dogma da Assunção de Maria Santíssima, a 1 de Novembro daquele mesmo Ano Santo de 1950. (DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II NO TÉRMINO

DA CONFERÊNCIA EM COMEMORAÇÃO DOS PONTIFICES PIO XII E JOÃO XXIII, 08/10/1983).

Seus posicionamentos e compartilhamento de ideias sobre seu período histórico apresentavam os interesses institucionais que diziam respeito a uma comunidade discursiva na qual estava inserido, ou seja, os documentos como evidências históricas possibilitam identificar a interlocução da atuação pública da Igreja. Pio XII como figura de autoridade atuou sobre este jogo de linguagem para introduzir momentâneas ou duradouras mudanças no discurso católico, transpondo em sua atuação pontifícia as “intenções outras que não as suas” (POCOCK, 2003), ou seja, posicionando-se como instituição e não pessoalmente como Eugenio Pacelli.

Por isso, a ênfase na autoridade divina continuada pela Igreja Católica e a coletividade hierárquica expressa pela figura do pontífice se mostrava um instrumento de sensibilização para o público interno e externo a instituição:

O arcano desígnio do Senhor, sem nenhum merecimento de nossa parte, quis confiar-nos a altíssima dignidade e as gravíssimas solitudes do Sumo Pontificado. Lembrando-nos ainda das inúmeras provas de filial acatamento à Igreja e ao Vigário de Cristo, recebidas por ocasião de nossa eleição e coroação, manifestações cheias de tanta espontaneidade e ternura, apraz-nos colher esta ocasião propícia para dirigir-vos, veneráveis irmãos, e a todos os que pertencem à grei do Senhor, uma palavra de comovido agradecimento por esse pacífico plebiscito de reverente amor e de inconcussa fidelidade ao papado, com o qual se vinha reconhecer a providencial missão do sumo sacerdote e do pastor supremo. Pois que, verdadeiramente, todas aquelas manifestações não eram nem poderiam ser dirigidas à nossa pobre pessoa, mas sim ao único e altíssimo cargo a que o Senhor nos elevava. E se já desde aquele primeiro momento sentíamos todo o peso das graves responsabilidades anexas ao sumo poder que nos conferia a divina Providência, também nos era de grande conforto ver aquela grandiosa e palpável demonstração da incindível unidade da Igreja católica que tanto mais compacta se estreita à inabalável rocha de Pedro, rodeando-a de barbacãs inexpugnáveis, quanto mais cresce a ousadia dos inimigos de Cristo. Este mesmo plebiscito de unidade católica mundial e de sobrenatural fraternidade de povos em torno do Pai comum, pareceu-nos tanto mais rico de felizes esperanças, quanto mais trágicas eram as circunstâncias materiais e espirituais do momento em que se dava; e a sua recordação nos veio confortando também nos primeiros meses do nosso pontificado, durante os quais temos já experimentado as fadigas, as ansiedades e as provações semeadas pelo caminho que vem palmilhando a esposa de Cristo através do mundo. (ENCÍCLICA – SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

Ao menos cinco fundamentos cruciais são citados acima se referindo ao pontificado de Pio XII e suas especificidades: 1) fidelidade ao papado; 2) despersonalização do cargo; 3) o cargo e a rocha de Pedro; 4) Papa como Vigário de Cristo; e 5) A Igreja (instituição) como esposa de Cristo. Percebemos ao longo de nossa análise que em momentos diferentes dentro dos dezenove anos que perdurou seu pontificado, a instituição enfatizava com frequência esses fundamentos com severidade.

O primeiro fundamento estando vinculado à fidelidade ao papado que condiz com o reconhecimento da autoridade hierárquica quanto às prescrições institucionais, desde a compreensão do próprio pontífice de seus limites e possibilidades de atuação, e com o acatamento de suas orientações, dada a compreensão dos adeptos e demais organismos da sociedade do lugar de autoridade ocupado por Pio XII. Esta medida estratégica reforça a soberania da Igreja Católica por meio de seu porta-voz, a fim de garantir a fixação de seus posicionamentos por meio da execução dos mesmos por partes dos fiéis e não fiéis, como prova de fidelidade a essa figura de poder instruída pela divindade.

O segundo fundamento refere-se à despersonalização do cargo, ou seja, o altíssimo cargo exercido por Eugenio Pacelli, mas que o diferencia pessoalmente das ações da Igreja Católica, ressaltando sua existência ao compor a organização, mas que se distancia da pessoa dele e aproxima da figura papal de Pio XII, o qual tem o aval hierárquico para estabelecer as normativas organizacionais e as faz em nome da Igreja Católica, e não em seu nome ou por seus interesses.

O terceiro fundamento mostra o compromisso do cargo com a manutenção da permanência da “rocha de Pedro” figurando um nível de comportamento propulsor na gestão da espiritualidade católica e das atividades orientadas por ela. Figurando o que chamam de “cátedra” de Pedro, especificamente, referindo-se a um lugar de liberdade e autonomia de ensinamento para o público que opera como ouvinte adepto ou interlocutor crítico a esta doutrina religiosa, pois deste lugar emanam os legados perenes para a difusão do seguimento católico.

O quarto fundamento, não menos importante, mas determinante na manutenção da estrutura e na imponência da Igreja Católica é o pontífice como Vigário de Cristo. É um importante indício da permanência do Cristo e de sua existência presente na pessoa do papa que o serve como adepto desse seguimento religioso e na apropriação de sua autoridade. Este aspecto da doutrina católica

confere ao papa o lugar de profeta, pastor como pessoa de Cristo e garante a supremacia do papado dentro da instituição, devido à superposição da figura papal com a figura de Cristo, delineando o grau de importância de sua função.

O quinto fundamento se refere à Igreja Católica como esposa de Cristo, seu fundador. Esta conotação de esposa considera um modelo de casamento perfeito orientado pela doutrina religiosa católica, em que a dinâmica do amor consiste na doação absoluta de si em prol do outro, mesmo quando isso recobra a um ato extremo de entrega, no qual se assemelha a morte de Jesus como prova de um amor total e gratuito por aquilo que acreditava. Nesta ocasião, origina-se Igreja Católica como corpo místico de Cristo, pois neste vínculo de união esponsal, ele ocupa o lugar da cabeça que a conduz por ter se entregado totalmente por ela, e essa por sua vez, executa tudo que ele predisse como resposta a este amor gratuito, sagrado, incondicional e esponsal.

O recorrente uso destes elementos para endossar a autoridade papal sugere interpretar que a estrutura de linguagem organizada pela Igreja Católica ornamentava a retórica para adquirir força, confiabilidade e êxito nas intervenções que realizava. Principalmente, para utilizar sua autoridade justificada como sendo divina com finalidade estratégica para subversão da liberdade dos indivíduos a levá-los a executar suas orientações, mantendo o controle da coletividade.

Neste caso, Pio XII, ao ser eleito pontífice, tornou-se a voz institucional autorizada a efetivar os posicionamentos da Igreja Católica, assinando, publicando e enunciando as compreensões da instituição quanto à realidade religiosa, social, cultural, econômica, política e outras dimensões da sociedade manifestas em seu tempo. Esta voz institucional que está regulada pelas diretrizes da legislação regida pelos elementos jurídicos, canônicos e teológicos, tem dentro destas delimitações, a função primordial de observar a todas as regras a fim de manter-se como partícipe do jogo de linguagem e, sobretudo, atender aos critérios estratégicos para manter a instituição ativa e participante no debate público.

Sendo assim, a coletividade institucional é apresentada na doutrina católica por meio da representação simbólica do corpo de Cristo manifesto na estrutura física, organizacional, jurídica, canônica e comunitária da Igreja expressando sua sacralidade:

Prova-se que este corpo místico, que é a Igreja, é realmente distinguido com o nome de Cristo, porque ele deve ser considerado de fato como sua cabeça. "Ele é, diz S. Paulo, a cabeça do corpo da Igreja" (CI 1,18). Ele é a cabeça, da qual todo o corpo convenientemente organizado e coordenado recebe crescimento e desenvolvimento na sua edificação (cf. Ef 4,16, com CI 2,19). De quanto até aqui expusemos, veneráveis irmãos, é evidente que estão em grave erro os que arbitrariamente ungem uma Igreja como que escondida e invisível; e não menos aqueles que a consideram como simples instituição humana com determinadas leis e ritos externos, mas sem comunicação de vida sobrenatural. Ao contrário, assim como Cristo, cabeça e exemplar da Igreja, "não é todo se nele se considera só a natureza humana visível... ou só a natureza divina invisível... mas é um de ambas e em ambas as naturezas...: assim o seu corpo místico"; pois que o Verbo de Deus assumiu a natureza humana passível, para que, uma vez fundada e consagrada com seu sangue a sociedade visível, "o homem fosse reconduzido pelo governo visível às realidades invisíveis". (ENCÍCLICA— MYSTICI CORPORIS, 29/06/1943).

Ao evidenciar a instituição como corpo místico de Cristo, elenca-se neste debate, o aspecto doutrinário da encarnação, que afirma a permanência da divindade em primazia, Jesus Cristo fundador, como presença contínua e absoluta no seguimento religioso em questão (POCOCK, 2003). Assim como pode-se destacar que utilizam o elemento doutrinário da encarnação para responder àqueles que os criticam ao mencionarem que "cometem" um grave erro em humanizar a fé católica apostólica romana ao percebê-la como instituição de enraizamento social e não sobrenatural.

Para afirmar sua autoridade e relevância organizacional, ressalta-se a recondução do ser humano pelo "governo visível às realidades invisíveis" (ENCÍCLICA – MYSTICI CORPORIS, 29/06/1943), ou seja, o pontífice e os demais clérigos ocupam este lugar de exclusividade no que tange à comunicação com o divino que é invisível, são colocados como elo que conecta o ser humano conduzido pela hierarquia de governo visível (existente e em funcionamento) com o invisível (fé católica).

Parece-nos interessante pensar nos critérios que compõe as instâncias de governo da Igreja Católica, constituindo uma comunidade de falantes no debate intelectual, ou seja, exerce o lugar de enunciação e autoridade maior o Papa Pio XII, mas esse como porta-voz institucional, externaliza o que todos têm como ideia compartilhada no jogo de linguagem que é aberta para mais de um jogador:

Cân. 129 — § 1. Quem recebeu a ordem sagrada é capaz, segundo as normas do direito, do poder de governo, que por instituição divina existe na Igreja, e que também é chamado poder de jurisdição. § 2. Os fiéis leigos podem cooperar no exercício desse poder, segundo as normas do direito.

Cân. 130 — O poder de governo de si exerce-se para o foro externo; algumas vezes, porém, só para o foro interno, mas de forma que os efeitos, que o seu exercício possa vir a ter no foro externo, não sejam reconhecidos neste foro, a não ser na medida em que pelo direito tal tenha sido estabelecido para casos determinados.

Cân. 131 — § 1. O poder ordinário de governo é aquele que pelo próprio direito está anexo a algum ofício; delegado é o que se concede à própria pessoa sem ser mediante o ofício. § 2. O poder ordinário de governo pode ser próprio ou vigário. § 3. Àquele que se diz delegado incumbe o ônus de provar a delegação. (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 22).

A ordem sagrada como vimos anteriormente no processo formativo de Eugenio Pacelli é concedida somente a homens que abdicam de suas vidas comuns para dedicar-se exclusivamente às atividades da Igreja Católica. Deste modo, poderíamos nos voltar ao debate da exclusão das mulheres do exercício desta função, pois obviamente estão exclusas do direito de governo na instituição.

Entretanto, a estrutura hierárquica da instituição sendo predominantemente patriarcal, tendo conferido suas possibilidades de governo somente a pessoas do sexo biológico masculino que se identificam como homens, e que se portam de acordo com a produção ideal de homem sendo condizente com a imagem de Cristo, modelo de homem, pode-se perceber que as outras diversificações de masculino que deixem de enquadrar-se a essa estão nulas a receberem os graus de ordem sagrada, sobretudo, ao poder de governo.

Portanto, temos claramente a brecha para discutir o lugar concedido à mulher nesta instituição, mas também podemos e devemos nos ater à estrutura hierárquica patriarcal da Igreja que produz, inevitavelmente, uma especificação de masculino, excluindo aos demais homens de serem absorvidos à sua instância de governo.

Neste caso, temos no cânone 129, no inciso segundo, a evidência de que as pessoas que deixam de enquadrar-se aos critérios para concessão da ordem sagrada incluem-se no lugar de leigos, tidos como cooperadores na manutenção desta instituição. Uma vez que quando nos perguntamos quem pode receber a ordem, encontramos a resposta no manual doutrinário da Igreja Católica que diz:

1577 – “Só um varão (*vir*) batizado pode receber validamente a ordenação sagrada. O Senhor Jesus escolheu homens (*“viri”*) para formar o colégio dos doze apóstolos, e os apóstolos fizeram o mesmo quando escolheram os colaboradores que seriam seus sucessores na missão. O colégio dos Bispos, ao qual os presbíteros estão unidos no sacerdócio, torna presente e atualiza, até o retorno de Cristo, o colégio dos doze. A Igreja se reconhece vinculada por essa escolha do próprio Senhor. Por isso, a ordenação de mulheres não é possível. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 432).

Se referindo às condições para receber a ordem e compor a estrutura de governo da Igreja Católica, nota-se que existem restrições tanto para as mulheres, quanto para os homens, mesmo que para esses ainda exista alguma possibilidade de identificação com os critérios que, em alguma medida, são restritivas também:

1579 – Todos os ministros ordenados da Igreja latina, com exceção dos diáconos permanentes, normalmente são escolhidos entre os homens fiéis que vivem como celibatários e querem guardar o *celibato* “por causa do Reino dos Céus” (Mt 19, 12). Chamados a consagrar-se com indiviso coração ao Senhor e a “cuidar das coisas do Senhor”, entregam-se inteiramente a Deus e aos homens. O Celibato é sinal desta nova vida a serviço da qual o ministro da Igreja é consagrado; aceito com coração alegre, ele anuncia de modo radiante o Reino de Deus. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 433).

As medidas que se mostram restritivas aos homens demonstram o que é evidente, nem todos os homens podem ser ordenados, e mesmo os que podem, passam pelo refinamento da instituição, inclusive, diferenciando-se estes critérios de refinamento para a Igreja latina e para a Igreja oriental para serem incluídos na estrutura de governo da instituição:

1580 – Nas Igrejas orientais, está em vigor, há séculos, uma disciplina diferente: enquanto bispos só são escolhidos entre os celibatários, homens casados podem ser ordenados diáconos e padres. Esta praxe é considerada legítima há muito tempo; esses padres exercem um ministério muito útil no seio de suas comunidades. O celibato dos presbíteros, por outro lado, é muito honrado nas Igrejas orientais, e são numerosos os que o escolhem livremente, por causa do Reino de Deus. No Oriente como no Ocidente, aquele que recebeu o sacramento da Ordem não pode mais casar-se. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 433).

É possível perceber que a ênfase da instituição passa pela concepção de homens, mas forjado no que consideram virtudes. Assim como educados para a

renúncia e superação do que classificam como ambições. Estes são requisitos fundamentais para obter os graus da ordem:

O sacerdócio é um chamado a seguir Cristo que "sendo rico, por nós se fez pobre para enriquecer-nos com sua pobreza" (2 Cor 8, 9). A fidelidade ao ministério requer aquelas virtudes que são mais altamente consideradas entre os homens, virtudes que educam o sacerdote para a renúncia e para a superação das ambições, de tal maneira que este não se afaste da imitação de Cristo, virtudes "como são a sinceridade de alma, o diligente cuidado pela justiça, a fidelidade às promessas, a polidez no agir e uma linguagem sóbria e pautada pela caridade".(A FORMAÇÃO SACERDOTAL NOS SEMINÁRIOS, 17, 18, 19/02/2009 - RECOMENDAÇÕES PASTORAIS DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA).

Corbin, Courtine, e Vigarello (2013) descrevem que o modelo de virilidade não faz referência apenas ao masculino, mas a um ideal de virtudes, com características permeadas pelo poder, excelência, autocontrole e dominação. Inclusive, pontuam que há um conjunto de valores e normas que a constitui e que se impõem relacionadas ao engajamento nas questões sociais, à expansão e ação energética. Os autores evidenciam que o século XIX é considerado o auge do conceito de virilidade, período no qual homens consentiam em viver e morrer pela pátria.

Com estas regras estabelecidas entre os atores que estão no jogo, tem-se a realidade dos homens homossexuais. A Igreja Católica embora tenha em suas instâncias, clérigos e religiosos com esta orientação sexual, busca refinar e evitar o máximo possível a absorção destes na instituição. A reflexão e discussão sobre este tema aumentou desde o Concílio Vaticano II. Durante os pontificados de Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI intensificou-se a preocupação, passando de força de discussão a explícitas regulações no âmbito de formação dos candidatos a seminaristas, candidatos a padre e religiosos:

À luz de tal ensinamento, este Dicastério, de acordo com a Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, considera necessário afirmar claramente que a Igreja, embora respeitando profundamente as pessoas em questão, não pode admitir ao Seminário e às Ordens sacras aqueles que praticam a homossexualidade, apresentam tendências homossexuais profundamente radicadas ou apoiam a chamada *cultura gay*. (INSTRUÇÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE DISCERNIMENTO VOCACIONAL ACERCA DAS PESSOAS COM TENDÊNCIAS

HOMOSSEXUAIS E DA SUA ADMISSÃO AO SEMINÁRIO E ÀS
ORDENS SACRAS, 31/05/2005).

Corbin, Courtine, e Vigarello (2013), nos auxiliam na compreensão da intensificação da discussão sobre este tema por parte da Igreja Católica. Evidentemente, percebemos que o pensamento institucional expressando suas preocupações com a formação de seminaristas, futuros padres e religiosos, acompanham o movimento do processo histórico em relação às identidades masculinas. Os autores apresentam a modificação na realidade do conceito e significado de homens viris ao longo do século XX e XXI, quando elucidam que o conjunto de características que delineava a reconhecida virilidade nos períodos anteriores, ganha status de fragilidade e crise.

Esta realidade como repercussão das transformações culturais e sociais modificam a regra das convenções estabelecidas até então, pois os motivos que se intensificam durante as primeiras décadas do século XX definem a transição de um modelo masculino considerado arcaico para um novo conjunto de possibilidades. As guerras deixam de ser romantizadas e passam a ser reconhecidas como massacres, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial e outras situações de guerras coloniais. A partir dessas experiências e percepções o conceito de virilidade que permaneceu por anos passa a ser questionado. O entusiasmo viril pelas guerras entra em declínio; ocorrem as depressões econômicas; intensifica-se o processo pela igualdade dos sexos; enfim, diversos fatores demandam dos homens diferentes respostas, prática, ressignificações subjetivas e coletivas (CORBIN, COURTINE; VIGARELLO, 2013).

Sendo assim, ao longo dos debates religiosos referente aos homens, percebemos que se mantém atrelado o conceito de virilidade como regra e convenção religiosa social. As mudanças são encaradas pela instituição como preocupações e exprimem normativas na tentativa de governá-las em alguma medida. As questões postas como regras para o jogo compartilhado entre a comunidade de falantes conduzida pela voz institucional do papa determinam o grau de autonomia e estabilidade da Igreja Católica. Em meio a longos períodos e tempos históricos, esta medida se afirma mais, atuando como uma blindagem, a fim de preservar a partir da origem da instituição, consequentemente, o seu caráter e o conteúdo que será produzido por meio desta estrutura.

Em grande medida, as práticas institucionais são reafirmadas na sociedade em questão e passam a ser percebidas como práticas que movimentam a cultura e a política por meio de um discurso promovido por esta estrutura de governo, mesmo que religiosa, pois essa tem potencial para integrar a prática política, cultural, econômica e educacional de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história (POCOCK, 2003).

Em relação às mulheres, apenas em fator de exclusão, sem possibilidades de inclusão para receber algum grau de ordem, justifica-se pela doutrina religiosa católica em reproduzir a imagem de Cristo homem e também dialoga com a questão da autoridade cedida à Igreja por ele tendo este sido seu fundador:

1578 – Ninguém tem *direito* de receber o sacramento da ordem. De fato, ninguém pode arrogar-se a si mesmo este cargo. A pessoa é chamada por Deus para esta honra. Aquele que crê verifica em si os sinais do chamado divino ao ministério ordenado deve submeter humildemente seu desejo à autoridade da Igreja, à qual cabe a responsabilidade e o direito de convocar alguém para receber as ordens. Como toda graça, esse sacramento não pode ser *recebido* a não ser como um dom imerecido. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 432).

Sendo assim, entende-se que este chamado à ordem voltado especificamente para um padrão ideal de homem cristão excluindo outras diversificações de homem a receber esta honra, assim como fica evidente que por uma questão de educação de gênero, as mulheres deixam de ser chamadas a este cargo interpretado como dom imerecido. Embora em uma citação da fonte encontremos a identificação pessoal como sinal de um chamado divino, esta mesma identificação pessoal é cedida a estrutura hierárquica da Igreja que tem o direito e a responsabilidade de definir quem pode e quem deixa de poder receber.

Este jogo institucional tem convenções estabelecidas que perduram desde a sua origem, estando postas a serem seguidas deste modo a sobreviver mesmo em meio a contextos que foram modificados, impondo sobre os atores de seu contexto interno e externo subsequentes, restrições para as possíveis modificações necessárias. Movimento que é resultado de como os jogadores exploram as regras uns contra os outros, e, no devido tempo, atuam sobre estas mesmas regras visando alterá-las, objetivando sancioná-las como legítimas e integrantes do universo do discurso religioso, político e educacional (POCOCK, 2003).

A busca por persuadir os crentes e não crentes quanto à permanência da divindade, ressaltando a imagem de seu precursor e fundador Jesus Cristo, passa pela crença das duas naturezas, humana e divina, que se mantém invisível, revelada na liturgia religiosa (ritos) e desvelada na pessoa dos sacerdotes, principalmente, na do papa:

A Igreja prega e inculca obediência e respeito às autoridades terrenas que em Deus tem sua nobre origem, atendo-se ao ensinamento de Cristo que disse: "Dai a César o que é de César" (*Mt* 22, 21); não tem miras usurpadoras e canta na sua liturgia: "não arrebatam os reinos terrestres, Aquele que dá os reinos celestes". Não deprime as energias humanas, mas antes as orienta para o que é magnânimo e generoso, e forma caracteres que não transigem com a consciência. Ela, que civilizou os povos, nunca se opôs ao progresso da humanidade, do qual se compraz e goza com maternal ufania. O fim da sua autoridade declaram-no admiravelmente os anjos que adejavam sobre o berço do Verbo encarnado, quando cantavam glória a Deus e anunciavam paz aos homens de boa vontade. Esta paz que o mundo não pode dar, deixou-a, por herança aos seus discípulos o divino Redentor: "Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz" (*Jo* 14, 27); e assim, seguindo a doutrina sublime de Cristo, por ele mesmo compendiada no duplo preceito do amor a Deus e ao próximo, milhões de almas conseguiram essa paz, conseguem-na ainda hoje e hão de consegui-la sempre. (ENCÍCLICA-SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

Evidentemente, quando a instituição aborda o aspecto doutrinário da encarnação, ela mobiliza a dimensão invisível que é apresentada por quem é visível, neste caso, o vigário de Cristo e toda a hierarquia da Igreja Católica. Este é o argumento central no debate da autoridade divina que instituiu a espécie humana para a administração da Igreja e de seus bens espirituais. A autoridade sobrenatural vem como elemento de fortificação, garantindo a articulação ideológica defendida pela instituição.

Por meio deste lugar de autoridade, portanto, Pio XII tem por atribuição explicitar os pensamentos e ideais da Igreja Católica em seu tempo. O pontífice, juntamente com outras instâncias de governo da instituição, enfrenta debates públicos sobre diversos temas. As enunciações por meio dos documentos pontifícios e também os atos de fala deliberados durante ocasiões públicas por Pio XII referem-se a aspectos emergentes na vida social a nível individual e coletivo:

Desde o primeiro Concílio Vaticano, em 1870, organizado sob a influência e os auspícios do Papa Pio IX, reconhecidamente reacionário,

a Igreja Católica assumira uma visão abrangente e decididamente dogmática de suas responsabilidades enquanto guardião moral do “rebanho”. Precisamente por estar sendo expulso da posição de poder político pelo Estado moderno, o Vaticano passou a fazer exigências implacáveis aos seus seguidores. Na verdade, o longo e – em retrospecto – controverso papado de Eugenio Pacelli, o papa Pio XII (1939-1958), não apenas manteve as pretensões espirituais da Igreja oficial como também a trouxe de volta à política. (JUDT, 2011, p. 383).

Portanto, devido a este cenário político, durante o pontificado de Pio XII, muitas temáticas foram enfrentadas pela instituição publicamente, vários assuntos foram disputados por meio do papa para controle da Igreja Católica. Organizados por meio de tópicos os principais assuntos em debate durante o período de 1939-1958 são:

- ✓ Ciência e Religião
- ✓ Direito
- ✓ Doutrina Católica
- ✓ Educação
- ✓ Economia
- ✓ Família
- ✓ Homem Moderno
- ✓ Medicina
- ✓ Mulher Moderna
- ✓ Paz
- ✓ Política
- ✓ Relações Internacionais
- ✓ Saúde
- ✓ Tecnologia
- ✓ Trabalho
- ✓ Valores morais e sociais

O debate público enfrentado pela Igreja envolve a disputa do conceito de autoridade que exerce uma força paradigmática. A disputa pelo conceito de autoridade no campo religioso tem como condição justificar e endossar suas definições contribuindo unicamente com informações e assuntos selecionados como relevantes ao exercício da natureza religiosa. Isto favorece a delimitação de problemas quanto aos valores sociais, culturais e políticos.

As enunciações realizadas com base nesta disputa de autoridade, por natureza polivalente, consistem no emprego de uma retórica capaz de dar consignas que proporcionam o efeito de interpretações diferentes ao mesmo tempo. Esta habilidade da retórica da Igreja Católica é empregada por aqueles que atuam como porta voz à medida que agem como ator histórico, recombinaando as realidades de seu tempo com suas argumentações para defender, preservar ou promover sua instituição.

Especificamente, nos centramos sobre as temáticas que configuram as questões referentes à educação de gênero. Identificadas no período circunscrito deste estudo, voltando-se a preocupação da Igreja para o casamento como principal forma de organização social, educação feminina e métodos contraceptivos. Evidentemente que manifestando também a preocupação da instituição sobre a mulher frente às possibilidades de trabalho, formação profissional e maternidade.

Foi possível identificar que os temas em debate durante o pontificado de Pio XII eram tratados como parte do corpo social da Igreja Católica, denominado como Corpo Místico de Cristo. Sendo assim, cada assunto discutido publicamente movia aspectos fundamentais para a perpetuação dos valores cristãos na sociedade vigente. Os assuntos específicos se interligam e constroem uma rede de possibilidades para delinear as ideias que circulavam no período, as quais a Igreja Católica encontrou recurso para responder a cada uma delas subsistindo as tensões.

Discorrer repetidas vezes sobre o “Corpo Místico de Jesus Cristo”, portanto, parece ser um mecanismo de enfrentamento defensivo à manutenção da credibilidade, confiabilidade e infalibilidade da Igreja Católica, que disputa o controle social e cultural, embasando-se na recorrente afirmação de sua autoridade perene. Com isso, declara a sua liberdade de enunciar uma única e exclusiva verdade, pois mesmo conduzida por homens, é “Cristo” que lhes fala diretamente aos ouvidos e rege suas ações:

A história, por um célebre orador romano sabiamente denominada “mestra da vida”, há quase dois mil anos vem demonstrando a veracidade da palavra da Escritura que afirma: “não terá paz quem resiste a Deus” (cf. Jo 9, 4). Porque somente Cristo é a “pedra angular” (Ef 2, 20), sobre a qual o homem e a sociedade podem encontrar estabilidade e salvação. Sobre esta pedra angular foi educada a Igreja, e por isso contra ela nunca poderão prevalecer as potências adversas:

"as portas do inferno não prevalecerão" (*Mt* 16, 18), nem poderão nunca enfraquecê-la, porquanto as lutas, tanto internas como externas, só poderão dar-lhe mais força e aumentar o número de coroas das suas gloriosas vitórias. Ao contrário, qualquer outro edifício que não tenha suas bases na doutrina de Cristo, apóia-se sobre areia movediça e estará fadado a ruir miseramente (cf. *Mt* 7, 26-27). (ENCÍCLICA – SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

O modo com que a instituição organiza sua defesa e ao mesmo tempo embasa o ataque às tendências de seu período, demonstra a relação de poder na qual a disputa e o controle das práticas sociais são tomados no discurso religioso como referente à espiritualidade católica, mas atuando por meio destes posicionamentos como recurso estratégico para comunicar suas tentativas de interação nas diversas esferas sociais, como a política e a educação.

Podemos pensar por meio da expressão citada na fonte, "não terá paz quem resiste a Deus", a instituição sinaliza uma disputa contínua para efetivar suas convicções, ideias e percepção de mundo, pois, se anteriormente vimos que o papado expressa a vontade de Deus sobre todas as coisas, logo, por meio deste lugar de autoridade papal viriam posicionamentos de modo altamente idiossincrático.

Assim como podemos cogitar que a consigna bíblica "as portas do inferno não prevalecerão" também citada na fonte, fazendo referência às potências adversas e posteriormente ressaltando as lutas internas e externas para o não enfraquecimento da instituição, a fim de obter "mais força e aumentar o número de coroas das suas gloriosas vitórias", desvelam a disposição com que a hierarquia da Igreja Católica se comporta neste pontificado, visando a intensa participação no debate público e acreditando que isso poderia neutralizar as tendências do período que entendem tentar persuadir a Igreja de Cristo.

Evidentemente, quando dizem "qualquer outro edifício que não tenha suas bases na doutrina de Cristo, apoia-se sobre areia movediça e estará fadado a ruir miseramente", sinalizam as suas intenções de se sobressair às disputas públicas. Certamente voltava-se à preocupação com a organização internacional do comunismo e com a difusão da mentalidade socialista (DUFFY, 2008), por isso colocava em detrimento de seu avanço institucional, os seus interlocutores:

O conservadorismo dos papas GREGÓRIO XVI (1830-1846), PIO IX(1846-1878), LEÃO XIII (1878-1903), PIO X (1903-1914), BENTO XV (1914- 1922), PIO XI (1922-1939) e PIO XII (1939-1958) diante dos

Estados Liberais, se caracterizou por várias medidas que visavam fortalecer o poder do catolicismo e combater todas as idéias que pudessem afetar os seus dogmas. As diretrizes para este movimento conservador, o ultramontanismo, deveriam partir de Roma. Para tanto, o poder papal foi reforçado, principalmente após o Concílio Vaticano I (1870) em que foi decretada a infalibilidade do santo pontífice. (GUARIZA, 2003, p. 1).

A Igreja Católica de forma emblemática, por meio de sua retórica ancorada na Sagrada Escritura, tida como recurso orientador para sua espiritualidade, estrutura seu discurso e refina sua linguagem com a finalidade de se destacar ganhando força e visibilidade para obter êxito em suas pretensões políticas, religiosas e educacionais. Neste caso, a espiritualidade católica passa a ser um instrumento fundamental para evidenciar a Igreja como detentora do poder religioso com feição política efetiva para manifestar sua força ordenando a instituição em oposição ao “mundo moderno” (CAES, 2002), no que compreendiam estar reinando a confusão e a instabilidade.

Estando em pauta nos documentos pontifícios o conceito de autoridade citado como tendo um caráter transcendente, mostra o uso ambivalente do termo circunscrito no discurso de origem religiosa, pois converge para a manutenção de uma estrutura paradigmática ao confrontar ideias e tendências que naquele momento estavam circulando, refutando a absorção destas pela Igreja, inferindo também, a recusa e resistência de seus adeptos:

Uma atitude bem definida, doutrinal e completa, contra os erros dos tempos presentes poderá ser adiada, se for preciso, para uma época menos agitada pelas desgraças dos acontecimentos externos; por ora limitar-nos-emos a algumas observações fundamentais. A época atual, veneráveis irmãos, acrescentando novos erros aos desvios doutrinários do passado, levou-os a extremos dos quais se não podia originar senão desorientamento e ruína. E antes de tudo, é certo que a raiz profunda e última dos males que deploramos na sociedade moderna é a negação e repulsa de uma norma de moralidade universal, quer na vida individual, quer na vida social e das relações internacionais, isto é, o desconhecimento, tão difundido nos nossos tempos, e o esquecimento da própria lei natural, que tem o seu fundamento em Deus, criador onipotente e Pai de todos, legislador supremo e absoluto, onisciente e justo vingador das ações humanas. (ENCÍCLICA— SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

Claramente a tensão que a instituição enfrentava fortemente no período era a manutenção de seus adeptos. Com receio de fragilizar-se, sustentou durante todo

pontificado de Pio XII um debate se auto-afirmando como “guia para dirigir os fiéis em suas atividades cotidianas, pretendendo fazer do comportamento de cada católico uma presença marcante de sua mensagem na sociedade” (CAES, 2002, p. 12-13). A estabilidade do discurso católico em promover a sua supremacia sobre todas as coisas sugere a onisciência de Deus para seu êxito frente às causas da vida social, pois se a Igreja é regida por Deus, logo essa tem orientações soberanas sobre as ações humanas:

Quando se renega Deus, abala-se toda a base de moralidade; sufoca-se ou, pelo menos, debilita-se de muito a voz da natureza, que ensina, até aos iletrados e às tribos ainda alheias à civilização, o que é bem e o que é mal, o que é lícito e o que é ilícito, e faz sentir a responsabilidade das próprias ações perante o Juiz supremo. Pois bem, a negação da base fundamental da moralidade teve, na Europa, a sua raiz originária no afastamento daquela doutrina de Cristo, de que é depositária e mestra a cátedra de São Pedro; doutrina que, em tempos idos, dera certa coesão espiritual à Europa, a qual, educada, enobrecida e civilizada pela cruz, chegara a tal grau de progresso civil que a fizera mestra de outros povos e de outros continentes. Afastando-se, ao invés, do magistério infalível da Igreja, não poucos chegaram até a subverter o dogma central do cristianismo, a divindade do Salvador, acelerando assim o processo de dissolvimento espiritual. (ENCÍCLICA— SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

A realidade da Igreja na Europa e nas regiões nas quais repercutiram os mesmos feitos, citados como distanciamento da doutrina de Cristo, serviram como contexto de experiência para que, ao reafirmar a autoridade e legítima diligência da cátedra de Pedro, a instituição pudesse executar sem alarde a produção explícita de um deslocamento desta camada de sentido crescente em relação ao distanciamento do magistério da Igreja.

Neste mesmo período onde a Igreja comunica sua observação sobre as várias regiões do mundo e ressalta o esfriamento, o distanciamento, podemos dizer que houve uma descentralização da doutrina católica, o que percebemos reclamar a instituição por meio dos documentos pontifícios. Mediante a dificuldade para exercer a hegemonia sobre crentes e não crentes, com a finalidade de incorporar maior autoridade no controle de variáveis emergentes no processo de transformação social, que engendram novos modos de argumentação, a Igreja Católica reafirma sua doutrina como estratégia de subversão:

A doutrina do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja (cf. *CI* 1, 24), recebida dos lábios do próprio Redentor e que põe na devida luz o grande e nunca assaz celebrado benefício da nossa íntima união com tão excelsa Cabeça, é de sua natureza tão grandiosa e sublime que convida à contemplação todos aqueles a quem move o Espírito de Deus; e, iluminando as suas inteligências, incita-os eficazmente a obras salutares, consentâneas com a mesma doutrina. Por isso resolvemos entreter-nos convosco sobre tão relevante assunto, expondo e explicando principalmente a parte relativa à Igreja militante. Move-nos a fazê-lo não só a excepcional importância da doutrina, mas também as circunstâncias atuais da humanidade. (ENCÍCLICA– MYSTICI CORPORIS, 29/06/1943).

Os modos de argumentação sobre a doutrina compõem um enredo no qual aparece a flexão dos verbos resolver e entreter (*“por isso resolvemos entreter-nos convosco”*), (ENCÍCLICA– MYSTICI CORPORIS, 29/06/1943), indicando uma comunidade de falantes que elencam informações selecionadas como relevantes ao exercício e à natureza política da instituição, que visa obter efeito persuasivo na comunidade para a qual falam, neste caso, apresentando a definição de problemas e valores aparentemente religiosos, mas de cunho político, pois voltam-se ao aspecto doutrinal como recurso para adentrar o debate que citam claramente ter emergido das “circunstâncias atuais da humanidade”(ENCÍCLICA– MYSTICI CORPORIS, 29/06/1943).

Portanto, estas informações previamente selecionadas favorecem distribuições de prioridades, consequentemente, de autoridade, e constroem um contexto oportuno para a produção dos efeitos de regulação do âmbito individual e coletivo:

Ora, o homem se volta ordinariamente para Deus quando lhe reconhece a suprema majestade e o supremo magistério, quando aceita com submissão as verdades divinamente reveladas, quando lhe observa religiosamente as leis, quando faz convergir para ele toda a sua atividade, quando – para dizer resumidamente – presta, mediante a virtude da religião, o devido culto ao único e verdadeiro Deus. Esse é um dever que obriga antes de tudo os homens individualmente, mas é ainda um dever coletivo de toda a comunidade humana ordenada com recíprocos vínculos sociais, porque também ela depende da suma autoridade de Deus. (ENCÍCLICA– MEDIATOR DEI, 20/11/1947).

As enunciações de Pio XII levam-nos a desvelar as ações de outros atores na história de seu tempo que podem ter operado neste meio expressivo, uma vez

que os posicionamentos que sustentou enredam os numerosos atos efetuados pela comunidade de falantes em meio ao movimento social de diversos agentes.

A autoridade do pontífice tem a conotação de máxima primazia por estar diretamente vinculada com a ideia doutrinária, fielmente resguardada da continuidade da presença de Cristo, a partir da Igreja e por meio de seus líderes. A afirmação institucional como Igreja oficial deste poder conferido por Cristo aos seus apóstolos para continuarem administrando em seu lugar a comunidade, na qual se manteria presente na comunhão dos fieis na mesma Igreja, é decisivo em sua legitimação:

Como vigário daquele que, numa hora decisiva, diante do representante da mais alta autoridade terrena de então, pronunciou a grande palavra: "Nasci e vim ao mundo para dar testemunho da verdade; quem está pela verdade, ouve a minha voz" (*Jo* 18, 37), de nada nos sentimos mais devedores ao nosso cargo, e também ao nosso tempo, como de, com apostólica firmeza, "dar testemunho da verdade". Este dever implica necessariamente a exposição e a refutação dos erros e das culpas humanas que devem ser conhecidas para que se torne possível a cura: "conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres" (*Jo* 8, 32). No cumprimento deste nosso dever, não nos deixaremos influenciar por considerações terrenas, nem nos deteremos diante de difidências e contrastes, de recusas e incompreensões, nem diante do temor de despezos e falsas interpretações. (...). O reconhecimento dos direitos reais de Cristo e a volta de cada um e da sociedade à lei da sua verdade e de seu amor são o único caminho de salvação. (ENCÍCLICA– SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

Pio XII aparece neste enredo como profeta privilegiado revestido do Cristo e de sua autoridade, estando assistido pela graça da infalibilidade no lugar profético que mantém dentro da Igreja como porta-voz da mesma para a sociedade. A ideia de ser conduzido absolutamente por Deus, pelo Espírito Santo, para o bem de todos atribuía-lhe a autoridade necessária para mobilizar os religiosos e pretender promover alterações nas situações em curso no seu período:

Unidade para a qual dirigem também seus olhares nostálgicos tantos homens responsáveis pelos destinos das nações, os quais estão vendo hoje quão incapazes sejam os meios em que um dia depositaram tanta confiança; unidade desejada por muitíssimos dos nossos filhos que invocam cotidianamente o Deus de paz e de amor; unidade aguardada por tantos espíritos nobres, se bem afastados de nós, os quais, em sua fome e sede de justiça e de paz, voltam seus olhares para a Sé Apostólica, dela esperando diretriz e conselho. Reconhecem eles na Igreja católica a bimilenária estabilidade das normas de fé e de vida, a

inabalável solidez da hierarquia eclesiástica que, unida ao sucessor de Pedro, se prodigaliza em iluminar as mentes com a doutrina do evangelho, em guiar e santificar os homens; e se é de grande condescendência para com todos, é também firme, ainda que a custo de tormentos e de martírio, quando deve dizer: "Não é permitido". (ENCÍCLICA– SUMMI PONTIFICATUS, 20/10/1939).

As ações de Pio XII foram realizadas pela condição institucionalizada que tornou possível nos atos de discursos (um contexto primário) sejam orais, manuscritos ou impressos, houve condições para que estas ações acontecessem. Como contexto secundário, podemos elencar a maneira de expressar, a cada coisa a ser dita, escrita ou impressa, deve haver uma linguagem, um modo de se organizar este jogo de linguagens (POCOCK, 2003).

A linguagem determina o que pode ser dito, mas abre precedente para se modificar o que é dito nela. Nisto, o contexto é promissor para os atos de fala e não podem ser vistos como simplesmente textos em si. Portanto, todos os documentos analisados neste estudo inscrevem-se em um contexto de atos e jogos de linguagem, no qual vários jogadores interferem.

Neste caso os jogadores postos nas interferências não se detinham apenas em partidos ou organizações políticas internacionais como o comunismo e o socialismo, os quais se mostraram os principais a serem combatidos pela instituição no período. Referem-se ainda às disputas que aconteciam entre as instâncias eclesiásticas da Igreja Católica em diferentes países. Nas três encíclicas publicadas entre 1943 e 1947 de natureza teológica, ficam explícitas declarações a cerca de novas possibilidades para a teologia católica.

Na encíclica *Mystici Corporis Christi*, publicada em 29 de Junho de 1943, a instituição propõem,

um modelo orgânico e místico da Igreja como Corpo de Cristo, suprimindo o modelo político da sociedade <<perfeita>> (<<completa e independente>>) em que o papa era geral ou primeiro magistrado e que tinha dominado o pensamento católico durante três séculos. (DUFFY, 2008, p. 348).

Apesar de delinear uma natureza orgânica da Igreja, a instituição evidenciava, portanto, a identificação da Igreja de Cristo com a Igreja católica romana, restringindo assim de modo implícito os outros organismos cristãos.

Entretanto, mostrava sua “preocupação exagerada com a dimensão hierárquica e a centralidade do papado”. (DUFFY, 2008, p. 348).

Na encíclica *Divini Afflante Spiritu*, publicada em 30 de setembro de 1943, na qual celebram os cinquenta anos da encíclica *De Studiis Scripturae Sacrae* sobre os estudos bíblicos publicada por Leão XIII em 13 de novembro de 1893, a instituição problematiza os estudos bíblicos que produziu a teologia católica desde 1910. Assim, ressaltam o reconhecimento da multiplicidade literária da Bíblia que requer cautela com as interpretações, sendo algumas inadequadas, absolutas e fundamentalistas. (DUFFY, 2008).

Na encíclica *Mediator Dei*, publicada em 20 de novembro de 1947, a instituição enfatizava uma renovação do catolicismo por meio de uma liturgia participada. Advertindo contra os liturgizadores, considerado ansiosos por transformações. Neste aspecto, embora a instituição demonstrasse a abertura para inovar algumas práticas, mostrava como era longa a memória romana ao referir-se a um ataque pseudo-sínodo de Pistoia de 1786. (DUFFY, 2008).

A publicação destas encíclicas, configuram as delimitações e regras para os demais jogadores que ansiavam por uma renovação teológica na Igreja Católica. Embora a instituição se associe compartilhando de algumas ideias que mostram seu reconhecimento das novas demandas, por outro lado, expõem suas condições e limites. Isso tudo ganhou desenvolvimento devido a uma renovação teológica que se iniciava:

Apesar do sufocante ambiente intelectual herdado da era antimodernista, surgira na Alemanha e na França, em especial nas ordens intelectuais dos dominicanos e jesuítas, uma tendência contrária à interpretação rigidamente hierárquica da Igreja que predominava desde o Concílio Vaticano I. Esses novos movimentos realçavam o caráter espiritual da Igreja, em vez de sua estrutura institucional, e apontavam a liturgia da missa e do breviário como uma rica fonte de entendimento da natureza do cristianismo. Mostravam um novo interesse pelos escritos dos Padres da Igreja primitiva, minimizando por consequência a autoridade <<intemporal>> das ortodoxias teológicas mais recentes que dominavam os seminários e os manuais. O jesuíta Henri de Lubac indicava à Igreja os escritos dos Padres gregos em particular, enquanto o dominicano francês Yves Congar insistia na importância da dimensão corporativa da Igreja e do papel ativo de todos os cristãos na mesma, não apenas como obedientes soldados rasos sob o regime militar da hierarquia. (DUFFY, 2008, p. 348).

Por isso a Igreja começa a dispor desses temas nas encíclicas pontifícias, e correntes desses pensamentos passam a aparecer nelas. Incluindo posteriores

incorporações dessas declarações pontifícias aos aspectos práticos de seus ritos. Pio XII no início da década de 1950 começa a implantar algumas reformas práticas, mas com iniciativas vinculadas com a essência da antiga liturgia, sobretudo as cerimônias da Semana Santa que estavam entrando em esquecimento. Entretanto, passa a abrandar as exigências de jejum e autoriza as missas noturnas. (DUFFY, 2008).

Podemos considerar que nestes aspectos litúrgicos e teológicos, ocorreram modificações no posicionamento da Igreja Católica no período. Embora mantendo maior parte do conjunto que vinha como herança de Pio X e Pio XI, tendo sua continuidade em Pio XII. É nesse sentido que podemos pensar em atos institucionais organizados em textos, pois são necessariamente seguidos de ações práticas. Sobre isso, Pocock (2003, p. 66) pontua:

O historiador (...) investe seu tempo aprendendo as “linguagens”, idiomas, retóricas ou paradigmas em que tal discurso se realizou, ao mesmo tempo estudando atos de enunciação que foram emitidos nessas “linguagens”, ou na linguagem formada de um composto delas. É extremamente comum, embora talvez não necessário. Constatar que esses atos na linguagem foram organizados na forma de textos. Quase igualmente comum – embora ainda menos necessário – é constatar que esses textos têm autores a respeito dos quais pode haver ou não informações disponíveis provindas de fontes limitadas ou não limitadas ao texto.

Percebemos estas nuances no texto de acordo com a narrativa do argumento, pois conseguimos identificar que permanentemente cada documento pontifício estava diretamente em tensão com uma realidade social que se manifestava com efeito para a instituição. Interpretamos neste estudo estas fontes como registros das ocorrências do período do pontificado de Pio XII como oportunidades de acessar e desvelar o que era debatido, confrontado e estava em disputa por diversos organismos sociais, nos quais a Igreja Católica tinha participação. Visto que sua proposição comunicava que:

Com efeito, ainda que não neguemos, antes gostosamente e bendizendo a Deus confessemos, que também nestes tempos tão agitados há muitos que, embora separados do redil de Cristo, olham para a Igreja como para o único porto de salvação, contudo não ignoramos que a Igreja de Deus não só é soberbamente desprezada e perseguida por aqueles que, menoscabada a luz da sabedoria cristã, voltam miseramente às doutrinas, usos e costumes do antigo

paganismo, mas freqüentemente é desconhecida, descurada, aborrecida por muitos cristãos, que se deixam seduzir pelas aparências, falsas doutrinas, ou arrastar pelos atrativos e corrupção do mundo. É por isso que Nós, veneráveis irmãos, obedecendo à voz da nossa própria consciência, vamos expor à vista de todos e celebrar a beleza, louvores e glória da santa madre Igreja, a quem depois de Deus tudo devemos. (ENCÍCLICA– MYSTICI CORPORIS, 29/06/1943).

No desenvolvimento do tema doutrinal sobre a Igreja como “Corpo místico de Cristo”, na encíclica *MYSTICI CORPORIS* de 1943, é possível identificar uma mudança na estabilidade do discurso católico. Mudança essa que dá azo a reflexões quanto ao ensejo católico de responder a questões emergentes na sociedade, a partir deste ensinamento de cunho doutrinal. Esta instabilidade no discurso, que deixa de ser catequética apenas e passa a dialogar com os demais agentes sociais existentes naquele período, comunicando uma diligência justificada, para conter as inferências atuantes no debate público:

De fato, enquanto por um lado perdura o falso *racionalismo* que tem por absurdo tudo o que transcende e supera a capacidade da razão humana, e com ele outro erro parecido, o *naturalismo vulgar* que não vê nem quer reconhecer na Igreja de Cristo senão uma sociedade puramente jurídica; por outro lado grassa por aí um falso *misticismo* que perverte as Sagradas Escrituras, pretendendo remover os limites intangíveis entre as criaturas e o Criador. Ora esses erros entre si opostos fazem que alguns, cheios de infundado temor, considerem esta sublime doutrina como perigosa e fujam dela como do fruto do paraíso, belo e proibido. Não; os mistérios revelados por Deus não podem ser prejudiciais ao homem, nem devem permanecer infrutíferos como tesouro enterrado no campo; senão que nos foram dados por Deus, para proveito espiritual dos que piamente os contemplam. (ENCÍCLICA– MYSTICI CORPORIS, 29/06/1943).

Embora os elementos da doutrina católica sejam empreendidos com vigoroso rigor e a instituição tente comunicar que sua intervenção para dissertar sobre o aspecto doutrinário da encarnação emergiu de um ato de “solicitude pastoral”, fazendo menção às várias dissonâncias na interpretação e difusão desta compreensão dogmática, a contradição aparece em seguida, quando elencam o falso *racionalismo* que perdura, o *naturalismo vulgar*, o *falso misticismo*, certamente tendências contemporâneas àquele período e que questionava ou mesmo deslegitimava a autoridade da Igreja e consequentemente a do papado.

Na encíclica, *SUMMI PONTIFICATUS* de 1939, que estampa o programa do pontificado de Pio XII, a instituição faz referência aos “indícios de paganismo” como um fenômeno crescente. Deste modo, a instituição passa a reafirmar com frequência que a Igreja Católica em sua conjuntura hierárquica e com sua riqueza doutrinária é o sinal visível da natureza divina. Com os riscos de perda de adeptos a instituição passa a disputar com tendências de seu período a difusão da espiritualidade católica como meio de firmar a existência de Deus na sociedade.

Neste desdobramento, percebemos então que o jogo de linguagens que tange a organização dos atos de intervenção religiosa e problematização social, em textos públicos, enseja a produção de efeitos naqueles interlocutores que estão expostos aos atos efetuados. Há elementos importantes de interpretação e historicidade que vem à tona neste ponto e que precisam ser considerados, ao que tange saber o que foi enunciado neste discurso e como o jogo de linguagens que objetiva resistir, enfrentar, conter e disputar são expressos neste discurso.

A retórica desta narrativa nos permite pontuar a capacidade argumentativa e persuasiva de seus redatores para articular as ideias nesta enunciação com resposta publicista, e em alguma medida polêmica, por compreender um nível de comportamento sofisticado e de troca, a fim de obter a transformação da realidade, utilizando-se de um enredo bíblico para elucidar o que considera metaforicamente estar obscurecido espiritualmente, visto que, na verdade, os indícios são sociais quando neste mesmo discurso ressaltam os indícios de novas práticas gerando convicções que deixam a instituição temerosa.

Lembrando que o instrumento de regulação, disputa e controle de variáveis na sociedade é a espiritualidade, e essa se mostrando fragilizada em diferentes regiões, isso comunica à Igreja Católica a importância de se posicionar legitimando sua autoridade entrando na disputa para manter os crentes e quem sabe convencer os não crentes de sua primazia, assim buscando visibilidade e mantendo-se atuante no debate público:

Declaradamente do lado da reação política, desde as ligações próximas entre Vaticano e Mussolini e da resposta ambivalente do nazismo, até o entusiasmo expresso a favor de ditadores católicos na Espanha e em Portugal, o papado de Pacelli seguiu linhas rígidas também na política interna das democracias. Especialmente na Itália, os católicos eram esclarecidos a respeito da inadequação espiritual (ou pior) de votar contra democratas cristãos; e mesmo na Bélgica e na Holanda, países

relativamente liberais, a hierarquia católica local dava instruções para direcionar o voto católico aos partidos católicos, exclusivamente. (JUDT, 2011, p.352).

Portanto, precisamos considerar que “a difusão de uma linguagem pode ser uma história muito diferente de sua criação” (POCOCK, 2003, p. 69). Ressaltamos deste modo, que a linguagem, em análise, é importante para denotar que os grupos que disputam um lugar, um espaço de controle social, articulam seus interesses e são em grande medida, tendenciosos a favor deles. Inclusive, “quanto mais institucionalizada for uma linguagem e quanto mais pública ela se tornar, mais ela estará disponível para os propósitos de diversos locutores articulando diversas das preocupações” (POCOCK, 2003, p. 68) que a incluem na disputa.

No cruzamento das fontes fica ainda mais evidente a preocupação com os elementos doutrinários da Igreja para superar o debate que vinha crescendo ao passar dos anos. Em outra encíclica, “*Sobre a Sagrada Liturgia*”, denominada “MEDIATOR DEI” de 1947, flagramos o mesmo elemento sendo discutido e empreendido com a mesma intensidade e imposição, mas com acréscimo da defesa do aspecto doutrinário da liturgia. Isso realmente demonstra a criação e difusão de linguagens que confere condições de impor aos outros grupos e organismos envolvidos nesta disputa a autoridade de enunciação comum às elites intelectuais:

O Divino Redentor quis, ainda, que a vida sacerdotal por ele iniciada em seu corpo mortal com as suas preces e o seu sacrifício, não cessasse no correr dos séculos no seu corpo místico, que é a Igreja; e por isso instituiu um sacerdócio visível para oferecer em toda parte a oblação pura, a fim de que todos os homens, do oriente ao ocidente, libertos do pecado, por dever de consciência servissem espontânea e voluntariamente a Deus. A Igreja, pois, fiel ao mandato recebido do seu Fundador, continua o ofício sacerdotal de Jesus Cristo, sobretudo com a sagrada liturgia. (...) Ora, se de uma parte verificamos com pesar que em algumas regiões o sentido, o conhecimento e o estudo da liturgia são às vezes escassos ou quase nulos; de outra, notamos, com muita apreensão, que há algumas pessoas muito ávidas de novidades e que se afastam do caminho da sã doutrina e da prudência. (...) É, portanto, nosso dever louvar e aprovar tudo o que é bem feito, conter ou reprovar tudo o que se desvia do verdadeiro e justo caminho. (ENCÍCLICA—MEDIATOR DEI, 20/11/1947).

A problemática dos adeptos que estão se distanciando da prática religiosa aparece nas fontes que entrecruzamos para delinear se de fato este fenômeno coletivo se estendeu ao longo do pontificado do Pio XII. Ao explorarmos as fontes,

encontramos uma encíclica “Sobre opiniões falsas que ameaçam a doutrina católica” de 1950, denominada *HUMANI GENERIS*. Todos os elementos já apresentados nesta seção estão fortemente presentes nas defesas feitas pela instituição de suas convicções de fé:

O estado atual das coisas é o que é: vós não podeis mudá-lo; mesmo que fosse lamentável, seria inútil perder-se em lamentações estéreis. Se tem seus perigos, vós precisais olhá-los no rosto para se defender e superá-los. Mas de onde vêm esses perigos? De onde vem a crise moderna? Ela vem, já dissemos, do meio das mudanças das circunstâncias externas, e apesar da mudança de ritmo que segue, a natureza, o caráter, o temperamento, substancialmente não mudam; se algo mudar vosso fundo permanecerá constante e imutável; apenas a superfície será sacudida: não andareis ao mesmo ritmo do ar e do vento, que respirais ao redor vos acariciando a testa. (DISCURSO DE PIO XII ÀS LEITORAS DA REVISTA ALBA, 17/05/1942)⁷.

As disputas empreendidas pela Igreja Católica neste período recobravam a afirmação e legitimação constante de sua autoridade e diretriz, seja na dimensão jurídica, teológica doutrinal ou canônica. Este álibi recorrente registrado nos documentos pontifícios demarca fortemente este lugar de enunciação, o qual só é possível por ser institucionalizado a delinear esta questão de intervenção por meio da autoridade de fala.

Identificamos ao longo do pontificado de Pio XII uma ação que, como porta-voz da instituição, atuou em prol da sanção de uma verdade considerada dogmática no aspecto doutrinário da Igreja, e que estava em diálogo com questões emergentes às reivindicações do seu período em relação “*A proposta de definição do dogma assunção da bem-aventurada virgem Maria*”, descrita pelo Papa na carta encíclica *DEIPARAE VIRGINIS MARIE*, publicada em 1 de maio de 1946, enviada a todas as autoridades eclesiais do mundo a fim de consultá-los quanto a se compreendiam como “lícita, decorosa e conveniente” esta definição:

Invocando e experimentando os fiéis e cristãos o contínuo auxílio da Virgem Maria Mãe de Deus, desejam honrá-la cada vez mais; e, porque o amor, se está verdadeira e profundamente arraigado nos corações, por si mesmo se manifesta em novos testemunhos, esforçam-se por dar provas, no decurso dos séculos de mais intensa devoção para com ela. Acontece por isso, segundo a nossa convicção, que desde há algum tempo se apresentam à Sé Apostólica cartas de súplica – as que foram

⁷ Este documento foi traduzido do Italiano por Victoria Khorosheva.

recebidas entre 1849 e 1940, reunidas em dois volumes e ilustradas com oportunos comentários, foram editadas recentemente – enviadas por cardeais, arcebispos, bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas, associações, universidades e, enfim, por inumeráveis fiéis particulares, com o objetivo de que se declare e defina solenemente como dogma de fé que a bem-aventurada virgem Maria subiu em corpo aos céus. E, de certo, ninguém ignora que isso mesmo foi pedido com ardentes votos por quase 200 padres do Concílio Vaticano. (ENCÍCLICA– DEIPARAE VIRGINIS MARIE, 01/05/1946).

A Igreja Católica coloca, na hierarquia dos seus documentos pontifícios, a carta encíclica como posicionamentos institucionais, pois, por meio delas, orienta, exorta, catequiza e atualiza aspectos de sua doutrina. Para esta definição dogmática não foi diferente, houve uma solicitação de resposta do Papa para que pudesse prosseguir ou interromper o processo:

Insistentemente vos rogamos que nos dêem a conhecer com que devoção, conforme a sua fé e piedade, o clero e o povo comados à vossa direção veneram a assunção da beatíssima Virgem Maria. E, sobretudo, desejamos vivamente conhecer se vós, veneráveis irmãos, julgais, segundo a vossa sabedoria e prudência, que a assunção corporal da bem-aventurada Virgem Maria pode ser proposta e definida, e se o desejais ansiosamente com o vosso clero e povo. Esperando as vossas respostas, que quanto mais rápidas mais gratas nos serão, pedimos para vós, veneráveis irmãos, e para os vossos fiéis, a largueza dos dons divinos e o favor da excelsa Virgem Maria, enquanto amantíssimamente no Senhor concedemos a vós e à grei confiada aos vossos cuidados, em testemunho da nossa paternal benevolência, a bênção apostólica. (ENCÍCLICA– DEIPARAE VIRGINIS MARIE, 01/05/1946).

O dogma foi proclamado no ano de 1950 na praça de São Pedro em Roma. Em vários documentos ao longo do pontificado de Pio XII, encontramos motivações a orações e súplicas a Maria, especificamente no dia 15 de setembro de 1951, por ocasião da festa das sete dores da Santíssima Virgem Maria. O sumo pontífice ressalta o apego do seu tempo presente às intensificações a esta figura da fé católica:

Nunca, desde que, por desígnio da divina Providência, fomos elevados à suprema cátedra de Pedro, à vista das ameaças do mal, deixamos de contar ao seguro patrocínio da Mãe de Deus a sorte da família humana, tendo publicado, como bem sabeis, por mais de uma vez, cartas de exortação a este propósito. É patente, veneráveis irmãos, com quanto empenho, entusiasmo e união de almas, o povo cristão tenha

correspondido às nossas exortações por toda a parte. Assim o têm esplendidamente mostrado, repetidas vezes, os grandiosos espetáculos de fé e de amor para com a augusta Rainha do Céu, principalmente aquela manifestação de alegria universal que nos foi dado, por assim dizer, contemplar com os nossos olhos, quando, no ano passado, circundados de inúmera multidão, proclamamos solenemente, da Praça de São Pedro, a assunção da virgem Maria em corpo e alma ao Céu. (ENCÍCLICA– INGRUENTIUM MALORUM, 15/09/1951).

Mais tarde, Bento XVI, em outro momento, faz a leitura do ato de inovação realizado por Pio XII no debate religioso e sinaliza a interlocução entre o fenômeno histórico e o efeito que a instituição objetivava com a definição do dogma de fé a respeito de Maria:

Igualmente meritório de menção especial é o ensinamento mariológico de Pio XII, que alcançou o seu ápice na proclamação do dogma da Assunção de Maria Santíssima, através do qual o Santo Padre tencionava pôr em evidência a dimensão escatológica da nossa existência e, outrossim, exaltar a dignidade da mulher. (...)Portanto, não deve surpreender o fato de que ainda hoje o seu ensinamento continua a difundir luz na Igreja. Já transcorreram cinquenta anos da sua morte, mas o seu multiforme e fecundo magistério representa também para os cristãos de hoje um valor inestimável. Sem dúvida a Igreja, Corpo místico de Cristo, é um organismo vivo e vital, não entrincheirado de modo imóvel naquilo que era há cinquenta anos. Mas o desenvolvimento verifica-se na coerência. (DISCURSO DE BENTO XVISOBRE A HERANÇA DO MAGISTÉRIO DE PIO XII E O CONCÍLIO VATICANO II, 08/11/2008).

A dinâmica de transformação dos valores sociais é emitido pela instituição quando atua publicamente por meio dos seus documentos pontifícios, não restringir-se a descrições catequéticas para um público delimitado, mas demonstrando confrontar outros interlocutores presentes na disputa do controle social. Parecem recepcionar as articulações de consciências em suas comunicações plurais do meio externo, absorvendo e acomodando os conteúdos de seu período histórico, devolvendo em atos de fala, sejam escritos ou pronunciados, (POCOCK, 2003).

No caso da definição do dogma da Assunção de Maria, foi a primeira vez desde sancionado a infalibilidade pontifícia em 1870 que o papa exerceu o *Magisterium* infalível e definiu o respectivo dogma mariano. Entretanto, esta definição incomodou muitos teólogos católicos, por esta ação não fundamentar-se nas Escrituras, e era considerada desconhecida da Igreja primitiva. O incomodo foi grande por parte destes, pois levavam em consideração a fragilidade da relação

Igreja com outras igrejas, mesmo as igrejas ortodoxas que acreditavam no dogma, porém, rejeitavam o direito unilateral do papa em definir artigos de fé, (DUFFY, 2008).

Em consonância com este acontecimento, houve também a publicação da encíclica *Humani Generis*, em agosto de 1950, na qual a instituição chamava atenção para as novas tendências da nova teologia em relação aos dogmas de fé. A instituição denunciava doutrinas modernas como errôneas referindo-se ao existencialismo (teoria que abre precedente para outros modos de identificação com o existir), e ao poligenismo (a teoria que a raça humana evoluiu a partir de mais de um par) como

conducente ao relativismo, e advertindo também contra um <<falso irenicismo>> para com outras tradições cristãs que levaria ao comprometimento de princípios fundamentais da fé. Ele apelava aos bispos e aos superiores de ordens religiosas para impedir a propagação destas opiniões novas e perigosas. (DUFFY, 2008, p. 349).

Estes episódios estavam relacionados à chamada “renovação espiritual” que acontecia no momento. Por exemplo, na Igreja Católica da França, onde como repercussão dos apelos papais, embora sem explicitar o nome de ninguém nem especificar região, iniciou-se um ataque aos teólogos do mundo, incluindo os grandes dominicanos franceses Yves Congar e Marie-Dominique Chenu. Eles foram impedidos de lecionar e publicar, com a finalidade de silenciá-los. (DUFFY, 2008).

A crescente força das ideias comunistas e socialistas no final da década de 1940 e início da de 1950, alimentou as disputas por parte da Igreja Católica. Devido às ideias políticas comunistas estarem penetrando diversas esferas sociais, inclusive a Igreja, Pio XII se pronunciou indiretamente mencionando que considerava ser perigoso ocorrer um declínio da fé católica. Deste modo, com receio da organização política comunista continuar se instalando em diversos países, passou a responder os fomentos entre católicos sobre os partidos políticos a serem apoiados. Em 1949, por meio de um decreto, Pio XII atualizou o pensamento da instituição sobre a excomunhão para os cristãos que fossem favoráveis ao comunismo. Com esta medida restringia os crentes a escolherem posições políticas em consonância com as da Igreja, para se manterem sob seu vínculo. (DUFFY, 2008)

Em um discurso aos participantes do Congresso Internacional dos Estudos Sociais, em 03 de junho de 1950, Pio XII aborda a mentalidade socialista como um

grande problema social. O pontífice, inclusive, canonizou em 1950 o papa Pio X, considerado como antimodernista. Pio XII enviou o corpo de Pio X embalsamado em uma viagem pela Itália. Por volta de 1952, a instituição incentivava entre os democratas-cristãos italianos, os neofacistas, e outros grupos de extrema direita a manterem-se aliados como resistência política ao comunismo. (DUFFY, 2008).

Portanto, em meio a este cenário de disputas por parte da Igreja para manter a sua força, liberdade e princípios de verdade, estreitou as tensões com ideias que manifestavam oposição aos seus valores, e mais que isso, como ameaça de sua estabilidade como organização internacional. Porquanto as iniciativas por parte da instituição recorriam com frequência à Sagrada Tradição para justificar e embasar suas ações, a fim de reafirmar sua autoridade.

A Sagrada Tradição, assim tida pela Igreja, é compreendida como tudo aquilo que os apóstolos receberam do próprio Jesus. Esta tradição é considerada de domínio divino e administração humana. O ensinamento contido na tradição da Igreja é composto por duas modalidades: uma oral que veio dos apóstolos e outra escrita, chamada Sagrada Escritura (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999).

Foi portanto durante o processo histórico que as demandas foram emergindo, e a instituição precisou selecionar o que iria incorporar à sua consolidação, pois, “por meio da Tradição, a Igreja, em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê”, (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 34). A instituição ressalta a distinção da tradição que vem dos apóstolos das “tradições” eclesiais:

É preciso distinguir as “tradições” teológicas, disciplinares, litúrgicas ou devocionais surgidas ao longo do tempo nas Igrejas locais. Constituem elas formas particulares sob as quais a grande Tradição recebe expressões adaptadas aos diversos lugares e às diversas épocas. É a luz da grande Tradição que estas podem ser mantidas, modificadas ou mesmo abandonadas, sob a guia do Magistério da Igreja, (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 35)

As tradições eclesiais atuam na vida da instituição para gerir “o patrimônio sagrado da fé (*depositum fidei*), contido na Sagrada Tradição, que foi confiado pelos apóstolos à totalidade da Igreja”, (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 35). As modificações, adaptações, e atualizações são encaminhados pelo Magistério da Igreja, que tem,

o ofício de interpretar automaticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo, isto é, foi confiado aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma, (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 36).

Nestes aspectos referentes à tradição da Igreja Católica, podemos identificar que ao longo do processo histórico ocorre uma seleção dos conteúdos que, se somando aos demais já existentes, vão sendo incorporados ao conjunto. Isso nos permite perceber que a tradição da Igreja Católica não é rígida e inflexível, pelo contrário, é maleável para assim absorver novas questões, de acordo com cada tempo, e até mesmo para abandonar elementos que considerar desnecessários.

Esse processo de reinvenção da Igreja Williams (2011) define como um movimento no processo histórico característico de culturas dominantes que resultam em um conjunto de tradição seletiva ao longo do tempo. Para a instituição nem todos os elementos são interessantes responder ou disputar. Assim como selecionam frente a quais situações percebem ser oportuno agir, e também o fazem com os elementos que contêm a denominada Sagrada Tradição.

A Igreja Católica neste período se utilizou de seu potencial educativo para modificar o modo de pensar dos sujeitos ativos na sociedade. O objetivo de educar os seus fiéis para escolhas políticas, sociais e culturais, sobretudo quanto à educação de gênero, compõem um processo de incorporação doutrinária.

Deste modo, compreendo que as ações da Igreja Católica estão sempre em conexão com os fenômenos sociais, buscamos identificar qual a relação entre a definição do dogma mariano, firmado por Pio XII, e o ideal de mulher cristã para o período em estudo. Localizamos um fragmento que nos auxiliou na análise da postura da instituição. No mesmo período em que a Igreja Católica enaltecia a dignidade da Virgem Maria por meio da definição do dogma da Assunção, a instituição buscava arrebanhar as diferentes expressões de feminino no período por meio da estratégia do enaltecimento da dignidade da mulher moderna.

Nessa perspectiva, a Igreja Católica compreendia que manter em evidência a figura de Maria como mulher que perpassou os limites da humanidade para ocupar o lugar ideal na divindade de Cristo, auxiliaria na prescrição de comportamentos para as mulheres cristãs frente a outras tendências do feminino posto na sociedade naquele momento:

Mulheres e jovens mulheres, no passado vós não teríeis sonhado em representar dignamente vosso papel, um papel sagrado e fecundo, no comando de um lar saudável, forte e radiante, ou teríeis dedicado vossas vidas ao serviço de Deus, no recolhimento do claustro, ou nas obras do apostolado e caridade. Um belo ideal onde a mulher, em seu devido lugar, e de seu devido lugar, exerceria silenciosamente uma ação poderosa que estivesse ao seu alcance. E eis que vós vos apresentais, vós desceis para a arena para participar da luta: vós não a procurastes nem a provocastes; vós a aceitais valentemente, não como vítimas resignadas ou apenas em vigorosa resistência, embora puramente defensiva. Vós bem quereis partir para o contra-ataque para sair vitoriosas. (DISCURSO DE PIO XII ÀS CONGRESSISTAS DA UNIÃO INTERNACIONAL DAS LIGAS FEMININAS CATÓLICAS, 12/09/1947).⁸

Os problemas apresentados pela instituição são expostos como adversos às crenças, valores, princípios cristãos, e são tidos como ameaça que afloram convicções que tendem a passar o público comum dos não crentes e persuadir os grupos cristãos, principalmente encontrando nas mulheres um potencial para resistir à modernização. Utilizando-se de discursos normatizadores e reguladores para subverter o potencial das mulheres a favor da espiritualidade católica a instituição abriu precedente para a ação das mulheres.

Por isso, a Igreja desenvolve uma função de contenção na promoção das ideias consideradas indiscretas e imprudentes, agindo como debatedora para o retardo da difusão do racionalismo e do naturalismo que estavam colocando em dúvida as concepções de transcendência, que por vez era o pressuposto mais legítimo da instituição:

Em meio a tanta confusão de opiniões nos é de algum consolo ao ver os que hoje, não raramente, abandonando as doutrinas do racionalismo em que haviam sido educados, desejam voltar aos mananciais da verdade revelada e reconhecer e professar a palavra de Deus conservada na Sagrada Escritura como fundamento da ciência sagrada. Contudo, ao mesmo tempo, lamentamos que não poucos desses, quanto mais firmemente aderem à palavra de Deus, tanto mais rebaixam o valor da razão humana; e quanto mais entusiasticamente enaltecem a autoridade de Deus revelador, tanto mais asperamente desprezam o magistério da Igreja, instituído por nosso Senhor Jesus Cristo para defender e interpretar as verdades reveladas. Esse modo de proceder não só está em contradição aberta com a Sagrada Escritura, como ainda pela experiência se mostra equívoco. Tanto é assim que os próprios "dissidentes" com frequência se lamentam publicamente da discórdia

⁸ Documento traduzido do francês por Mario Diniz.

que entre eles reina em questões dogmáticas, a tal ponto que se vêem obrigados a confessar a necessidade de um magistério vivo. (ENCÍCLICA– HUMANI GENERIS, 12/08/1950).

Ao fazer este jogo público rebatendo e intervindo em relação às ideias em disputa com o discurso católico, demonstram-se aparentemente preocupados com as demais tendências de circulação ilimitada a formar consciências, visto que

a Igreja Católica, a partir do século XVI, teve seus dogmas e idéias questionadas, devido à progressiva racionalidade que tomou conta do pensamento europeu e à difusão das religiões protestantes. Tal crise atingiu o seu ápice no século XIX com a constituição dos Estados liberais, a proliferação das idéias socialistas e o afrouxamento dos costumes. Neste sentido, a alta cúpula da Igreja, sobretudo os papas, assumiu uma postura extremamente conservadora, querendo impedir o avanço destas mudanças no seio da sociedade. (GUARIZA, 2003, p. 1).

Mas verifica-se estrategicamente a emissão de mensagens em um jogo de linguagens, em um sentido voltado para um público feminino, apresentando diligência para com a vida cotidiana das mulheres cristãs, e por outro delimitando seu lugar de atuação primordial:

Tal é o pensamento que emerge de toda a documentação substancial, de onde surgem luminosamente traçadas, as grandiosas linhas do programa, e onde está, nitidamente desenhado, o porte de vossos dias em Roma e de vosso congresso. Esta rica documentação reflete, como num espelho, a situação atual – e temos que dizer, felizmente! - o drama atual do mundo feminino; em seu centro, convergem todos os tipos de atividade da mulher na vida social e política, atividade cujo objeto é, antes de tudo: proteger a dignidade da filha, da esposa, da mãe, manter o lar, a casa, os filhos no seu lugar primordial, no conjunto do papel da mulher; proteger as prerrogativas da família, fazer todos os esforços para garantir que os filhos permaneçam sob a custódia dos pais. (DISCURSO DE PIO XII ÀS CONGRESSISTAS DA UNIÃO INTERNACIONAL DAS LIGAS FEMININAS CATÓLICAS, 12/09/1947).

Em todo este debate público entre as comunidades de falantes que envolvem os estudiosos, intelectuais, religiosos e grupos de diversos segmentos sociais, a Igreja Católica sinalizava em todos os seus posicionamentos ser a única detentora da verdade revelada, verdade essa que somente pode ser precisamente desvelada pelo magistério da Igreja. Deste modo, rebatendo, disputando e atuando de forma contrária às perspectivas contemporâneas do período em estudo, vemos nos documentos pontifícios textos de rigor descritivo, que servem tanto como veículo

de autoridade, quanto como normatização para seus adeptos. Para isso, o Catecismo reafirma:

553- Jesus confiou a Pedro uma autoridade específica: “Eu te darei as chaves do Reino dos Céus: o que ligares na terra será ligado nos Céus, e o que desligares na terra será desligado nos Céus” (Mt 16,19). O “poder das chaves” designa a autoridade para governar a casa de Deus, que é a Igreja. Jesus, “o Bom-Pastor” (Jo 10,11), confirmou este encargo depois de sua Ressurreição: “Apascenta as minhas ovelhas” (Jo 21,15-17). O poder de “ligar e desligar” significa a autoridade para absolver os pecados, pronunciar juízos doutrinários e tomar decisões disciplinares na Igreja. Jesus confiou esta autoridade a Igreja pelo ministério dos apóstolos e particularmente de Pedro, o único ao qual confiou explicitamente as chaves do Reino. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1999, p. 156).

As enunciações como atos de fala para situações específicas, que envolvem diversos atores, são constantemente reorganizados para gerar efeitos na mudança de comportamento das mulheres cristãs:

Considere o movimento e o começo da vida e da civilização moderna. Conseguem enxergar como os maravilhosos avanços da ciência em todos os seus domínios, as descobertas e invenções benéficas ou perigosas em todos os domínios da indústria, introduziram, por assim dizer, automaticamente, mudanças profundas na vida material e, conseqüentemente, em todas as manifestações da atividade humana? E essas mutações talvez não originaram uma transformação, que seria mais uma reversão ou uma completa reconstrução das condições sociais? Dessas mudanças, que vós tendes constantemente sob seus olhos, é quase supérfluo apontar os muitos exemplos. Fontes e elementos de facilidade, de bem-estar, de conforto, que insinuam, inflamam e aumentam o prazer de uns, exasperando a ganância dos outros. Inúmeros campos abertos à curiosidade dos sentidos e do espírito. Uma pilha de problemas conflituantes, que seduzem, excitam, perturbam e enredam a razão e a consciência. (DISCURSO DE PIO XII ÀS LEITORAS DA REVISTA ALBA, 17/05/1942).

Existem duas perspectivas possíveis para a Igreja Católica neste período que visam intensificar sua atuação pública por meio do volume de audiências gerais, encíclicas, alocuções, que, por sua vez, parecem ser as estratégias disponíveis para intervir diretamente na realidade social em nível mundial. A primeira é a busca pela equivalência de poder, controle e fortalecimento da instituição. A segunda é pelo potencial interno de formar consciências, produzindo impulsos ideológicos para subverter a liberdade individual e coletiva dos crentes e não crentes a deixarem de

ser regidos pelas legislações civis afim de serem condicionados às leis de Deus, o que neste caso se daria com a primazia da instituição sobre o mundo moderno.

As enunciações da Igreja Católica durante pontificado de Pio XII demonstram cabalmente o caráter pedagógico de seus atos de fala, devido a voltarem-se ao exercício do ensino, ensejando a aprendizagem e fixação de suas crenças. Sua capacidade mobilizadora em relação aos princípios cristãos, que eram percebidos em risco naquele momento, move a instituição a oportunamente posicionar-se pela defesa e reafirmação dos seus valores, justificando o motivo para sua reação com base nas contingências externas.

Em relação à educação de gênero, notamos que os discursos buscam atuar na normatização dos supostos lugares de origem do homem e da mulher. A retórica que a instituição organiza para se comunicar com as mulheres cristãs, embora sustentados em aspectos dogmáticos e doutrinários da fé católica, tem propriedade educativa. Embora a Igreja por natureza estruture seus discursos enraizados em aspectos teológicos a fim de articular por meio da espiritualidade católica a modulação das práticas sociais, a sua relação com os crentes é pedagógica.

2 EIXOS DO DEBATE CATÓLICO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

No início do século XX, a Igreja Católica se despedia de Leão XIII por ocasião de seu falecimento e recebia Pio X, em 1903, como seu novo supremo pontífice. A escolha de seu nome institucional se deu por considerar-se, assim como Pio IX, um combatente da luta contra o mundo moderno. Com o confisco dos Estados Pontifícios a instituição demonstrava maior preocupação com as questões italianas e com a soberania temporal da Santa Sé. Sua política contribuía com políticos liberais moderados, em grande medida, por receio de um avanço crescente do partido socialista na Itália. (DUFFY, 2008).

A instituição temia as convicções socialistas por considerar esta corrente de pensamento perigosa para a estabilidade fé católica. Devido as repercussões desencadeadas da aproximação colaborativa do socialismo utópico com o Feminismo, na França, na segunda metade do século XIX. Em um momento histórico onde se delineava um grande paradoxo:

Por um lado as mulheres ficaram divididas. Como se costuma assinalar, o capitalismo alterou as relações entre os sexos. O novo sistema econômico incorporou massivamente às mulheres ao trabalho industrial como mão de obra mais barata e submissa do que os homens. Por seu turno, as burguesas ficaram enclausuradas em uma casa que era, cada vez mais, símbolo de status e êxito social do homem. As mulheres, majoritariamente as da classe média burguesa, experimentavam com crescente indignação sua situação de propriedade legal dos maridos e sua marginalização da educação e das profissões liberais, situação que, em muitas ocasiões, as conduzia, caso não contraíssem matrimônio, à pobreza. (GARCIA, 2011. p. 66).

Foi nesta dinâmica social que o socialismo marxista ou científico começou a ser articulado ao movimento operário. Por um lado, na leitura de Marx e Engels, a opressão à mulher é econômica. Para Marx, a emancipação da mulher deveria ser a do proletariado. Para Engels, a emancipação da mulher seria a independência econômica por meio do seu retorno à produção. Neste contexto, emergiam dissonâncias, pois na prática muitos socialistas reverberavam estas pautas com diversos argumentos para serem contrários ao trabalho assalariado das mulheres.

Neste cenário, a instituição exercia pressão sobre as mulheres católicas para convencê-las de que eram dotadas de habilidades e competências “naturais”,

as quais se mostravam efetivas desenvolvidas no espaço doméstico com exercício da maternidade. A Igreja vinha de um processo de romanização por ocasião da difusão das convicções laicas, durante o pontificado de Leão XIII. Por isso, demonstrava suas preocupações, principalmente com a industrialização que promovia perspectivas diferentes de sua doutrina como a ideologia liberal e com as possibilidades da mulher se desvencilhar da esfera privada à esfera pública. Deste modo, com a redução de controle por parte da Igreja para com os Estados, investia fortemente sua atenção a manutenção das mulheres na esfera privada.

Foi mediante a estas tensões entre o ideal católico de mulher e as mudanças no universo feminino que a Igreja Católica começou a modificar seu discurso sobre as mulheres, enfatizando o lugar de mãe, esposa e dona de casa. Para regular o comportamento das crentes a instituição ornamentava seu discurso com uma retórica de afirmação e enaltecimento das habilidades “naturais” das mulheres. A Igreja tentava reorganizar o modo de falar sobre o assunto com a finalidade de produzir efeitos positivos na recepção entre os fiéis. Nesta perspectiva, o discurso da Igreja se modificou para valorizar os elementos de ordem emocional e moral das mulheres, pois isso definia no período uma estratégia de dirigir às crentes como difusoras das virtudes morais da religião.

A tentativa de ação por parte da Igreja Católica no final do século XIX para o início do século XX foi incorporar em suas medidas, solicitações das mulheres para serem pensadas sem estarem atreladas à existência e realização dos homens. Evidentemente, a instituição não fez isso para conceder o lugar que as mulheres reivindicavam, mas para tornar mais ameno seus discursos e provocar menor rejeição. Por este motivo, percebe-se no discurso católico uma via de mobilização social para as mulheres: a Mariologia.

Os aspectos que cresciam no decorrer do século XIX estavam atrelados às reivindicações das mulheres pelo divórcio, amor livre, igualdade entre os sexos, regulação da natalidade, e liberdade nos espaços para atuarem na política, na religião, e no âmbito educacional e profissional, dentre outros que confrontavam os princípios de fé católica. Estas questões preocupavam a instituição acerca das características do feminino, as quais consideravam ideais no catolicismo. Em 1854, foi promulgado um dogma mariano atestando para a fé da Igreja Católica em todo o mundo: que Maria mãe de Jesus, revestida de pureza e graça, foi isenta da culpa do pecado, por isso imaculada. Este ato repercutiu no modo com que o discurso da

Igreja se posicionava para envolver as mulheres crentes na mística mariana, colocando-as nesta prospecção como mulheres à semelhança de Maria - a virgem Imaculada.

Posteriormente, em 10 de fevereiro de 1880, a Igreja Católica publica uma nova Encíclica *Arcanum Divinae*. A Igreja Católica enfrenta temáticas sobre a instituição familiar e o matrimônio, que estavam em tensão com as ideias laicas do período. Esta tentativa delineava a família como a Igreja de Cristo, e assim como a Igreja tem Cristo como cabeça, a família e a mulher tem o homem. Nesta perspectiva, mantinha-se a hierarquização masculina seguida da afirmação de que a mulher devia a submissão e a obediência, não como uma escrava, mas como companheira. Para demonstrar atenção às reivindicações das mulheres, a instituição ressalta que o matrimônio não poderia comprometer a dignidade feminina. Isso sinalizava que sob a autoridade do marido, ela seria preservada.

Com base nesta realidade, a Igreja Católica passa a educar os crentes sobre o papel e a função social da mulher, principalmente, ao que se refere à esfera privada como mãe e esposa. A instituição demonstrava considerar que a mulher, desempenhando seu papel social e sua função natural com consciência, conseguiria perceber a gratificação destas atribuições. Inclusive, a Igreja Católica passou a reforçar que a partir do marido, a mulher seria conduzida por meio do sacrifício ao alcance da santidade. Por isso, a instituição recomendava que as mulheres se apegassem às devoções religiosas para que chegassem ao âmago de suas vocações como mães e esposas, incitando-as na prática das orações e dos sacrifícios⁹.

Esta postura da Igreja Católica estava estabelecida como combate ao modernismo. Inclusive na encíclica *Pascendi Dominici Gregis* publicada pela

⁹ Na virada do século XIX para o século XX, no dia 24 de Maio de 1900, a instituição elevou ao título de santa uma religiosa chamada, Rita de Cássia. Promovendo esta como devoção entre os fiéis, principalmente voltando-se às mulheres católicas. Em síntese se tratava de uma jovem que ansiava por ser religiosa, mas seus pais escolheram para ela um marido de acordo com o costume da época. O marido Paolo Ferdinando mantinha o hábito da bebida e com o frequente uso, agia de modo agressivo, durante praticamente todos os 18 anos de casamento. Nos últimos anos de vida Paolo Ferdinando foi modificando seus hábitos, mas veio a ser assassinado. Os dois filhos do casal buscavam vingar a morte do pai, antes disso, ficaram doentes e vieram a falecer. Após a morte do esposo e dos filhos, Margherita Lotti entregou-se a vida religiosa, aderindo a identidade de Rita de Cássia. Ela foi considerada pela Igreja Católica uma interprete perfeita do “gênero feminino”. (DISCURSO DE JOÃO PAULO II DURANTE UM ENCONTRO COM OS PEREGRINOS E DEVOTOS DE SANTA RITA E COM OS CAVALEIROS DO TRABALHO, 20/05/2000).

instituição em 1907, faz oposição as ideias modernistas. Por considerarem as tendências bases para as iniciativas autônomas e voluntárias das mulheres em diferentes seguimentos que não os católicos. Assim como vinha ocorrendo desde o final do século XIX com iniciativas de mulheres católicas, mas com uma nova compreensão do cenário social e religioso, que passavam a investir na abertura de projetos sociais, federações, associações e demais organizações sem vínculos com a espiritualidade católica.

Por exemplo, Dora Melegari (1849-1924) fundou em 1894 juntamente com Antonietta Giacomelli (1857-1959) a *Unione per Il Bene* (União para o bem), a qual caracterizava-se como uma associação interconfessional para ajudar os pobres. Esta associação era aberta aos dois sexos e favoreciam encontros culturais e filantrópicos ao lado de sacerdotes, religiosas, leigos e protestantes. Nestes espaços aconteciam reflexões sobre o exercício da caridade por meio de meditações sobre o Evangelho. As trocas de experiências sobre o exercício da caridade eram compartilhadas com pessoas pertencentes a outras confissões cristãs, prezando pela fé ecumênica. Nesta dinâmica de trabalho muitas mulheres puderam se descobrir o significado da abertura ao diálogo por meio da expressão de uma espiritualidade tolerante e ecumênica (VALERIO, 2014).

Deste modo, a Igreja movimentou-se para responder a estas questões preocupando-se com a sociedade dos fiéis, a fim de mantê-los sob sua direção e assim aumentar a difusão da espiritualidade católica. Por isso, o pontificado de Pio X, que se estenderia de 1903 a 1914, foi caracterizado por uma série de reformas nas práticas da espiritualidade católica. Estas reformas incluíram a simplificação e reconstrução do Código de Direito Canônico, que seria aprovado somente em 1917; o aprimoramento da instrução nos seminários e do ensino catequético nas paróquias; a reforma do breviário e do missal; e uma campanha para absorver mais fiéis para receber comunhão, assim como a inclusão de crianças a partir de 7 anos de idade. Embora sejam modificações tidas como modestas, ao longo dos pontificados seguintes, principalmente no de Pio XII, elas foram alargadas (DUFFY, 2008).

Para atingir o objetivo esperado, o do fortalecimento da doutrina e dogmas da fé católica, Pio X acreditava que investir na formação do clero seria uma das vias mais eficazes. Portanto, partiu da

modernização do programa de estudos dos seminários para formar padres mais qualificados, a produção de um novo catecismo que ele esperava ver introduzido em todo o mundo, e uma fiscalização mais apertada da obra pastoral dos bispos através do cumprimento mais rigoroso de visitas *ad limina* todos os cinco anos. (...) Publicou uma Exortação Apostólica sobre o sacerdócio que se tornou um clássico do gênero. Mostrou-se igualmente empenhado em elevar os padrões episcopais, e dedicou uma encíclica *Communium Rerum* (1909), às qualidades necessárias num bom bispo. (...) O mesmo aumento da supervisão central do papado estava presente nas medidas de Pio X para assegurar melhores nomeações episcopais através do exame pessoal dos ficheiros de todos os candidatos à promoção – o absolutismo papal ao serviço de uma reforma de estilo tridentino. (DUFFY, 2008, p. 322).

A Igreja Católica enfrentava o que caracterizava como enfraquecimento do papado nas instâncias eclesiásticas composta por padres e bispos. Por ocasião das novas tendências de pensamento filosófico e político. Na França, bispos e padres da aristocracia escolheram caminhos opostos das propostas da Igreja Católica. Neste caso, a percepção do novo Papa foi fortalecer estas instâncias eclesiásticas para que com melhores qualificações fossem referenciais do catolicismo que promovessem e difundissem ainda mais a espiritualidade católica.

Evidentemente que estas expectativas estão atreladas ao processo de incorporação destes novos padres e bispos na estrutura operacional e funcional da Igreja. Este processo de incorporação consistia em uma estratégia para afirmação da linguagem institucional, que visava fortalecer a espiritualidade católica e dirigir os adeptos da Igreja. (POCOCK, 2003).

Neste contexto, durante o pontificado de Leão XIII, a Igreja com viés social buscava enfrentar as questões modernas como a laicização da sociedade, o socialismo, a democracia liberal, o protestantismo, e agnosticismo. Como prévia de um catolicismo social, desde a década de 70 do século XIX, as organizações voluntárias católicas estiveram sob a égide da *Opera dei Congressi*, que tinha seu líder nomeado pelo Papa. No espaço que tiveram, sem provocar expressiva alteração de mentalidade, movimentaram-se na busca por enfrentamento das questões modernas em soluções políticas sociais se aproximando do comunismo e camuflando-se como Democracia Cristã. Estes grupos tinham surgido na França e na Itália, e tinham a expectativa de promover uma avaliação diferenciada e otimista da relação entre a nova ordem política e a antiga fé (DUFFY, 2008).

Por ocasião da eleição papal de Pio X em 1903, estabelece-se outra perspectiva de laicato. Para o novo pontífice, manter os leigos ativos era uma fórmula de êxito para a missão da Igreja na sociedade, pois eles chegam aonde a alta hierarquia e muitas vezes os cleros e bispos não chegam. Sendo assim, tomado de desconfiança com os grupos que denominavam expressar a Democracia-Cristã, pelo viés comunista, o pontífice dissolve a *Opera dei Congressi* no ano de 1904. No ano seguinte, Pio X publica uma encíclica, *Il Fermo Proposito*, com os princípios da Ação Católica. Por meio desta publicação a instituição incentivava o laicato a “devolver Jesus Cristo ao seu lugar na família, na escola, e na comunidade” (DUFFY, 2008, p. 323), mas submetendo-se ao conselho e direção superior da autoridade eclesiástica.

O seguimento de Pio X e sua política para gerir a instituição mantinham a semelhança e proximidade com a de Pio IX. Suas convicções e compreensões acerca dos perigos que a fé católica estava exposta no período são explicitadas na encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, publicada em 8 de setembro de 1907, na qual enfrenta as tendências que consideram doutrinas modernistas. Neste debate, a instituição denunciava o agnosticismo e a filosofia que refutava a escolástica. Com isso, queixavam-se de que Deus havia sido expulso da vida pública, devido à separação da Igreja e Estado; da família, pela desconsideração sagrada de sua origem, devido à refuta aos sacramentos, como o do matrimônio; e da ciência, por ocasião desta elevar as dúvidas a um sistema pagão e agnóstico.

Em 1914, com o falecimento de Pio X, em novo conclave, é eleito Giacomo Della Chiesa como Bento XV. Foi quem conduziu a Igreja Católica durante a Primeira Guerra Mundial:

E no lugar dos governos liberais hostis da Itália, da França e da Alemanha de Bismarck, a Igreja e o mundo assistiriam ao surgimento de algumas das ditaduras mais selvagens da história da humanidade. Os papas do século XIX tinham primeiro condenado e depois tentado aceitar a revolução industrial. No novo século, todos os recursos dessa revolução industrial seriam usados para fins inimaginavelmente terríveis, com as câmaras de gás dos nazis e os campos de concentração de Estaline colocando a tecnologia, comunicações e burocracia modernas ao serviço da morte. Sucessivos papas tinham denunciado as atividades anticlericais dos governos do século XIX. (DUFFY, 2008, p. 317).

O século XX foi marcado por um período extenso de guerras, revoluções e inovações tecnológicas que promoveriam diversas transformações sociais, religiosas, culturais, políticas e econômicas ao longo do tempo. As decorrências destas mudanças foram determinantes e definiram o período, principalmente por ocasião dos conflitos entre os países do mundo. A Igreja Católica precisou lidar com as repercussões destes fatos, assim como todo o mundo buscou uma forma de se refazer. Em relação à educação de gênero, houve uma grande reviravolta que culminou no protagonismo das mulheres presentes em diferentes esferas sociais.

Em 1907, Alexandra Kollontai, adepta das ideias marxistas e pertencente ao partido social-democrata, inaugurou o primeiro Círculo de Operárias. Na pauta de suas defesas e reivindicações contemplava a igualdade sexual, o amor livre, salários iguais para as mulheres, a legalização do aborto e a socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. Como ministra no primeiro governo de Lênin, Alexandra Kollontai sinalizava a problemática do preocupante rumo que estava ganhando a revolução feminista na Rússia, visto que mesmo diante do decreto que estabelecia a igualdade entre os sexos, nenhuma outra medida específica havia sido implementada (GARCIA, 2011).

Em 1908, o primeiro Congresso Feminino de todas as Russas foi convocado pelas feministas burguesas e aconteceu em São Petersburgo. Alexandra Kollontai estava presa, e não podendo comparecer, organizou uma intervenção de um grupo de operárias para comparecerem ao evento e defenderem as pautas específicas das mulheres trabalhadoras (GARCIA, 2011).

Nesse mesmo período as mulheres afetas às ideologias anarquistas se organizavam. Em suas articulações, consideravam a liberdade como princípio básico de tudo. Movimentavam-se contrárias à hierarquização e autoridade do Estado, o que implicava em minimizar a pauta defendida pelas sufragistas quanto à importância do voto e das modificações constitucionais, assim como percebiam como eram perigosas as propostas feitas pelas comunistas em relação à regulação por parte do Estado quanto à procriação, à educação e o cuidado das crianças (GARCIA, 2011).

Emma Goldman foi um importante nome como representante da articulação feminina em contraste às questões emergentes no período sobre as mulheres. Em 28 de março de 1915, diante de um público misto de aproximadamente 600 pessoas, em Nova York, ela falou pela primeira vez em toda a América sobre como

se usava um anticonceptivo. Após esta declaração, ela foi presa, sendo deportada depois da Primeira Guerra Mundial por fazer denúncias sobre o conflito bélico. Mantendo-se ao longo de sua trajetória como combatente pelo anarquismo, na Rússia bolchevique e posteriormente na Europa durante a Guerra Civil (GARCIA, 2011).

A Primeira Guerra Mundial iniciou-se em 1914, envolvendo a maioria das grandes potências como Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia, Alemanha, Itália, EUA e o Japão. Dos Estados europeus, envolveram-se todos com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países Escandinavos e a Suíça. Diferentemente de outros períodos anteriores de conflito, este foi encarado como uma guerra que poderia ser vencida por inteiro ou perdida por inteiro. Estes fatos correspondem às contingências políticas do cenário internacional. Havia objeções ilimitadas na motivação para este conflito. Por acordos no papel, era possível terem chegado a um resultado menos catastrófico, mas o objetivo que parecia contar era a vitória total, o que veio a se chamar “rendição incondicional” após a Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995).

O período em que estourou a Primeira Guerra Mundial era um momento de avanço da tecnologia de modo revolucionário e baseado no triunfo da ciência natural previsível em 1914, estava apenas começando o impacto e a reviravolta por esta via. A consequência política mais expressiva poderia ser na política de transportes e comunicações, reduzindo significativamente a distância e o tempo. Este momento histórico tinha potencial para ser de comemoração destes progressos, entretanto, por ocasião da frequência e extensão da guerra que o sucumbiu, com uma pausa na década de 1920, tornou-se conhecido pelo volume de catástrofes humanas que produziu. Desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático, marcou-se um período de regressão mediante o que se vinha desenvolvendo no século XIX com progressos praticamente ininterruptos (HOBSBAWM, 1995).

Durante o século XX, as guerras travadas contra a economia e a infraestrutura dos Estados e também suas populações civis levam a história do breve século XX a se encerrar com três aspectos diferentes do seu início. O primeiro, por ter deixado de ser eurocêntrico. O Segundo está relacionado com a unidade operacional do globo. O terceiro se refere à desintegração dos velhos padrões de relacionamento social humano, aliado a uma quebra de gerações entre passado e presente, sobretudo por nenhum dos regimes velhos de governo ter

ficado de pé entre as fronteiras da França e do mar do Japão, e assim como as Potências Centrais, desmoronaram e foram varridos para a revolução (HOBSBAWM, 1995).

Os EUA, Grã-Bretanha, França e Itália foram as potências vitoriosas. Investiram na busca de acordo de paz para restringir a ocorrência de outra guerra, que como a que estavam recém-saídos e tinha devastado o mundo com seus efeitos espalhados por toda parte. Entretanto, não obtiveram êxito. Após vinte anos, estavam emersos em outra guerra de nível mundial (HOBSBAWM, 1995).

A Igreja Católica, por sua vez, acompanhou os conflitos, mas foi excluída das negociações de paz de 1919. Bento XV

percebeu que a guerra alterara profundamente a estrutura política da Europa, e que a posição da Igreja em toda parte, da França aos Balcãs, da Espanha à Rússia soviética, precisava de ser assegurada. Com os seus ajudantes escolhidos a dedo, o papa lançou-se numa série de negociações para garantir novas concordatas, enviando o bibliotecário do Vaticano, Achille Ratti, futuro Pio XI, à Polônia e à Lituânia, países que haviam reconquistado a independência, e Eugenio Pacelli, futuro Pio XII à Alemanha. (DUFFY, 2008, p. 331-332).

O período posterior à Primeira Guerra Mundial demandou da instituição uma postura conciliadora. Em 1920, Pio X abriu precedentes para a reconciliação com o Estado Italiano. Posteriormente, aos outros regimes de governo precisou seguir de forma amena a fim de minimizar maiores fragilidades nas relações internacionais mediante o momento de reconstrução em que o mundo estava inserido.

Esta postura da Igreja precisou se estender ao período entreguerras quanto às modificações e temáticas que continuaram a emergir. Como vimos no item anterior, ao final do século XIX, a Igreja Católica compreendeu que resistir e negatizar as repercussões das grandes mudanças sociais para a mulher não alcançaria efeito. Por isso, buscou-se estabelecer uma aliança para seu fortalecimento institucional, visto que o resultado das guerras com as revoluções atribuiu às mulheres, a satisfação de muitas problemáticas que traziam em pauta dos séculos anteriores:

As inglesas conseguiram o voto depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O fim da guerra também marcou o fim do império austro-húngaro, fato que trouxe consigo reformas bastante progressistas, o voto feminino entre elas. Em 1917 começa a Revolução Russa. De fato,

toda a ordem européia se desmoronou antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Quando esta terminou, na maioria dos países desenvolvidos e naqueles em que haviam se dado processos de descolonização, o voto das mulheres já era realidade. (GARCIA, 2011, p. 79).

Em muitos dos países que vieram a conceder o voto às mulheres, os processos de reivindicação, assim como os de reformas, já estavam em curso. Foram interrompidos ou acelerados por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Dentre os países que concederam o direito de voto às mulheres estavam: Nova Zelândia em 1893; Austrália em 1903; Finlândia em 1906; Noruega em 1913; Dinamarca e Islândia em 1915; Canadá e Países Baixos em 1917; Lituânia, Letônia, Irlanda, Hungria, Estônia, Geórgia, Rússia, Polônia, Áustria, Alemanha, e Reino Unido em 1918; Luxemburgo, Ucrânia, Suécia e Bélgica em 1919; Estados Unidos da América, Albânia, República Tcheca, e Eslováquia em 1920; Armênia e Azerbaijão em 1921. Dentre outros que seguiram ao longo do tempo efetivando o direito ao voto às mulheres, por exemplo, a Grécia em 1925, Equador em 1929, o Brasil em 1932, a França em 1944, a Itália em 1945, a Suíça em 1971, Portugal em 1974 e África do Sul em 1994.

Goldeman (2014) relata a realidade catastrófica do pós-guerra com a descrição de historiadores que correlacionaram o momento com um “terremoto demográfico”, pois com a ocasião da Primeira Guerra Mundial, da Guerra Civil, da fome e das epidemias, aproximadamente 16 milhões de pessoas morreram. Deste número, mais de dez milhões eram homens combatentes. A taxa de mortalidade triplicou. Mulheres e até mesmo crianças assumiram os lugares de trabalho nas fábricas por salários baixos. Esta realidade abarcava praticamente todos os países que combateram e os demais que sofreram o reflexo da grande crise mundial.

As articulações das mulheres nos países foram acrescidas do engajamento em prol dos problemas econômicos e nas reformas das leis sobre a infância e a maternidade, embora tenham encontrado grandes dificuldades de se manterem em atividade com os partidos políticos institucionalizados, principalmente com o triunfo bolchevique, “o medo vermelho” se alastrou entre as classes médias de diversos países e as mulheres que organizadas politicamente reivindicaram e buscaram os direitos de uma coletividade de mulheres, logo foram bastante afetadas e acusadas de subversivas. “Deve-se somar a isso o fato de que a taxa de natalidade estava caindo desde o começo do século XX e, nos países industrializados, se culpou a

independência cada vez maior das mulheres. Acusavam as feministas de destruir os cimentos da nação e da família” (GARCIA, 2011, p. 79).

Na Rússia, de acordo com Goldman (2014), em 1918, com a chegada dos bolcheviques no poder, favoreceu-se a ratificação do Código completo do Casamento, da Família e da Tutela. Por meio dele, a igualdade perante a lei foi proporcionada às mulheres, que poderiam pedir o divórcio e se optassem pelo casamento, esse poderia ser civil, pois substituíria o religioso, assim como poderiam como trabalhadoras receber um salário igualitário e ingressar nos espaços universitários. Em 1920, alegou-se que o aborto se justificava em casos excepcionais, e que de modo geral, se reconhecia a ineficácia da criminalização. O Código Penal de 1922 proibia o aborto em condições impróprias ou fora de hospitais registrados, mesmo assim, na ausência de contraceptivos eficazes, as mulheres continuavam a se utilizar do aborto mesmo que ilegal como meio de regulação da natalidade.

Na Rússia, após a promulgação da ratificação do Código completo do Casamento, da Família e da Tutela, os registros civis marcavam o que era notoriamente uma transformação social. Após anos de guerra, guerra civil e fome, muitos vínculos familiares tinham sido fragilizados. A necessidade levou muitos camponeses a migrarem de cidade e a deixar para trás seus costumes e tradições, assim como levou muitas mulheres a se juntarem com soldados desconhecidos e eventuais provedores para união de curto prazo. As ex-esposas e mães recorriam aos tribunais para reivindicar as pensões e apoio financeiro para as crianças que os pais haviam abandonado. Neste período, a nova conjuntura comunista impulsionava as diversificações de comportamentos (GOLDEMAN, 2014).

Goldeman (2014) relata que entre 1928 e 1937, aproximadamente 6,6 milhões de mulheres passaram a trabalhar na indústria e demais serviços. Sendo que pela primeira vez após a Primeira Guerra, em 1923, marcou-se o início do ingresso expressivo das mulheres no universo do trabalho na Rússia, sendo que em 1932 as mulheres passaram a representar uma das fontes mais importantes de trabalhadores. Esta realidade gerou efeito nas relações familiares, pois inicialmente as trabalhadoras vinham 64% das cidades, e em grande medida, eram esposas, irmãs e filhas de trabalhadores. Com isso, à medida que elas adentravam ao universo do trabalho, as taxas de natalidade caíam, conseqüentemente, os tamanhos das famílias caíram de 4,6, em 1927, para 3,8 em 1935, assim como o

índice de dependência familiar diminuía também, o que sinalizava um tempo diferenciado para as mulheres. Em 1930, iniciou-se a movimentação para o plano de expansão da rede de creches, sendo aprovado em 1931.

Entretanto, as conquistas e avanços que foram citados encontraram diversas oscilações. Quando por ocasião da morte de Lênin, Stálin assume o poder da União Soviética. Suas ações se baseavam na perspectiva ideológica que pregava que o socialismo deveria ser concentrado em um único país, agregando os demais. Além disso trabalhou pelo aumento do poder industrial da União Soviética. A oposição deste viés socialista proposto por Stálin ao regime comunista desempenhado por Lênin gerou várias consequências para o país, principalmente para as mulheres, que viram muitas de suas conquistas retrocederem. Com maior pesar, o salário que antes recebia uma pessoa, servia agora para pagar duas. A independência familiar que havia sido modificada voltava ao estado anterior mais comprometedor do que há uma década. As condições de trabalho que estavam em melhoramento recaíram significativamente (TROTSKY, 2017; GOLDMAN, 2014).

No período entreguerras, aconteceram diversas situações como essas descritas em relação à condição das mulheres, sobretudo impulsionadas pelas convicções comunistas. Frente a esta movimentação, a Igreja Católica, perdendo sua força de controle sobre as sociedades, levou a instituição a se firmar em sua postura política quanto à experiência da Revolução Russa. Para a Igreja, fortaleceu-se a convicção de que o “comunismo era o pior inimigo que a Europa cristã alguma vez tivera que enfrentar” (DUFFY, 2008, p. 333).

Neste cenário político, duas questões preocupavam a Igreja Católica: 1) a emancipação feminina impulsionada por ideologias políticas e filosóficas que culminavam na organização internacional de mulheres militantes, e 2) O enfraquecimento da Igreja nos países, como aconteceu na Rússia e na França por exemplo. Por isso, a instituição passa a encarar o comunismo como inimigo principal e se recoloca de modo restaurador no discurso às mulheres crentes, com intuito de recristianizar o mundo. Evidentemente que estas preocupações revestidas pelos dogmas, doutrinas e virtudes cristãs são a via de alcançar por meio da espiritualidade católica a efetividade política.

Esta postura papal define o modo com que os assuntos da modernidade são tratados:

(...) A resposta da alta cúpula da Igreja foi a organização do movimento chamado Ultramontano. O Ultramontanismo foi o termo utilizado para designar o movimento conservador dos papas em meados do século XIX e início do XX, que em sua origem, no século XVIII, se referia aos papas escolhidos ao norte dos Alpes. No século XIX este termo assumiu um novo significado que remetia “as pessoas ou partidos que seguiram a liderança política e orientação espiritual dos papas, na luta contra os Estados imbuídos das ideias de nacionalismo e liberalismo, os quais olhavam a Igreja ou como uma agência governamental a ser controlada, ou como inimigo a ser destruído”. (GUARIZA, 2003, p. 16-17).

Com a intenção de a instituição orientar e dirigir a sociedade desde o século XIX, no século XX esta expectativa aprofunda-se e passa a envolver o público leigo mais expressivamente nesta manobra. Com a eleição do Papa Pio XI, em 1922, por ocasião do falecimento de Bento XV, deu-se seguimento a diversas concordatas a fim de garantir a liberdade das atividades da Igreja na Europa do pós-guerra:

Letônia em Novembro de 1922, Baviera em Março de 1924, Polônia em Fevereiro de 1925, Romênia em Maio de 1927, Lituânia em Setembro de 1927, Itália em Fevereiro de 1929, Prússia em Junho de 1929, Baden em Outubro de 1932, Áustria em Junho de 1933, a Alemanha nazi em Julho de 1933, Jugoslávia em Julho de 1935. Por trás de todas essas concordatas estava a preocupação não só de garantir o ensino católico, a nomeação sem entraves dos bispos e a livre comunicação com Roma, mas também de travar o quanto possível a secularização da vida europeia a que os papas haviam resistido, sob o rótulo de <<liberalismo>> durante mais de um século. (DUFFY, 2008, p. 335-336).

Dentro desta perspectiva, Pio XI publica a encíclica, *Quas Primas*, em que inaugurava uma nova Festa de Cristo-Rei e denunciava o secularismo como uma praga, reiterando o domínio de Cristo. A partir de então, não somente sobre a alma, mas sobre as sociedades também. Esta disputa pela formação de uma sociedade cristã apareceu como tensão no conflito emergente após a concordata com a Itália fascista de Mussolini, quando esse insistia em inserir o movimento católico de escoteiros nas organizações de juventude do Estado. Pio XI se desagradou com tal postura, pois “tinha em grande conta os movimentos de juventude católicos como instrumento primordiais da formação cristã. Mussolini foi implacável nessa questão, afirmando que <<na esfera da educação mantemo-nos firmes. A juventude será nossa>>” (DUFFY, 2008, p. 337).

Em consonância com esta tensão entre Pio XI e Mussolini, houve uma pressão fascista para com a Igreja por interesse nas organizações católicas. Para

enfrentar esta dificuldade que envolvia os crentes da Itália principalmente, foi publicada uma encíclica em italiano, *Non abbiamo bisogno*, declarando que havia respeito por parte da Igreja com o regime político que vigorava, mas condenando a idolatria e o ataque fascista, assim como refutou-se a alegação fascista de que a Ação Católica era uma frente de oposição política como o velho *Partito Popolare*, mas com outro nome. Do mesmo modo que Pio XI se esforçou para preservar os movimentos de leigos católicos na Itália, fez também na Alemanha, ao celebrar a concordata com Hitler em 1933, a qual estava em negociação desde 1930 a cargo de Eugenio Pacelli, seu secretário de Estado. O artigo 31 da concordata protegia a Ação Católica e isso deixou o pontífice satisfeito (DUFFY, 2008).

As preocupações da Igreja durante o pontificado cresceram substantivamente com a interferência do Estado nas questões familiares e do laicato católico. Por isso, buscavam constantemente proteger-se politicamente na era do Estado totalitário. Entretanto, mesmo fazendo menção a estas questões políticas e evidenciando o desconforto com o secularismo e as ideias fascistas que insistiam com interesse nos movimentos leigos voluntários católicos, havia uma predisposição a estes regimes do que aos comunistas.

Por esta razão, quando houve conflitos na Alemanha fascista, incluindo uma campanha de difamação da Igreja e ataques de imprensa para intimidação da instituição, Pio XI estava convencido de que ainda assim, o nazismo era pouco melhor que o comunismo, chegando a mencionar que se houvesse outra *Kulturkampf*, pelo próprio bem do cristianismo, a Igreja voltaria a ganhar. Entretanto, após receber membros da alta hierarquia da Alemanha, que o aconselharam a agir por conta da situação instável da Igreja na Alemanha, assim o fez (DUFFY, 2008).

Pio XI incumbiu o cardeal Faulhaber, arcebispo de Munique, para redigir a encíclica, que foi revista por Eugenio Pacelli. A encíclica papal denomina-se *Mit Brennender Sorge* (Com Inquietação Ardente). Nela, a instituição condenava as ações do governo contra a Igreja. Denunciavam neste documento pontifício a teoria racial nazista. Reiteravam a validade permanente das escrituras judaicas. Contrastavam a ideologia nazista com a doutrina da Igreja, na qual tem espaço para todos os povos. O impacto deste posicionamento foi sanar as suspeitas de um papa fascista.

Porquanto, sem espaço de acomodar e repercutir este ato papal, é publicada uma a encíclica *Divini Redemptoris* em 19 de março de 1937. A ênfase da

instituição era o comunismo ateu e nela denunciavam os ataques à Igreja com o estabelecimento do regime comunista na Rússia, México e Espanha. Os apelos da instituição se referiam à adesão da Doutrina Social da Igreja como instrumento para se combater tanto o comunismo quanto o liberalismo amoral. A linguagem desta encíclica é muito mais combativa do que a linguagem utilizada para denunciar as questões de conflito com a Alemanha nazista. Diferença significativa que delineava a aversão institucional ao comunismo como inimigo fundamental.

Sendo assim, durante o pontificado de Pio XI, quatro eixos condutores do debate religioso foram enfrentados, mas que se mantém de modo linear no pontificado de Pio XII. Embora algumas modificações aconteçam na roupagem dos discursos e na revitalização das formas de adentrar os debates, são temas que continuaram presentes. O primeiro eixo está relacionado com o comunismo mantendo-se como inimigo principal da instituição. O segundo eixo refere-se ao crescimento das diversas religiões e a postura da Igreja. O terceiro eixo tem relação com a educação da juventude, principalmente com a educação de gênero. Por fim, o quarto eixo está conectado com o crescimento das mudanças tecnológicas, sobretudo as de comunicação como a expansão das rádios e a indústria cinematográfica.

Em 06 de janeiro de 1928, com a encíclica *Mortalium Animos*, sobre a promoção da verdadeira religião, a instituição por conta da proliferação de outras religiões e convicções de fé aborda de modo ameno, mas refuta a ideia de um movimento ecumênico que une igrejas. Sua alegação foi de que a verdade revelada por Deus entrasse em negociação e isso seria intolerável. Assim, tenciona com outras religiões afirmando como única religião revelada por Deus, a Igreja Católica, e se indispondo a estabelecer vínculo que não seja de autoridade sobre os crentes e os que esperam o regresso à Igreja Católica.

Em 3 de dezembro de 1929, com a encíclica *Divini Illius Magistri*, a instituição se posiciona sobre a educação cristã da juventude. Com a crescente perda de controle da Igreja sobre os Estados, incomodada com as definições de ensino formal e, sobretudo, ensino livre de ideias cristãs, seja no âmbito escolar, universitário, políticos, ou religioso, repudiou as iniciativas não cristãs de ensino. Reafirmando que à Igreja e a sua doutrina cabe a educação que promove o desenvolvimento do intelecto, mas opera uma obra sobrenatural sobre as almas, com valores cristãos.

Os atributos que permeiam e constituem a formação dos sujeitos na sociedade eram preocupações da instituição. A ênfase da Igreja quanto à educação da juventude e adolescentes correspondiam aos seguintes aspectos: o ensino de letras (livros e publicações periódicas); o ensino de artes; a educação física; a educação sexual; o naturalismo pedagógico; o método de co-educação; o distanciamento do lar e maior tempo na escola; os espaços escolares; os professores; os espetáculos cinematográficos; as audições radiofônicas; os teatros; e o desenvolvimento dos valores.

A instituição, que percebia potencial educativo dos seus valores e demais ensinamentos para formar a juventude, como aliada frente ao mundo moderno, passa a interferir nos estímulos que consideram prejudiciais no cotidiano e que podem implicar no distanciamento dos jovens do catolicismo. Sobretudo a Igreja assume uma postura conservadora bastante restritiva na regulação das práticas sociais e escolhas de instrução, tanto da educação formal, quanto da educação informal dos sujeitos nesta fase de vida.

Por exemplo, em 1926, quando a juventude da Bélgica elegeu o escritor Charles Maurras como o mais influente da época, tendo em vista que ele considerava que o ápice da Igreja Católica estava na organização e enraizamento social, e não no mistério da encarnação, a instituição agiu na tentativa de demonstrar sua insatisfação. Duffy (2008) ressalta que uma das dificuldades consideradas pela Igreja para o restabelecimento da relação amigável com a França era por conta dos muitos católicos contrários à república Francesa, sendo a principal apontada como influência, a *Action Française*, um movimento anti-republicano com jornal próprio e circulação de periódicos, dirigido por Charles Maurras, o qual foi católico de berço, deixou a crença, mas continuou a admirar a Igreja como organização. Inclusive, tinha o apoio de muitos católicos, padres e bispos franceses. Pio XI excomungou formalmente em 1927 todos os apoiantes do movimento. Pedindo, em seguida, a renúncia do cardinalato do cardeal jesuita Billot, um teólogo influente de Roma, por ter enviado uma nota de simpatia a Maurras.

Nota-se que a Igreja neste período adotou medidas extremas dentro de sua estrutura operacional para evidenciar sua intolerância com pensamentos opositores tanto acerca de convicções e dogmas de fé, como o que pode comprometer suas relações internacionais, especificamente políticas, sendo punitiva com ações que coloquem em risco o que denomina estar relacionado com o bem estar da Igreja.

Com a publicação da encíclica *Vigilanti Cura*, em 29 de junho de 1936, a Igreja explicitava sua preocupação com a indústria cinematográfica. Neste documento pontifício, a instituição incentiva os bispos e padres do mundo a manter a vigilância junto à Igreja para com os conteúdos e representações que estão circulando em seus países. Esta recomendação, assim como outras questões, foi disposta, como respostas às necessidades de diretrizes para a Igreja universal. Para os fiéis, autorizam que aproveitem as produções que promovam lazer e divertimento, sendo sadio e moral, sobretudo chama atenção para as influências do cinema por meio da música atrelada à imagem. Com intuito de evitar as aproximações com representações que pudessem enfraquecer a difusão dos valores cristãos, a instituição sugere aos fiéis que filtrem e optem pelos bons filmes em detrimento dos considerados maus filmes, apelando à consciência cristã dos crentes.

A preocupação que a Igreja manifestava por considerar que no período a consciência cristã estava correndo riscos de formação por conta dos diversos estímulos emergentes na sociedade, também a moveu a posicionar-se sobre o comunismo. A instituição combateu por meio de uma encíclica, *Divinis Redemptoris*, em 19 de março de 1937, a corrente de pensamento e organização política que mais se opunha. Para a Igreja, os ideais que buscavam eram falsos, assim como levavam a ruína aos homens, às mulheres e às famílias, com seus princípios dialéticos e históricos, principalmente por considerar o matrimônio proposto pela Igreja, reprodutora de desigualdades por estar atrelado ao sistema econômico, rejeitando assim sua indissolubilidade e colocando em prejuízo a prole. Reiterando sua leitura sobre a organização política do comunismo no México, na Rússia e na Espanha, como deplorável, sobretudo por sua oposição ao pensamento cristão.

Estas preocupações se estendem ao longo do pontificado de Pio XII, como eixos condutores dos debates religiosos e confrontos públicos para conservação da fé e dos tidos bons costumes. Necessariamente, estas preocupações serão transpostas em ações ofensivas para resistir às tendências sociais, principalmente atinentes à educação de gênero. Todos os quatro eixos apresentados estão diretamente interligados com a reviravolta que continuará ocorrendo no século XX no desenvolvimento de perspectivas diferentes para os jovens, homens e as mulheres, em suma, para as configurações familiares e organização social que promoverá com mais intensidade a reorganização dos papéis de gênero.

2.1 AS EXPRESSÕES DO FEMININO EM DISPUTA (1939-1958)

Durante o pontificado de Pio XII, era forte a tensão entre muitos elementos que também estiveram em evidência no pontificado de Pio XI. Na encíclica, *Summi Pontificatus*, publicada em 20 de outubro de 1939, constam diversos temas que estavam aquecidos nos debates públicos que a Igreja Católica enfrentava. A instituição apresenta neste documento pontifício o programa do pontificado, situando o catolicismo como a fonte de todos os bens e ressaltando o domínio de Cristo sobre a dinâmica social. A autoridade divina e terrena do vigário de Cristo é reafirmada. Sob esta autoridade expressam o que consideram erros do tempo presente: indícios de paganismo; as tensões da alta hierarquia eclesiástica com as relações internacionais; e o agnosticismo religioso e moral.

Neste programa de pontificado, a instituição demonstrou as preocupações com a organização social: esclarecendo a tarefa do estado laico, a tarefa da Igreja, os direitos da família, os direitos cristãos, as leis morais supremas, retomando ainda as questões referentes aos lares católicos, a educação dos jovens e os espaços escolares, assim como sobre o trabalho apostólico dos leigos e finalizando com o apelo pela paz e com incentivo aos fiéis para que se unissem em oração pelo restabelecimento de uma nova ordem social sem armas e sem guerra.

A Segunda Guerra Mundial já estava em curso e por isso a Igreja, no período, incentivou muito os fiéis às devoções e práticas espirituais católicas, afirmando que, frente à desilusão da guerra e às consequências catastróficas, somente encontrariam o conforto de Cristo por meio da Igreja. Este momento de fragilidade e crise internacional foi oportuno para a instituição dirigir os fiéis e orientá-los no cotidiano. Os impactos da Segunda Guerra Mundial foram maiores do que os da Primeira Guerra Mundial, pois além de repercutirem nas instâncias de organização da sociedade, recrudesceram a instabilidade econômica por que passava a economia mundial (HOBSBAWM, 1995).

Judt (2011) sustenta que a Segunda Guerra Mundial promoveu um cenário de caos muito maior do que o da Primeira Guerra Mundial. O período pós-guerra a partir de 1945 deixou a maioria dos países com número de homens e mulheres expressivamente desigual. Na União Soviética, o total de mulheres excedia o de homens em 20 milhões, desequilíbrio que levaria mais de três gerações para ser

superado. Nesta situação, a economia rural soviética passou a depender das mulheres para todos os tipos de trabalhos. Na Iugoslávia, por ocasião dos conflitos e represálias alemãs, a maioria dos homens acima de 15 anos foram executados, ao ponto de em muitos vilarejos não haver nenhum homem adulto. Na Alemanha, dos homens nascidos em 1918 após a guerra, dois a cada três haviam morrido, inclusive nos subúrbios como o berlinense de Treptow, no qual em 1946, havia apenas 181 homens em contraste as 1105 mulheres, isso considerando a faixa etária de 19 a 21 anos.

Embora mulheres tenham morrido ao longo da guerra, como na Europa Central e na Prússia Oriental com o avanço dos exércitos da União Soviética, foram em menor número do que os homens. Entretanto, a violência não foi apenas com a morte das mulheres, mas com a violência sexual. Em Berlim, inúmeras mulheres foram estupradas durante a marcha soviética que ocupou a cidade. Assim como ocorreu com a passagem da marcha pela Áustria, pelo oeste da Polônia até a Alemanha. Durante o período combativo na Alemanha, os russos tiveram a oportunidade de despojar o adversário que havia devastado sua pátria com ações terríveis. A repercussão destas atrocidades no pós-guerra foi grande.

Na rota oeste, o Exército Vermelho estuprou e saqueou na Hungria, Romênia, Eslováquia e Iugoslávia; mas as mulheres alemãs foram as que mais sofreram. Em 1945 e 1946, entre 150 mil e 200 mil “bebês russos” nasceram na zona alemã sob ocupação soviética, e esses números ignoram os incontáveis abortos, em virtude dos quais muitas mulheres morreram com os fetos indesejados. Muitos dos recém-nascidos sobreviventes engrossaram as estatísticas dos órfãos e dos sem-teto: destroços humanos da guerra. (JUDT, 2011, p. 20).

Em 1945, o oficial do Exército britânico relatava a condição territorial:

Destroços de naufrágio, cargas ao mar! Mulheres que perderam maridos e filhos, homens que perderam esposas; homens e mulheres que perderam lares e filhos; famílias que perderam grandes fazendas, propriedades, estabelecimentos comerciais, destilarias, fábricas, moinhos de trigo, mansões. Havia também crianças abandonadas, carregando pequenas trouxas, portando patéticos crachás. Tais crianças perderam-se das mães, ou as mães morreram e foram sepultadas por outros deslocados de guerra em alguma beira de estrada. (JUDT, 2011, p. 23).

A condição do período pós-guerra, com a diminuição da população masculina em nível internacional, levou as mulheres a desbravarem os campos de trabalho e as funções profissionais que aqueles ocupavam, tendo sido assim impelidas a substituir a mão de obra masculina na ausência dos homens. As estatísticas quadruplicaram o índice de mortalidade após a Segunda Guerra Mundial, com mais de 60 milhões de mortes aproximadamente. Neste cenário, muitas crianças cresceram sem a presença do pai. As mulheres desempenharam as funções maternas e paternas, tanto na educação dos filhos quanto no enfrentamento da vida diária (JUDT, 2011).

Em consonância com a realidade das mulheres no pós-guerra, a Igreja Católica assinala:

Os anos da Segunda Guerra Mundial e os anos pós-guerra apresentaram e ainda apresentam para a mulher, em todos os grupos de todas as nações, quase se estendendo por todos os continentes, um aspecto trágico sem precedentes. Cremos que nunca, nunca no curso da história da humanidade, os eventos exigiram tanta coragem e iniciativa por parte das mulheres, tanto sentimento de responsabilidade, tanto de fidelidade, de força moral, do espírito de sacrifício, de resistência diante de tantos tipos de sofrimento, em uma palavra, de tanto heroísmo. Os contatos, as cartas, em que as mulheres nos revelavam, e ainda revelam nestes tempos cruéis, seus próprios destinos, o destino de suas famílias, são de tal modo impressionantes que nos levam a perguntar se não passou de um mero pesadelo, de como foi possível que coisas parecidas tenham acontecido nos nossos tempos, no mundo em que vivemos. Ao longo desses terríveis anos, as mulheres e as jovens se habituaram a praticar virtudes mais que viris, e a praticá-las numa escala que são exigidas dos próprios homens apenas em casos excepcionais. (DISCURSO ÀS CONGRESSISTAS DA UNIÃO INTERNACIONAL DAS LIGAS FEMININAS CATÓLICAS, 12/09/1947)¹⁰.

A Igreja Católica faz alusão à virilidade para ressaltar um conjunto de práticas designadas a um ideal de masculino, como a coragem, responsabilidade, fidelidade, força moral, espírito de sacrifício, resistência e heroísmo. Estes atributos correspondem à feminilidade se atrelados à esfera privada, principalmente como qualidades desejáveis em um bom casamento, suportando os sofrimentos e esperando retribuições divinas. Entretanto, estes atributos atrelados a esfera pública atendem ao ideal de masculino produzido pela Igreja Católica no período.

¹⁰ Documento traduzido do Francês por Mario Diniz.

Deste modo, a correlação com a virilidade como uma característica conferida ao homem e somente por ele produzida, remonta um cenário educativo, pois os homens recebiam a educação cultural, familiar e religiosa para desenvolvê-la e expressá-la na sociedade em atividades externas ao lar. As exigências por uma masculinidade viril marcavam construções sociais que garantiam a transição da infância para a vida adulta, como reconhecimento da aquisição de maturidade e bravura necessária para exercer o papel de homem, sobretudo, nos lugares que lhes era destinado a eloquência, a política e os espaços de sociabilidade (CORBIN, COURTINE E VIGARELLO, 2014).

Para ser um homem em diferentes culturas, seja na Grécia Antiga ou na Roma Antiga, prezava-se pelo culto à virilidade, em grande medida, marcada pelo domínio do masculino sobre o feminino. Esta relação de força se manifestava no preenchimento da esfera pública com atuação restrita aos homens, enquanto as mulheres eram restritas às atividades privadas. Embora tenham se transformado de acordo com a região, cultura e religião, às atividades externas desempenhadas pelos homens viris adquiria reconhecimento e status sociais. (CORBIN, COURTINE E VIGARELLO, 2014).

Deste modo, para manifestar sua percepção sobre as diferentes práticas das mulheres emergentes no período, a Igreja Católica elege a virilidade como expressão da sua opinião sobre as mudanças no universo feminino, como uma referência de masculinização da mulher. O modo com que a instituição desloca o potencial feminino para o plano secundário do discurso, evidenciando a virilidade, um conjunto de práticas designadas ao masculino para enaltece-la, demonstram a cristalização das desigualdades nas relações de gênero na matriz do discurso católico. As delimitações dos espaços e a restrição da esfera pública para atuação política da mulher mostram as

‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75).

Por isso, a impressão que temos ao interpretar a fonte, é que para elucidar a mudança no comportamento das mulheres do período, o qual estava em tensão com o projeto de educação de gênero proposto pela Igreja, a instituição remete a “nova

mulher” ao exercício de comportamentos designados a homens viris. Por um lado, esta postura inferioriza a mulher por negligenciar a legitimação de seu potencial frente às instabilidades e desafios culturais e sociais que o período pós-guerra desencadeou. Por outro lado, reforça as mudanças nos padrões sociais de comportamento que possibilitam a mulher agir e atender expectativas que até então eram designadas somente aos homens.

Sendo assim, a instituição assinala uma percepção na mudança nas relações de gênero e estabelece o paralelo de uma possível equiparação entre a condição feminina e a condição privilegiada de ser homem, ao que tange o enfrentamento das atividades diárias externas ao lar. Entretanto, a evidência sublinhada pela instituição quanto as mudanças nas relações de gênero, acompanham a orientação sobre o exercício desses novos padrões de comportamento quanto a mulher. Por isso, no mesmo discurso que o pontífice enaltece admirado o protagonismo em massa das mulheres, faz ressalva a respeito da atuação feminina no campo político, o qual era um espaço reservado aos homens:

Por fim, resta o domínio da vida política. Para o bem das circunstâncias, Nós já falamos sobre alguns pontos deste assunto. Este domínio tem vários aspectos distintos: a proteção e cuidado dos interesses sagrados das mulheres, por meio de uma legislação e de um regime que respeite seus direitos, a sua dignidade e a sua função social - a participação de algumas mulheres na vida política em prol do bem, da salvação e do progresso de todos. O vosso papel é, de um modo geral, trabalhar para tornar as mulheres cada vez mais conscientes dos seus direitos sagrados, dos seus deveres, do seu poder, seja na opinião pública existente nas relações cotidianas, seja nos poderes públicos e na legislação por meio do bom uso de suas prerrogativas de cidadã. Este é o seu papel comum. Não é para que vós, na verdade, entrem em massa na carreira política, nas assembleias públicas. Vós deveis, pelo menos a maioria de vocês, dedicar o melhor do vosso tempo e do vosso coração aos cuidados do lar e da família. (DISCURSO ÀS CONGRESSISTAS DA UNIÃO INTERNACIONAL DAS LIGAS FEMININAS CATÓLICAS, 12/09/1947).

Neste caso, a postura da Igreja estimula as mulheres católicas a atuarem política, embora ressaltem as normativas para o exercício de cargos públicos. Nesta ação, a instituição abre precedente para que algumas mulheres adentrem os espaços políticos, porém, regulam a finalidade de suas atuações na esfera pública. Em contrapartida, reiteram a expectativa de seu projeto político e educacional, qual

a maior parte das mulheres permaneceria vinculada as atividades domésticas. Com isso,

percebe-se que é cedido um lugar à mulher, desde que nada se mude na organização geral da sociedade e essa sociedade continue a se organizar e estruturar em função dos interesses dos homens e, em função desses interesses, se instrumentalizam a posição e as capacidades da mulher. (FREITAS, 2003, p. 20).

Com o engajamento feminino na esfera pública e política tornando-se mais frequente, as mulheres passam a instituir comitês voltados a pensar e a discutir a condição feminina em diferentes perspectivas. A Igreja, entretanto, incentiva estas ações com a intenção de estabelecer seu legado também com estas frentes das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Por conta disso, ressalta:

É de Nosso agrado acolher o grupo seletivo que constitui a seção feminina do Comitê Internacional para a Unidade e a Universalidade da Cultura. É uma iniciativa muito louvável esta de querer unir a vossos deveres de representação o estudo dos problemas da cultura, da moral, da juventude, da educação, que vossa posição e vossas relações vos permitem abordar com pontos de vista variados e de maior interesse. A organização de regulares reuniões informativas e de discussões sobre questões que a evolução acelerada da civilização contemporânea renova constantemente, vos permitirá enriquecer vossas experiências pessoais, atraindo a outros para a discussão e, desta forma, exercer uma influência mais marcante nos meios com os quais vós estabeleceis contato. (...) Surgirão, e Nós temos certeza, atividades frutíferas a serviço do mundo feminino, um apostolado discreto, mas muito eficaz para preparar um mundo mais fraternal e humano. (DISCURSO À SESSÃO FEMININA DO COMITÊ INTERNACIONAL PARA A UNIDADE E A UNIVERSALIDADE DA CULTURA, 16/01/1956)¹¹.

A instituição ao incentivar a articulação do comitê compartilha suas intenções para o enfoque dos trabalhos:

Não há dúvida de que se faz muito conveniente que especialmente um comitê de mulheres se volte resolutamente para esta direção. A vocação da mulher, esposa e mãe, guardiã do lar e de sua intimidade, convida-a a refletir sobre tudo o que diz respeito ao destino das pessoas, suas vidas profundas, seus anseios fundamentais, que permanecem subjacentes à toda atitude concreta, à toda decisão prática, e comandam seus comportamentos. É neste domínio que a mulher atua com eficácia maior e alegria, e é a partir disso que ela tenta influenciar de maneira sustentável o desenvolvimento de uma pessoa, de uma família e de todo um ambiente cultural. (DISCURSO À SESSÃO FEMININA DO COMITÊ

¹¹ Este documento foi traduzido do Francês por Mario Diniz.

INTERNACIONAL PARA A UNIDADE E A UNIVERSALIDADE DA CULTURA, 16/01/1956).

A estratégia da instituição no período em estudo centrava-se na valorização materna para reconquistar a sociedade,

apostando num discurso que pretendia conquistar corações por intermédio das lembranças da infância e da relação mãe e filho, o que mobilizava os fiéis emocionalmente. A Igreja, como vimos, apoiada na idéia de que a família seria a célula *mater* da sociedade, acreditava que ao estimular o poder materno cristão no lar poderia reconquistar o poder do catolicismo. A intervenção materna agiria de acordo com a teoria dos círculos concêntricos, ou seja, a mãe catequizaria o filho e conquistaria o marido para o catolicismo e estes fariam repercutir as idéias maternas católicas na sociedade. Dessa forma, quanto maior o número de mães cristãs, maior o número de famílias cristãs, levando a uma sociedade recristianizada. (GUARIZA, 2009, p. 49).

Este procedimento caracterizava a postura da Igreja Católica frente às modificações sociais nas décadas iniciais do século XX. Tendo em vista que a instituição percebeu o declínio de sua influência institucional na vida cotidiana da sociedade, porquanto, busca aumentar as tentativas para dirigir os crentes. Poderia ser um caminho efetivo para dar vida ao que considerava ser consciência e civilidade cristã. Com esta medida estratégica, as frentes leigas da Igreja e todos os crentes são mobilizados pela instituição a difundir seus princípios doutrinários. Assim, “os fiéis, por meio do exemplo, da caridade e a difusão das “verdades católicas”, poderiam dilatar as fronteiras de poder da Igreja” (GUARIZA, 2009, p. 46).

Diante desse contexto social, a Igreja Católica realizou 43 Audiências Gerais no período de 1939 a 1943. Dentre os temas abordados pelo pontífice Pio XII, estavam questões referentes: a maternidade e paternidade; as separações forçadas; a fidelidade matrimonial ao cônjuge; a educação dos filhos; o incentivo à geração de filhos; a castidade matrimonial; e a viuvez. Chama atenção todos estes temas serem abordados do período inicial a dois anos do término da guerra.

Ao abordar as separações forçadas, o pontífice fazia referência a uma situação comum na guerra, em que muitas mulheres perderam seus esposos, e em algumas situações, o homem perdeu sua esposa. O incentivo da instituição era que esses vivessem de acordo com os valores cristãos conservando santamente sua viuvez como garantia de santidade e de aperfeiçoamento em Cristo em sua pureza.

Embora o pontífice ressalte a graça de Deus para viver tamanho desafio, em seguida, afirma que o autodomínio, a responsabilidade cristã, a continência, a abnegação de si mesmo e a consciência pessoal, adornam a vida cotidiana com as retribuições celestes. Estes comportamentos citados como ornamentos da vida cristã compõem um conjunto de ações reguladas que a instituição denomina como virtudes cristãs.

As virtudes cristãs que são normativas para homens e mulheres são chaves interpretativas para delinear o comportamento que a instituição espera por parte dos crentes. Por isso, ao emergir estes temas concernentes afetividade e sexualidade dos fiéis, a instituição evidencia se movimentar para disputar, e em alguma medida, controlar as mudanças nas práticas sociais. Sobretudo, referente às relações de gênero. Portanto, na busca de compreensão dos processos históricos, gênero como categoria de análise, nos oferece a possibilidade de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Principalmente no tocante às normas de comportamento, pois passam por um filtro estrutural e ideológico que envolve a relação ente os sexos (SCOTT, 1995).

Nesta perspectiva, a Igreja Católica tem mecanismos para regular as ações de seu público e inspirar os crentes a comportarem-se de acordo com a conjuntura institucional, sobretudo em relação às mulheres. O pontífice apresenta a vida de Paula Elisabete Cerioli, a qual estava em processo de beatificação e, em 1950, foi celebrada beata por Pio XII. As virtudes heróicas ressaltadas pelo pontífice estavam vinculadas ao fato de que após Elisabete se casar designada pelos pais com um homem muito mais velho, e ficar viúva, canalizou seus esforços diários dedicando-se à caridade, como serviço em prol do Reino de Deus. Ela fundou o Instituto das Irmãs da Sagrada Família e posteriormente o Instituto dos Irmãos da Sagrada Família. Com este serviço, instituiu colégios, recreações e demais promoções da vida cristã.

Elisabete tendo se casado muito jovem com um homem mais velho, perdeu várias gestações e um filho falecido aos 16 anos. Percebemos que esta figura posta como referência pela instituição eleva os atributos do ideal de mulher cristã do período, por uma viuvez voltada à caridade e com a renúncia sexual. Em consonância a vida de Elisabete, acontecia o enaltecimento de Maria mãe de Jesus, como mulher santa e irrepreensível, a qual também se casou com um homem mais velho, experimentado a viuvez, a renúncia sexual, e posteriormente, perdendo seu filho por penalidade da crucificação.

A referência de Paula Elisabete Cerioli ativa os elementos doutrinários da Igreja Católica postos na imagem de Maria mãe de Jesus, a qual fazia parte da filosofia missionária da religiosa, com instituto sob o título de Sagrada Família. A mobilização estratégica da Igreja ao enaltecer as figuras femininas que se mantiveram sob o vínculo institucional, demonstra a finalidade de reforçar e fortalecer a normatização de um ideal de mulher cristã no período histórico permeados por inúmeras transformações. Esta postura da Igreja para responder às questões emergentes sobre as mudanças no comportamento das mulheres e sobre os questionamentos quanto ao culto à Maria, fez com que a instituição em 1946, explicitasse sua proposta de definição do dogma da Assunção da Virgem Maria. Por meio da encíclica *Deiparae Virginis Marie*, a Igreja articulava as hierarquias eclesiais com a preparação para a promulgação do dogma.

Em 1950, acontece, por meio da encíclica *Munificentissimus Deus*, a promulgação do dogma e a abertura do jubileu mariano. No mesmo ano, Pio XII beatifica Paula Elisabete Cerioli. Chama atenção que ela tem muito em comum com a história proposta de Maria pela Igreja Católica. A Igreja católica coloca em evidência as figuras femininas que atendem à expectativa de mulher cristã. A fidelidade matrimonial, a educação dos filhos, o incentivo à geração de filhos, a castidade matrimonial, e a viuvez, estão presentes na trajetória destas religiosas postas como modelo a ser seguido.

O movimento da Igreja Católica em promulgar um novo dogma mariano, como meio de enfrentar as tensões e os desafios postos à instituição pela difusão do protestantismo e a crescente crítica ao culto católico à Maria mãe de Jesus, foi oportuno para a mobilização de aspectos relacionados à mulher moderna. A correlação entre as mulheres católicas e a referência de ideal cristão feminino vinculado a Maria se estendeu e intensificou durante todo pontificado de Pio XII.

A busca da Igreja Católica por evidenciar uma atualização em seu discurso sobre a mulher católica que aparentasse uma inovação consistiu em enaltecer a imagem de Maria para afirmar o ideal de mulher católica no período:

Onde encontrareis a régua que vos permitirá julgar com segurança, redirecionar as falsas ideias, fazer as correções indispensáveis e fornecer as verdadeiras soluções para os problemas infinitamente delicados que dizem respeito ao papel da mulher, à educação, às suas funções de mãe e educadora, à ação que ela exerce em seu lar e seu meio? Nós acreditamos que só pode ser vosso guia um divino mestre, um Espírito vivo e gerador de

vida, de luz, de fervor. Mas ele só se manifesta naqueles cujo espírito permanece aberto na humilde espera, com a docilidade ansiosa, pronto para responder às suas inspirações. E como não evocar aqui a doce imagem da Virgem Maria? Se ela mereceu dar ao mundo o Salvador, não foi por ter sido sempre desde o primeiro instante de sua existência – e principalmente no momento de seu consentimento explícito para fazer parte dos planos de Deus – preenchida com o que é Santo, aceitando para si sem hesitação as intenções de Deus, respondendo-o sem reserva. Que a Mãe de Deus conceda que vós sejais conduzidas e atraídas ao seu exemplo! Que ela guie vossos tão nobres esforços para restaurar nos homens de hoje a plena integridade moral e religiosa, o sentido dos valores verdadeiros, e a vontade de respeitá-los e promovê-los. (DISCURSO À SESSÃO FEMININA DO COMITÊ INTERNACIONAL PARA A UNIDADE E A UNIVERSALIDADE DA CULTURA, 16/01/1956).

A Igreja ao enaltecer a imagem de Maria para produzir efeito de regulação e normatização do comportamento das mulheres católicas, procura realçar a consideração de Deus pela mulher e pela família. Para provocar alterações na percepção das crentes quanto à imagem de Deus no tratamento com as questões emergentes no período a instituição ressalta:

o projeto de redenção da humanidade tornado efetivo na pessoa de Jesus com a colaboração de Maria conduz a uma mudança a respeito da imagem de Deus. Este deixa de ser imaginado como Aquele que pune, o soberano, o justiceiro; Aquele que governa o mundo. Ele agora passa a ser imaginado como o Pai de infinita bondade, o Deus a misericórdia, o Deus compassivo. Um Deus que possui agora atributos masculinos e femininos, mas que jamais pode esgotar-se nos limites culturais de tais atributos. (CANDIOTTO, 2008, p. 92).

Em consonância com este movimento feito pela instituição para atribuir um sentido diferente à imagem de Deus no relacionamento com as mulheres católicas, iniciou-se uma busca por renovação teológica para dar subsídio a esta postura. Com isso, se desenvolveram as “teologias do genitivo”, surgidas no pós-guerra, tais como a chamada “teologia da mulher”. Estas teologias “setoriais” emergiram visando dar notoriedade, mobilidade e concretude ao discurso teológico para um período histórico que apresentava muitos desafios à Igreja Católica (GIBELLINI, R. Op. cit., p. 125 *apud* SOUZA CANDIOTTO, 2008, p. 114).

A chamada “teologia da mulher” é delineada inicialmente em um número especial da revista “*L’Agneau d’ Or*”, no ano de 1954, na qual se comemorava o centenário da definição do dogma da Imaculada Conceição. Esta perspectiva teológica, elaborada por teólogos e clérigos, tinha por intuito pensar a mulher, mas

utilizando-se de recursos permeados por esquemas mentais e representações provenientes da cultura patriarcal dominante¹².

Ressalta-se, então, que um fator de importância para a Teologia Feminista que se opõem posteriormente à “teologia da mulher” refere-se ao potencial significativo que se pode obter ao desvelar, revisitar a vida e as perspectivas de mundo na ótica da mulher. A mulher então passa a ser produtora dos significados de sua percepção no âmbito teológico (BRUNELLI, 1988, p. 22).

A teóloga Elisabeth S. Fiorenza propôs uma reflexão quanto à expressão bíblica *Kirios* (do grego, mestre, senhor). Para ela, em certa medida, este termo traz uma conotação ambígua em suas frequentes apropriações, pois comumente vincula-se Deus a uma imagem patriarcal.

Fiorenza (1992) chama a atenção, deste modo, para uma problematização essencial, que é refletir sobre o sistema *kiriarchial*, o qual baseado em uma imagem patriarcal de Deus tende, por hipótese, vir a fomentar a valorização da racionalidade, do poder e da objetividade como qualidades associadas ao masculino. Porquanto, neste mesmo sistema, as mulheres podem vir a ser qualificadas pelas habilidades emocionais, subjetivas e passionais.

Nesta perspectiva, as mulheres acabam sendo consideradas vulneráveis na dinâmica social e cultural do pós-guerra expressa no discurso católico. Por isso, com a saída em massa das mulheres de seus lares e inserção em diferentes seguimentos da sociedade, a Igreja Católica manifesta sua preocupação.

Assim como ao referir-se aos homens, o pontífice insistia no valor de um marido fiel, apelando para as qualidades associadas ao masculino: racionalidade, autodomínio e objetividade. Ressaltando que mesmo com a maior convivência social entre homens e mulheres, seja no trabalho quanto no convívio diário em diferentes espaços, ameaçava o amor verdadeiro. Neste caso, para combater os perigos das novas experiências relacionais entre os sexos, a instituição dirigia os crentes para a busca pela garantia da felicidade conjugal por meio da manutenção da imitação da pureza de Cristo. Lembrando-os que seriam provados nos esforços pessoais para ir

¹² Gibellini, (1992, p. 77-78) *apud* Candiottto, (2008, p. 114) ressalta que “a teologia feminista é decididamente crítica com relação à ‘teologia da mulher’ por causa de sua unilateralidade e de seu androcentrismo; com efeito, ela foi elaborada por teólogos (e, além do mais, ‘clérigos’), que não elaboravam uma correspondente ‘teologia do homem’, ou ‘teologia da masculinidade’, além disso, também por força de sua própria origem, utilizavam acriticamente representações e esquemas mentais derivados da dominante cultura patriarcal.

ao encontro da castidade pessoal e matrimonial, a qual exige coragem real e às vezes heróica, mas que atende ao amor cristão por se sobressair aos apetites do egoísmo com um propósito maior frente à satisfação fugaz.

O convívio assíduo entre mulheres e homens em espaços públicos passa a ser abordado pela Igreja, que manifesta preocupação de prejuízos referentes ao amor recíproco e casto. Ao abordar os espaços de trabalho, tendo como uma necessidade por parte das mulheres para a sobrevivência digna das famílias, o pontífice intensifica suas intervenções quanto às relações de gênero nos lugares públicos como as ruas, praias, shows, praças, teatros, e cinemas.

Deste modo, exortava as mulheres católicas quanto aos comportamentos que se tornam, na percepção da Igreja, indesejáveis e desconcertantes. A instituição ao se referir às proximidades e familiaridades de jovens noivas e jovens noivos, que passavam mais tempo juntos compartilhando espaços públicos, diferentemente das gerações anteriores, evidencia sua preocupação com os padrões de relacionamentos que constroem os valores cristãos (castidade, continência sexual, sensualidade, fidelidade matrimonial, dentre outros).

Por conta das preocupações institucionais com a banalidade dos valores cristãos e com os meios de estimulação para difusão destes comportamentos, a Igreja se volta à interlocução com os produtores cinematográficos; aos costureiros; às jovens mulheres católicas; aos médicos; organizações, cooperativas, ligas, associações e federações; institutos religiosos; e à imprensa.

Por meio da encíclica *Ad Caeli Reginam*, as intervenções da Igreja Católica assim como durante o pontificado de Pio XI, voltam-se em 1954, às questões emergentes sobre o cinema, rádio e televisão. Incentivando os católicos a se inserirem nestes meios para regular e promover conteúdos que ajudassem na difusão da doutrina cristã. A instituição enfatizava a educação das massas como potencial espetacular, estabelecendo as classificações morais para que este recurso fosse utilizado em prol da salvação das almas. Deste modo, encorajava as emissoras católicas de rádio a exercer por esta via ações apostólicas, explicitando que aperfeiçoaria a Rádio Vaticana para atender às necessidades vitais de todo universo católico.

Os novos estímulos em desenvolvimento propagados nos lugares frequentados pelas jovens, movimentou a Igreja a se dirigir aos mestres costureiros:

Preocupados com os problemas morais e espirituais que a vida cultural transfere aos diversos grupos sociais, sobretudo às associações profissionais, Nós gostaríamos, por meio de algumas palavras, corresponder à vossa espera e fazer breves considerações a respeito de alguns aspectos de vossa profissão. (...) Aliás, a vestimenta traduz sensivelmente, e de maneira permanente, a condição da pessoa; ela varia segundo o sexo, a idade, a função social; ela manifesta tanto o que relaciona o indivíduo com certas classes sociais, quanto confere uma posição especial a alguém dentro de seu próprio grupo. (...) Em vez de elevar e enobrecer a pessoa humana, as roupas, às vezes, tendem a degradá-la e rebaixá-la. Mesmo não sendo responsáveis por estas manifestações lamentáveis, não podeis estar indiferentes a isto. Bem longe de manter a já bem forte tendência à imodéstia, tomai sempre o cuidado de respeitar as normas da decência e do bom gosto, da elegância saudavelmente entendida e honesta. Longe de impedir seu exercício, assim vos ajudará a proteger sua dignidade, e certamente vos fará orgulhosos da nobreza de seu dever. (DISCURSO AOS PARTICIPANTES DO VI CONGRESSO INTERNACIONAL DOS MESTRES COSTUREIROS, 10/09/1954)¹³.

A jovem mulher estava aderindo às possibilidades que a tendência de seu tempo proporcionavam como a iniciação ao trabalho, cinema, teatro, acesso ao comércio com poder de aquisição do próprio salário, possibilitando a adesão de estilos diferentes no vestuário. Segundo Valerio (2014, p. 20), os costumes foram se alterando como respostas às conquistas

tecnológicas que, irrompendo sobre o cotidiano, ajudaram as mulheres, mais livres das incumbências domésticas, a procurarem novos espaços de realização: a invenção e a difusão dos eletrodomésticos (o fogão a gás, a geladeira, o ferro de passar, a máquina de lavar), a chegada de luz elétrica nas casas, a água encanada, o quarto de banho e sanitários, a melhor atenção à saúde e ao corpo feminino, que fizeram com que se reduzisse drasticamente os riscos do parto e a mortalidade infantil, marcaram profundamente todos os setores da vida, mudando ao mesmo tempo também o modo de alimentar-se, vestir-se, usar o tempo livre, a linguagem e os comportamentos sociais.

Estas mudanças promoveram alterações nos padrões normativos de comportamento feminino que vigorava em períodos históricos anteriores. Por este motivo a Igreja se pronunciava com ênfase na preocupação do declínio dos valores cristãos e reprovava as condutas que se distanciavam do ideal feminino produzido pela instituição. Sendo assim, o pontífice ressaltava:

¹³ Documento traduzido do Francês por Mario Diniz.

Aqui é desnecessário dar muitas explicações, vós bem conheceis os pontos sobre os quais a moral cristã exige o esforço generoso e a reação determinada da juventude: de início são as roupas, depois as conversas, as leituras, os espetáculos, os relacionamentos. Ó, quantas jovens crêem não estar cometendo erros, quando seguem obedientemente certos modos desavergonhados. (DISCURSO À PERIGRINAÇÃO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DAS FILHAS DE MARIA IMACULADA, 17/07/1954).

É possível perceber neste fragmento histórico que em todas as insatisfações compartilhadas pela instituição estão relacionados ao enaltecimento do corpo em detrimento da espiritualidade católica. Porquanto, a disputa empreendida pela Igreja parecia estar centrada sobre a dinâmica social de modificação do significado cultural atribuídos ao corpo feminino no período.

Matos (2003), na problematização sobre o lugar que o corpo feminino ocupa nas disputas sociais, afirma que em grande medida, o corpo das mulheres é percebido como um objeto de manipulação, estando à mercê de intervenções políticas, comerciais e da confiscação religiosa. Sendo assim, as tensões contrárias as normatizações de roupas modestas e comportamentos piedosos referentes às mulheres católicas, a Igreja Católica especifica como vergonha, escândalo e fontes de promiscuidade. Podendo assim, constranger as mulheres católicas e subverter suas liberdades ao controle da instituição.

Mediante o curso das escolhas e experiências femininas, o corpo nas primeiras décadas do século XX adquiria diferentes conotações devido ao processo de subjetivação feminina. A tomada de consciência por parte das mulheres, quanto a possibilidade de escolha na vestimenta, em frequentar espaços como cinema, teatro, praças, shows e demais lugares, ampliaram as perspectivas de identificação feminina com as mudanças sociais. Inclusive na percepção e no relacionamento com o próprio corpo as mulheres puderam desenvolver compreensões diferentes, em consonância com as produções de significados que circulavam no período.

O corpo passava a ser ainda mais admirado pelos poetas, que escreviam sobre sua exuberância e suas produções ganhavam força na circulação entre as jovens mulheres. Na literatura, as evidências de uma jovem e mulher mais acessível nos espaços públicos repercutiam nas diferentes correntes literárias. A arte envolvia os diferentes modos de ser mulher e expressar o feminino. O enaltecimento das mudanças de comportamento feminino ganhava destaque e evidência nos programas de televisão, teatro e cinema (MATOS, 2003).

Nos posicionamentos que a Igreja Católica compartilhava, podemos verificar sua percepção quanto à velocidade das mudanças:

Hoje, pelo contrário, a figura feminina antiga está mudando rapidamente. Se vê a mulher, e especialmente a jovem, sair de seu retiro e entrar em quase todas as profissões, como campo de vida e ação exclusiva do homem. Primeiro tímido, então cada vez mais forte do que esta revolta, há muito se manifestou, causado principalmente pelo desenvolvimento da indústria no progresso moderno. Mas por alguns anos, como uma inundação que sobrepõe os bancos, ganha todas as resistências, as fileiras femininas parecem ter penetrado toda a terra da vida das pessoas. Que, se tal corrente ainda não se espalhou por toda parte, não é difícil encontrar o seu curso, mesmo na aldeia montanhosa mais remota; enquanto no labirinto das grandes cidades, como nas oficinas e nas indústrias, (DISCURSO DE NO XXV ANIVERSÁRIO DA JUVENTUDE FEMININA DE AÇÃO CATÓLICA EM 24/04/1943)¹⁴.

As observações da Igreja Católica sobre a velocidade das transformações no universo feminino é sintoma de uma profunda inquietação que a instituição veio enfrentando desde o século XIX. Com o avanço da tomada de consciência entre as mulheres sobre sua nova condição social, a catolicidade exerceu ainda mais pressão sobre o mundo feminino. Evidentemente por se tratar de mudanças significativas na difusão de novas interpretações sobre a condição da mulher e do homem na dinâmica social. Principalmente por conta da afirmação do protagonismo feminino na sociedade, o qual inevitavelmente colocaria a Igreja em transformação (VALERIO, 2014).

O século XX foi considerado o século das mulheres. Por isso, a Igreja preocupava-se com a afirmação gradual da mulher na dinâmica social, especificamente, por representar uma mudança progressiva para um novo paradigma antropológico. A concepção tradicional de mulher que a instituição veio assegurando às fiéis como ideal cristão, consoante a qual a mulher estava destinada pela natureza a desempenhar papéis subordinados, encontrava seu curso de rompimento com os esquemas antigos colocando em pauta novas dinâmicas identitárias (VALERIO, 2014).

A Igreja Católica, percebendo e sentindo estas repercussões, adota uma postura catequética sobre a diferença dos sexos, demonstrando prioridade no enfrentamento de temas referentes à mulher moderna:

¹⁴ Este documento foi traduzido do Italiano pela autora.

Ela tem de concorrer com o homem para o bem da civilização, na qual está em dignidade igual a ele. Cada um dos dois sexos tem o dever de tomar a parte que lhe cabe segundo sua natureza, seus caracteres, suas atitudes físicas, intelectuais e morais. Ambos os sexos tem o dever e o direito de cooperar para o bem total da sociedade, da pátria, mas está claro que, se o homem é por temperamento mais levado a tratar dos negócios externos, os negócios públicos, a mulher tem, geralmente falando, maior perspicácia, tato mais fino para conhecer e resolver os problemas delicados da vida doméstica e familiar, base de toda a vida social, o que não tolhe que algumas saibam realmente dar demonstração de grande perícia também no campo da atividade pública. (DISCURSO ÀS MULHERES DE AÇÃO CATÓLICA, 21/10/1945).

O espaço doméstico que a Igreja tentava assegurar como de domínio prioritário das mulheres no século XIX e que foi gerando descontentamento torna-se ainda mais aversivo no século XX. Por isso, a instituição adota a persuasão catequética com ênfase na feminilidade dotada de perspicácia para as coisas delicadas da vida doméstica e familiar. Este artifício buscava distanciar as mulheres das referências corporais ou carnavais, devido a instituição temer a redução de sua diligência juntos aos crentes na nova dinâmica das relações de gênero. Com isso, insistem na vinculação das mulheres aos espaços domésticos como garantia de segurança para o desenvolvimento dos povos. Assim como reforçam a correlação dos espaços públicos à figura masculina, justificando como próprio ao temperamento do homem.

Os ensinamentos da instituição e suas intervenções sobre o comportamento feminino levando às mulheres a compreensão de sua “natureza” faz conexão com o exercício de poder designado ao homem. O discurso católico para com a “nova mulher” é educativo, pois a instituição incita as mulheres a difundir a espiritualidade cristã, mas restringe seu protagonismo de espaços que anseiam manter para o domínio do homem. Deste modo, a retórica católica é utilizada pela Igreja como estratégia de persuasão para com as mulheres católicas a fim de que estas almejassem estar sobre o seu controle, buscando convencê-las da sacralidade de sua submissão à Igreja.

Neste cenário, a Igreja Católica buscava atuar como voz conquistadora para com as mulheres no período, objetivando que estas aderissem ao julgo que consideravam leve na difusão da doutrina e espiritualidade católica. Muito embora as mulheres tenham sido manipuladas para executar o que a instituição lhes impõe,

a Igreja faz um movimento de aparente negociação com as mulheres católicas para que canalizassem seus esforços dentro dos espaços que a Igreja recomendava. As interlocuções entre a instituição e as mulheres católicas durante o pontificado de Pio XII delineava o estabelecimento de um projeto de educação de gênero por parte da instituição, com intuito de rebater as concepções de igualdade entre os sexos no período.

Os impactos dos estudos de gênero ameaçavam a Igreja Católica nos aspectos que haviam caminhado com segurança em relação às mulheres católicas. Em 1949, Simone de Beauvoir, em sua obra '*O segundo sexo*', dava maior endosso para as mulheres refutarem esquemas de subordinação que vinham firmados por determinações embasadas na sua natureza biológica. Provocando a intensificação dos debates e reflexões sobre a construção cultural, educativa e social da mulher nas esferas públicas e privadas. Incitando assim, a ruptura com estes paradigmas e esquemas de inferiorização feminina que não podiam se fixar deterministicamente os seus papéis e a sua identidade.

A obra de Simone de Beauvoir é classificada como um trabalho explicativo e sem pausas, pois não era uma obra que se centrava na reivindicação de direitos ou havia sido produzida para um público específico de militância. A filósofa estabelecia na teoria reflexões sobre a condição da mulher historicamente colocada em segundo plano, considerada sempre como a outra, em relação ao homem, reduzindo a existência de reciprocidade entre ambos. A problematização era desenvolvida na perspectiva de que o homem sempre estava no centro, sendo a medida e a autoridade – “essa ideia será a que o feminismo chamará de androcentrismo: o homem como medida de todas as coisas” (GARCIA, 2011, p. 81).

As concepções sobre a desigualdade em relação às mulheres comparada aos homens são abordadas por Simone de Beauvoir como uma construção social, por meio da qual,

a mulher precisa ser ratificada pelo homem a todo momento, o homem é o essencial e a mulher está sempre em relação de assimetria com ele. E desenvolve o conceito de *heterodesignação*, uma vez que considera que as mulheres compartilham uma situação comum: os homens lhes impõem que não assumam sua existência como sujeitos, mas que se identifiquem com a projeção que nelas fazem de seus desejos. (GARCIA, 2011, p. 81).

Com isso, Beauvoir esclarece que a estrutura social e cultural desigual produz prejuízos às mulheres, mas a modificação desta estrutura pode promover equiparação de igualdade e dignidade entre os sexos. Embasando-se nestas prerrogativas, Simone de Beauvoir marca o segundo volume de sua obra com a seguinte enunciação: “Não se nasce mulher, torna-se”. Nesta perspectiva, problematiza as estruturas sociais e culturais quanto à educação feminina subordinada ao universo masculino. Inclusive faz a conexão deste pressuposto para defender sua interpretação dos papéis sociais como construções resultantes de uma cultura dominante masculina, a qual justifica suas ações discriminatórias embasando-se no sexo biológico.

A repercussão imediata da obra de Simone Beauvoir foi um pouco tensa na França em meios aos críticos que consideraram a postura da autora bastante radical quanto sua abordagem do universo masculino. Entretanto a obra logo foi traduzida para o inglês e alcançou as feministas norte-americanas, conquistando ampla adesão e difusão de ideias. Milhões de exemplares foram vendidos, e ainda na década de 1950 a obra foi traduzida para 16 idiomas. Por consequência, esse trabalho de Simone Beauvoir se tornou neste período o alicerce do feminismo dos anos 50 em diante e veio a ser o livro mais lido pela nova geração de feministas que protagonizaram a terceira onda (GARCIA, 2011).

A obra de Simone Beauvoir fixou as bases teóricas para uma nova etapa do feminismo, no qual há articulações políticas e de práticas sociais. Deste modo,

o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. (...) Não existe apenas um tipo de feminismo, mas vários, pois são muitas as correntes de pensamento que o compõem, isto porque uma das características que diferencia o feminismo de outras correntes de pensamento político é que está constituído pelo fazer e pensar de milhares de mulheres pelo mundo todo. (GARCIA, 2011, p. 13).

Sendo assim, a Igreja Católica movimentou-se para atuar frente a estas ideias em circulação. A instituição entendia que para manter o controle e a regulação

dos comportamentos das mulheres católicas precisaria agir na contenção e até mesmo resistência para manter as mulheres no lugar que acreditava ser ideal para elas:

Queridas filhas! Vós sabeis quanto a mulher está devendo ao cristianismo. Quando apareceu na terra, a cultura pagã muitas vezes não exaltava a mulher, exceto pelo complexo de dons externos e efêmeros, ou pela sutileza dos sentimentos. Pelo contrário, essa visão estética e esse sentido íntimo realmente assumiram as formas mais elevadas e delicadas. A paixão treme nos versos mais requintados das obras imortais dos poetas de Augusto, as estátuas dos deuses adornados, criações divinas da arte, ruas e praças, templos e salões dos palácios sumptuosos. E, no entanto, tudo isso era vazio e superficial. Nem Atenas nem Roma, faróis da civilização, embora grande luz difundiram sobre o relacionamento familiar, não conseguiram, nem com as altas especulações da filosofia, nem com a sabedoria das leis, elevar a mulher ao nível da sua natureza. O Cristianismo no entanto, foi o primeiro e único, embora não ignorando as qualidades exteriores e interiores, o qual descobriu e cultivou na mulher missões e papéis, que são o próprio fundamento da sua dignidade e a razão para uma exaltação mais genuína. Desta forma, novos tipos de mulher nascem e afirmam a própria presença na civilização cristã, como mártires religiosas, santas, apostolas, virgens, o autoras de uma extensa remodelação, a qual alivia todo sofrimento humano, salvadora de almas perdidas, educadora. À medida que as novas necessidades sociais amadurecem, até mesmo sua missão benéfica se expande e a mulher cristã se torna, como é hoje, não menos que o homem, um fator necessário de civilização e do progresso. (DISCURSO ÀS PARTICIPANTES DO CONGRESSO DA UNIÃO MUNDIAL DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES CATÓLICAS, 24/04/1952)¹⁵.

Neste trecho, pode-se observar que o pontífice faz referência ao processo histórico em relação à mulher e enaltece a Igreja como única instituição que promoveu a dignidade da mulher. Esta enunciação está conectada aos efetivos avanços, pois

a partir de finais do séc. XIX, vão-se constituindo organizações, cooperativas, ligas, associações e federações que, embora com realces diferentes devidos às diferenciadas inspirações ideais, levaram adiante não só a reflexões sobre a identidade da “mulher nova”, mas também intervenções concretas para a defesa da sua dignidade no interior da família e da sociedade. Os movimentos de matriz liberal, socialista e cristã (tanto protestante como católica), o sufrágismo, a Revolução Industrial, a reavaliação do sentimento, concorreram, nas diversas fases históricas que acompanharam os processos de democratização do

¹⁵ Documento traduzido do Italiano por Victoria Khorosheva.

Occidente, para o reconhecimento dos direitos da mulher, inserindo-os na mais ampla defesa dos direitos humanos, que desembocaram na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, de 1948, e na Convenção sobre direitos políticos das mulheres, de 1952. (VALERIO, 2014, p.19-20).

Por conseguinte, o corpo feminino tornava-se alvo por excelência das disputas de normatização feita pelos homens, pois a construção milenar de que o corpo feminino era território de posse e cultivo do masculino aumentava a tensão com a liberdade que as mulheres passavam a experimentar e adquirir. As intervenções da Igreja Católica sobre o fazer feminino e sobre a produção de significados que seriam atribuídos às mulheres com seu modo de agir promovem o reconhecimento inevitável da grande corrida institucional do catolicismo para restringi-las (MATOS, 2003).

No entanto, não seria mais suficiente os debates de enfrentamento sobre as questões emergentes quanto a nova condição da mulher no mundo moderno, visto que o retrocesso do protagonismo feminino parecia ser uma possibilidade inexistente:

Testemunhas de uma crise desta gravidade, não podemos nos conformar em lamentá-la, nem em formular votos estéreis. O que importa é unir e manter todas as forças vivas para o resgate da educação feminina e familiar cristã. (DISCURSO ÀS CONGRESSISTAS DA UNIÃO INTERNACIONAL DAS LIGAS CATÓLICAS, 12/09/ 1947).

Deste modo, a Igreja passa a investir fortemente para subverter a liberdade e o potencial feminino em prol da difusão dos ideais cristãos e em contrapartida assegurar os limites para as ações das mulheres católicas. As tentativas da instituição em tecer restrições ao mundo feminino por meio dos preceitos cristãos assinalam a ambição de incutir nos pensamentos e mentalidades a rigidez que se torna a salvaguarda como proteção de uma vida inteira. Sendo assim, o objetivo cristão católico encontra sua possibilidade de efetivação com o projeto de educação de gênero por parte da Igreja para que os crentes centrassem suas práticas para fortalecer a instituição. (MATOS, 2003).

A instituição, investindo constantemente em atenuar as características “naturais” das mulheres, desenvolve suas intervenções como medidas de contenção para redirecioná-las. Com esta postura a instituição agia para refutar a

Sexualidade pré-nupcial, celibato ou concubinato, concepção epicurista da sexualidade que marca o triunfo do prazer individual sobre o interesse do grupo social, mas também desculpabilização e descristianização da carne: as jovens, libertas do vínculo de parentesco secular com Eva, são em parte agentes de suas sexualidades. (MATOS, 2003, p. 100).

A Igreja Católica sofre diretamente os impactos destas repercussões por meio das obras e institutos femininos. Com a realidade da saída das jovens de casa visando desbravar uma trajetória diferente das gerações de mulheres que as antecederam, as vocações religiosas passaram a enfrentar um cenário de crise:

Nós ainda temos um motivo muito especial para vos falar. Vós sabeis que as Ordens das mulheres estão passando por uma grave crise: referimo-nos ao declínio do número de vocações. Esta crise certamente ainda não atingiu todos os países. Onde quer que ocorra, sua intensidade não é igual em todos os lugares. Mas, no momento, já se torna preocupante em uma série de países europeus. Em uma região onde, há vinte anos, a vida religiosa feminina florescia plenamente, o número de vocações caiu pela metade. E se no passado sérias dificuldades dificultavam a vocação das jovens, em tempos atuais as condições externas parecem atrapalhá-las, e até diríamos que alguém deveria estar atento às vocações fictícias, (DISCURSO ÀS SUPERIORAS GERAIS DAS ORDENS E INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS, 15/09/1952).

A crise vocacional feminina passa a afetar a manutenção das obras mantidas pela Igreja e que contavam com o trabalho das religiosas, por isso queixam-se:

Nós só podemos falar com tristeza: enquanto que, no mundo cristão, e mesmo em qualquer outro lugar, hoje ressoam mais do que nunca os apelos voltados às Irmãs católicas, nos vemos lamentavelmente forçados a dar a cada um deles uma resposta negativa; às vezes somos até mesmo obrigados a abandonar obras antigas, hospitais e instituições de ensino - tudo porque as vocações não suprem com as necessidades, (DISCURSO ÀS SUPERIORAS GERAIS DAS ORDENS E INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS, 15/09/1952).

Para enfrentar esta realidade, a instituição publicou a encíclica *Sacra Virginitas*, no dia 25 de março de 1954, posicionando-se sobre a virgindade na vida religiosa feminina, na vida do clero, sobre a castidade no matrimônio e o pudor cristão. Por um lado, esses temas emergiram pelos motivos já discutidos

anteriormente, especialmente a refutação da concepção tradicional cristã sobre a mulher e as novas experiências das relações de gênero.

Por um lado, em relação às comunidades religiosas femininas,

a partir da Revolução Francesa e das leis de supressão que lhe seguiram (1808-1866), tinham sofrido mudanças radicais, atravessadas por profundas lacerações. Para sobreviver, as consagradas teriam de descobrir formas diferentes de identidade comunitária, menos centradas num estilo de vida exclusivamente contemplativo e mais dirigidas para a realização de intervenções no âmbito social (educação, assistência), desempenhando um papel importante na mudança das estruturas e na adaptação a uma sociedade em contínua transformação. As religiosas compreenderam que as mulheres deveriam tornar-se parte ativa numa obra de redefinição do seu papel eclesial e iniciaram um irreversível processo de amadurecimento da sua identidade vocacional, conscientes de que desenvolviam com os homens de Igreja um trabalho de partilha nas funções pastorais e apostólicas, e já não de mera subsidiariedade. (VALERIO, 2014, p. 22).

Deste modo, ao precisarem ressignificar suas vidas, muitas religiosas incluíram-se nas esferas sociais vindo a deixar o celibato. As demais religiosas começaram a experimentar uma dinâmica de vida muito diferente e já não priorizavam a captação de jovens para a vida religiosa. Assim como as jovens mulheres inseridas na sociedade e com novas possibilidades de realização deixavam de se interessar pelo celibato e pelo ingresso em institutos religiosos.

Devido a inserção das mulheres na sociedade e a renovação do apostolado leigo feminino em curso na Igreja Católica, as mulheres podiam ingressar em atividades sem necessariamente ter vínculo com institutos e congregações religiosas. Com as modificações no universo feminino e com a contínua difusão do protestantismo, o movimento ecumênico começou a se alastrar e muitas mulheres tomaram iniciativas autônomas em atividades sociais (VALERIO, 2014).

A movimentação na dinâmica social provocou a inauguração de outras vias de consolidação da espiritualidade católica por parte da Igreja. A instituição precisou atualizar o modo de agir e pensar sobre sua cultura organizacional. Sobre tudo no investimento da Igreja quanto ao apostolado leigo aberto às mulheres houveram repercussões:

No mundo católico, já desde o início do século XX, não só como resposta à combatividade dos movimentos laicais, mas também como exigência de parte das próprias crentes que atuavam nos processos de

mudança em ato, compreendendo que não somente o “mundo” não deveria ser condenado em bloco, num estilo de entrincheiramento ou de ensimesmamento, mas que também, precisamente através dos instrumentos da modernidade, se poderia realçar uma presença diferente dos crentes na sociedade e que as mulheres, mesmo tendo a consciência de que eram “humildes filhas da Igreja”, deveriam tornar-se parte ativa nesta obra de renovação teológica e pastoral. (VALERIO, 2014, p. 22).

Esta realidade após a Revolução Francesa afetou a percepção dos padres sobre seus ofícios. Na França, muitos padres ficaram desprovidos de recursos e engajaram-se em uma experiência católica denominada movimento do Padre Operário. Este movimento culminou no período de guerra pelo reconhecimento das extensões da França descristianizada. Com autorização do cardeal e arcebispo de Paris, um grupo de padres despojou-se das vestes e estilo de vida eclesiástico introduzindo-se nas fábricas ou nas docas para explorar um tipo de sacerdócio novo. A consequência foi que muitos destes sacerdotes se envolveram com atividades sindicais se aproximando e aderindo ao comunismo e deixando a vocação sacerdotal e a vida celibatária (DUFFY, 2008).

Em 1953, o vaticano ordenou o fim do movimento do Padre Operário. Esta experiência iniciada na França, embora com a interrupção do movimento, abriu uma nova perspectiva para a vida sacerdotal e acabou se alastrando (DUFFY, 2008). Deste modo, a Igreja Católica que já tinha o comunismo como uma ameaça contínua e permanente, intensifica o debate para refutar a absorção dos crentes e religiosos deste seguimento político.

Nos países como México e Rússia que estiveram sob o regime comunista, e inclusive na Itália do pós-guerra pela resistência antifascista sustentada, houve declínio na vocação religiosa por parte das mulheres. O mesmo sucedeu nos Estados Unidos da América, que ganhava maior potencial nas relações internacionais; na Inglaterra, com os avanços industriais; e na Rússia, com a maior absorção de mulheres para os campos diversos de trabalho, dentre outros.

Para disputar as práticas das jovens mulheres frente à realidade de crise vocacional feminina que incomodou a instituição, a Igreja adotou uma interessante medida. Passou a incentivar religiosas a se capacitarem para suprir as necessidades das obras mantidas pelos institutos e congregações religiosas, e principalmente, as mantidas pela própria Igreja:

A formação de vossas Irmãs para o trabalho e a tarefa que lhes são incumbidas. Aqui não há mesquinha, a visão deve ser ampla. Seja na educação, na pedagogia, no cuidado das doenças, nas atividades artísticas ou em outras, a Irmã deve ter consigo este sentimento: a Superior me proporciona uma formação que me coloca em pé de igualdade com as minhas colegas do mundo inteiro. Dai-lhes também a oportunidade e os meios para que mantenham atualizados seus conhecimentos profissionais. Isso também foi discutido por Nós no ano passado. Repetimos para enfatizar a importância desta exigência em nome da paz íntima e da atividade de vossas Irmãs, (DISCURSO ÀS SUPERIORAS GERAIS DAS ORDENS E INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS, (15/09/1952).

Observa-se que, percebendo a força que a jovem mulher demonstrava estar conquistando ao inserir-se em diferentes âmbitos sociais, a instituição passa a reforçar estes feitos buscando a finalidade de regular e prescrever o modo com elas poderiam viver esta fase. No entanto, parece que a instituição não intensifica a força da jovem mulher somente com intuito de validá-la e motivá-la a continuar, mas encontra neste recurso a oportunidade de redirecioná-la:

Diante desta nova condição social da mulher o que devia fazer a Igreja? Podia negar ou ignorar o fato e não reconhecer a sua importância? Em outra ocasião, considerando o lado moral, apontamos as consequências decorrentes para a virtude das pessoas singulares. Dissemos, isto é, que tal novo enredo de vida não é um mal em si mesmo, mas ordinariamente não é privo de perigos. Não podemos excluir nem atenuar tais perigos nem mesmo quando, como fazemos hoje, queremos examinar a moderna situação das mulheres no que se refere ao bem comum e o comportamento futuro do próprio país e de outros povos, (DISCURSO DE NO XXV ANIVERSÁRIO DA JUVENTUDE FEMININA DE AÇÃO CATÓLICA EM 24/04/1943)¹⁶.

Em relação à educação de gênero, notamos que os discursos buscam atuar como medida restritiva para os supostos lugares sociais do homem e da mulher. Embora a instituição busque o restabelecimento da ordem católica, especificamente por meio das regulações e normatizações do comportamento dos crentes, percebemos que a instituição é movimentada e atualizada em seu modo de agir para mantê-los sob suas orientações.

A boa conduta e os bons costumes são enfaticamente abordados pela instituição nas enunciações às mulheres e aos casais. Sobre tudo tratando temáticas como a educação dos filhos e o incentivo à geração de filhos. Postura que agia no

¹⁶ Documento traduzido do Italiano pela autora.

enfrentamento das repercussões referentes à inserção das mulheres em diferentes âmbitos sociais. Desde a Primeira Guerra Mundial, o índice de natalidade reduziu mais da metade até o período em estudo. Entre o final do século XIX e o início do século XX, as técnicas para evitar filhos se tornaram mais comuns e acessíveis, o que representava a possibilidade de consolidar a ruptura com o modelo tradicional das relações de gêneros (ROHDEN, 2003).

Nesse contexto, o número de cidadãos adquiria cada vez mais importância estratégica, tanto no que se referia à manutenção da finalidade “natural” do feminino para a Igreja – que também servia de pressuposto para a garantia de soberania dos Estados, por meio do poder militar – quanto na implantação da atividade industrial e do mercado em larga escala. Por esta razão, a quantidade populacional provocava cada vez mais interesse (ROHDEN, 2003).

Nos Estados Unidos da América, desde 1916 eram crescentes os empreendimentos de esterilização – postura adotada em consonância com o movimento eugênico de combate às doenças como a tuberculose, epilepsia, paralisia, doenças mentais, alcoólicos crônicos, dentre outros. Neste caso, como era uma medida preventiva pela qualidade da produtividade dos países, e também, prevenção, era de interesse dos Estados.

Diversas instituições internacionais e nacionais se dedicavam aos fins eugênicos, sendo possível distinguir três perspectivas de atuação da eugenia: a positiva, a negativa e a preventiva. A positiva era favorável às procriações sãs. A negativa era contrária à procriação dos considerados anormais. A preventiva considerava os fatores disgênicos, mas apoiava a esterilização como meio de restringir a geração de inúteis e improdutivos, considerando que ela seria fundamental para gerir os bens da nação na modernidade. Essas três perspectivas constituíram os eixos do discurso médico da época (ROHDEN, 2003).

Desta vertente foram se aprimorando as concepções sobre a intervenção médica e cirúrgica. Iniciou-se posteriormente um debate sobre a concepção consciente, pois reconheciam os demais poderes em disputa sobre o assunto, como a natureza científica, moral e religiosa. Colocando assim, em pauta, os estudos modernos de Hermann Knaus e Kyusaku Ogino, que entre 1929 e 1930, trouxeram esclarecimento sobre a fisiologia da reprodução humana. Estas comprovações científicas envolviam os fenômenos da ovulação durante o ciclo menstrual, no qual havia épocas de fecundidade e outra de esterilidade.

Em relação à aprovação do método natural baseado na continência periódica, houve repercussão. Do ponto de vista científico, progrediram as constatações sobre a concepção, pois a partir daí foram crescendo as atualizações sobre a fisiologia da reprodução humana. Da perspectiva religiosa, considera-se que a Igreja condescendeu com a prática do método em circunstâncias específicas. No quesito atinente à moral, o método foi aprovado mesmo pelos opositores das práticas neomalthusianas e aborto.

Motivada por estas temáticas, a instituição ressalta o perigo das novas condutas femininas para o desenvolvimento dos povos, além de considerar esta realidade como um fator de prejuízo para o crescimento da Igreja, pois com redução da natalidade seu número de adeptos estaria prejudicado. Nas Audiências Gerais, a insistência da Igreja para com as famílias católicas a cerca do assunto da geração de filhos foi bastante recorrente. A instituição incentiva a geração de filhos utilizando-se do argumento doutrinário da Igreja correspondente a sacralização da vida. Deste modo, com intenção de fazer perpetuar seus ensinamentos às novas gerações, a instituição desenvolve intervenções direcionadas aos casais católicos. Inclusive, com discurso de responsabilização dos casais de noivos sobre a geração de filhos, alegando que estes eram os protagonistas para ajudar a Igreja a livrar-se da falência cristã católica no mundo.

A Igreja atua em um movimento constante para educar as famílias, mulheres e homens, no modo de orientar a educação de seus filhos de acordo com a doutrina da salvação. Colocando o comportamento reprodutor como centro da vitalidade familiar. A instituição interage com os casais católicos a fim de convencê-los em se dispor a ter filhos, operando com os recursos doutrinários de que os filhos são tesouros concedidos por Deus como sinal de uma união íntima com Cristo que frutifica nos casamentos para garantir a felicidade e realização conjugal.

Em contraste com esta conduta, a Igreja mostrava-se interessada em responsabilizar as mulheres pela totalidade do lar, considerando que, independente de ingressarem à novas profissões, precisavam priorizar o cuidado com o esposo, a educação religiosa, familiar e formal dos filhos.

A história invariavelmente assinala como um precursor das grandes catástrofes, não apenas econômicas e políticas, mas também e principalmente espirituais e religiosas, a decadência da moralidade pública, a corrupção dos costumes, são soberanos e visam a seduzir

especialmente as gerações mais jovens. A experiência do presente apenas confirma as lições da história. Não Nos cansamos de denunciar, em todas as oportunidades que Nos são oferecidas, pelo menos três das formas mais formidáveis do monstruoso Moloc, que muitas vítimas colhem: o divórcio, a escola sem Deus, o descontrole dos livros e das performances licenciosas. Mães irresponsáveis não deixam de levar meninos e meninas até as mais lascivas representações e revistas! (DISCURSO AOS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA DA JUVENTUDE ITALIANA DA AÇÃO CATÓLICA PROMOVIDA PELA PRESIDÊNCIA CENTRAL, 20/04/1946)¹⁷.

Na educação das crianças, jovens e adolescentes, a instituição instrui os casais para portarem-se como pais sábios e mães virtuosas para a edificação de uma família cristã católica. O pontífice aborda as aprendizagens e experiências dos filhos nos espaços escolares permeados por elementos que os distanciem da fé em Cristo, mas assegura que o exemplo familiar poderá efetivar uma educação verdadeiramente cristã católica.

Esta ponderação acontece para intervir na reeducação dos casais católicos quanto ao modo de agir frente às tendências do mundo moderno a fim de gerar menos prejuízo à prole. Evidentemente mantendo a instituição do casamento católico como célula vital da família e fazendo considerações para que os casais católicos mantivessem vínculos cada vez mais duradouros.

2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E O CASAMENTO CATÓLICO

O discurso atua sobre pessoas; os textos atuam sobre leitores; mas essa ação efetua-se algumas vezes sincronicamente, através das respostas nitidamente imediatas dos ouvintes ou leitores e, outras vezes, diacronicamente, pela eficácia da *parole* em levá-los a aceitar uma mudança nos usos, nas regras e nas implicações, reconhecidas ou implícitas, da *langue*. (POCOCK, 2003, p. 82).

Pensar na família como um lugar social e como um meio de organização da mesma é necessariamente levar em consideração que as modificações nas configurações e nas mudanças sociais ocorrem simultaneamente, como um único e constante diálogo, deste modo torna-se difícil medir em qual delas iniciaram ou encerraram as mudanças e permanências.

¹⁷ Documento traduzido do Italiano por Victoria Khorosheva.

Ao aplicar o conceito de gênero como uma categoria histórica, como uma maneira de apreender a organização social entre os sexos e de perceber as construções culturais dos papéis que são tidos como adequados aos homens e às mulheres, Scott (1995) encontra uma via que permite historicizar as experiências das identidades subjetivas destes sujeitos.

Neste caso, ao elencar os discursos produzidos pela Igreja Católica como instituição que se organiza por hierarquias e instâncias de governo, toda enunciação ou publicação de documentos pontifícios que primeiramente ocorre pelo ofício papal, repercute de maneiras previstas e imprevistas, alcançando resultados, esperados e impensados, mas que, definitivamente, em alguma medida, perpassa os limites do grupo de adeptos religiosos de sua doutrina, incitando e efetivando, ou ao menos produzindo, inúmeros modelos, significados ou práticas que regulam e prescrevem as escolhas de muitas de pessoas.

Durante o pontificado de Pio XII, ocorreram diversas audiências gerais do pontífice com o público que se deslocava a Roma para visitá-lo e ouvi-lo. Um aspecto que chama atenção é que de quarenta e três audiências gerais disponíveis na base online do Vaticano, em italiano¹⁸, em todas elas o papa se dirigiu aos recém casados presentes, destinando a eles suas palavras, voltando-se com mínima incidência aos demais peregrinos presentes nas audiências:

Entre os anfitriões de queridos filhos que se sucedem com tanta frequência frente ao vigário de Cristo, notamos sempre com particular satisfação os numerosos casais de recém-casados. Presente inestimavelmente precioso são estas novas famílias cristãs, que começaram a existir em força e por virtude de um grande sacramento (AUDIÊNCIA GERAL, 12/07/1939 – GARANTIA DE SANTIDADE). A vossa presença, diletos filhos e filhas, enchem de alegria o nosso coração, porque, se é sempre belo e reconfortante este fluxo dos filhos em torno do pai, pois, é particularmente caro de ver me cercado por estes grupos de recém-casados que vêm compartilhar a alegria e receber uma palavra de benção e conforto (AUDIÊNCIA GERAL, 26/04/1939 – AOS RECÉM CASADOS). Saudamos calorosamente aos recém-casados que estão sempre em grande número estando em torno de nós nessas audiências públicas. (AUDIÊNCIA GERAL– A RAINHA CELESTE, 10/05/1939).

O fato de que nas referidas Audiências Gerais, que como se disse ocorreram por pelo menos quarenta e três vezes durante o pontificado de Pio XII, este voltar-se

¹⁸ A tradução das Audiências Gerais citadas neste capítulo foram realizadas pela autora.

aos recém-casados, nos possibilita verificar a intenção educacional e política nas tentativas de direcionar e modular por meio da religião a realidade subjetiva das mulheres e dos homens que o visitavam.

Articulamos aqui estas audiências, observado que cada uma delas servia como oportunidade para efetivação de um ensino sobre as relações de gênero proposta para os cristãos. Por isso, visando à investigação dos modelos de gênero que circulavam naquele período no discurso católico, entende-se que estas ocasiões públicas promoviam instruções quanto à educação de gênero, por meio dos atos de fala do papa como porta voz da instituição:

Dizer que as diferenças de gênero são construções sociais não é nenhuma novidade. Há muito tempo o tema da “diferença sexual” é objeto de estudo das ciências sociais e da antropologia. A novidade não está na colocação da temática, mas na perspectiva de análise inaugurada pelas teóricas feministas, ou seja, uma perspectiva crítica que aponta para novas formas de interrogar e priorizar a questão da diferença e da igualdade não só entre homens e mulheres, mas entre mulheres e entre homens, categorias que não são em si universais. Essa nova vertente analítica abre uma possibilidade radical para pensar, simultaneamente, a diferença e a igualdade na sua universalidade e singularidade. Permite resgatar o processo de transformação das relações de gênero, apontando para as diferentes expressões da masculinidade e da feminilidade. (ARAUJO, 2005, p. 42).

É preciso compreender de uma forma ampliada a concepção relacionada ao modo que se opera a dinâmica de gênero. Para isso, faz-se importante pontuar que a educação de gênero é um processo sempre inacabado de construção identitária e que não ocorre estritamente na escola, visto os inúmeros estímulos existentes em diversas esferas sociais (ZICA, 2015).

A dinâmica da relação conjugal composta por um homem e por uma mulher, originando a família cristã por meio do sacramento do matrimônio na Igreja Católica é repetitivamente mencionada pelo pontífice, pois é o modelo de relacionamento proposto pela instituição para a sociedade em geral, principalmente para seus adeptos:

Um evento inquestionavelmente auspicioso de alegria sagrada é o casamento cristão quando é realizado com as disposições necessárias, como é certo pensar que todos vocês têm feito. Essas disposições, juntamente com os preciosíssimos efeitos deste sacramento os encontramos expressos nas cerimônias, com a qual a Igreja a tem

cercado, e isso nós gostamos hoje de recordar por poucos instantes a vossa memória para vossa consideração, casais cristãos, a fim de que sempre mais alto em vós apareça à dignidade e a santidade deste grande sacramento, de que vocês foram ministros. (...) E nós, reunindo esta oração, formulamos nossos desejos para eles recém-casados: paz, que significa dizer real e cristã felicidade. (AUDIÊNCIA GERAL– OS ENSINAMENTOS DA LITURGIA, 05/07/1939).

Ao intensificar seus atos em relação aos recém-casados, a Igreja Católica disputa, em meio aos vários estímulos sociais, a pertença e a restrição aos seus regimentos, caracterizando a relação de força com as tendências do período na tentativa de exercer poder e dominação a fim de obter a regulação dos comportamentos sociais.

Portanto, chamou-nos a atenção a evidência que, ao longo do pontificado de Pio XII, era dada aos jovens recém-casados, às famílias cristãs, aos cônjuges cristãos, enfim, às variadas e diferentes maneiras da instituição fazer menção a esta dinâmica relacional. Em nossa investigação, pudemos identificar 17 enunciações no ano de 1939; 5 enunciações em 1940; 16 enunciações em 1942; 5 enunciações em 1943; totalizando assim as 43 enunciações nas Audiências Gerais quanto a este modelo de relacionamento proposto pela Igreja Católica.

Esta temática sendo bastante frequente e intensificando-se em alguns anos do pontificado de Pio XII nos sugeriu buscar fragmentos históricos em documentos pontifícios que ajudaram a compreender o que estava acontecendo nesta dinâmica relacional para motivar de modo recorrente à intervenção papal como porta-voz da Igreja Católica, entretanto destaca-se o período pós-guerra como um fator desencadeador para uma postura mais autoritária frente à sociedade que acelerava seu desenvolvimento.

Das as circunstâncias, não deve surpreender o fato de a hierarquia católica no pós-guerra ter assumido uma postura igualmente implacável diante de questões relacionadas à família, à conduta moral e aos livros e filmes considerados impróprios. No entanto, jovens católicos leigos, bem como uma nova geração de sacerdotes, reconheciam, constrangidos, que no final dos anos 50 a rigidez autoritária do Vaticano em assuntos públicos e privados era tão antiquada quanto imprudente. No passado, em 1900, a maioria dos casamentos na Itália durava cerca de vinte anos, uniões que só eram dissolvidas em consequência da morte de um dos cônjuges. (JUDT, 2011, p. 383).

Por isso, no período de 1939 a 1943, a Igreja Católica buscava conscientizar os recém-casados acerca do significado da união conjugal, que segundo ela se configurava no mesmo significado da união mística entre Jesus e a Igreja. Enaltecendo os elementos constituintes desta união, os instruíam quanto ao amor mútuo, sobre a fidelidade conjugal, sobre o exemplo e a vigilância na educação dos filhos e sobre os encargos do cristianismo que era imposto pela adesão ao novo estado de vida (AUDIÊNCIA GERAL– A PRIMEIRA AUDIÊNCIA AOS CASADOS, 26/04/1939). A ênfase da instituição se dava para o crescimento destas famílias, pois entendiam que a partir das crianças nascidas, aumentaria o número de adeptos ao catolicismo (AUDIÊNCIA GERAL– O SANTIFICADOR DO CASAMENTO, 03/05/1939; AUDIÊNCIA GERAL– FUNDADORES DE NOVAS FAMÍLIAS, 24/05/1939).

Por isso, defendiam uma educação católica na busca de um sentido “profundamente cristão” e como “sólido fundamento de bem-estar e felicidade; incentivando a devoção familiar à Maria devido essa ter conhecido a experiência familiar, vivendo alegrias e dores, passando por acontecimentos felizes e tristes, tendo sentido a fadiga do trabalho diário e o desconforto da pobreza, que gera o colapso das separações. Mas que também experimentou as alegrias inefáveis da vida doméstica, agindo com o amor mais puro de uma esposa cativante, recebendo o sorriso e a ternura de seu filho que era ao mesmo tempo Filho de Deus. Mulher modelo de virtudes domésticas que podem embelezar a convivência dos cônjuges, por sua dedicação total e contínua a cuidar da família e da casa, e do esposo São José, que foi um homem paciente na renúncia às provisões” (AUDIÊNCIA GERAL– A RAINHA CELESTE, 10/05/1939).

Perrot (2008) descreve que no final do século XIX e início do século XX, o debate sobre o papel da mulher como guardiã do lar e da família se intensificou, embora mulheres de origem familiar com maior potencial econômico tinham instrutores que disponibilizavam a elas uma educação de maior qualidade, inclusive elas tinham a oportunidade de aprenderem equitação, música, línguas estrangeiras, teatro, dança, artes que coincidiam com apresentações femininas em salão. Portanto, é possível notar-se que estas considerações da Igreja Católica, embora fossem endereçadas a todas as mulheres, bem se sabia que nas menos favorecidas social e economicamente, haveria repercussões diferenciadas.

Assim, a instituição promovia seus valores, sugerindo que o seguimento dos mesmos atribuiria uma boa reputação aos cônjuges, porém é importante levar em consideração algumas omissões em relação à imagem de Maria e José produzida nestas audiências:

Diferentemente de Mateus, em Lucas, Maria é apresentada em primeiro plano em relação a José. Na anunciação, por exemplo, Lucas tem o cuidado de unir o anúncio de Cristo e o mistério da concepção e nascimento virginal como obras do Espírito Santo e do poder de Deus (Lc 1, 35). De algum modo, ele acentua a liberdade de escolha de Maria e seu “Faça-se” (Fiat), como expressão genuína de fé. Não deixa de ser relevante o fato de que o anjo anuncia diretamente a Maria, sem consultar José. Não que José tenha pouca importância na história salvífica. Afinal, por sua fé ele também resolveu renunciar aos preconceitos machistas de seu tempo; decidiu assumir sua noiva grávida, mesmo sabendo não ser ele o pai. (CANDIOTTO, 2008, p. 89).

A Igreja Católica promove seus valores e condições de seguimento com o intuito de modificar o cenário social. Deste modo, podemos perceber a promoção de comportamentos femininos tidos como ideais, e também masculinos, visto que Maria provoca a imagem de mulher cristã e José provoca a imagem do homem cristão. No entanto, estes trechos demonstram mais marcadamente as expressões do feminino, mantendo os estereótipos de mulher voltada para o lar, para os filhos e esposo, dotada em competência doméstica, citando brevemente uma expressão do masculino, também mantendo um estereótipo de homem que paciente e com abdicação de si, se faz o provedor na família.

A teologia feminista se inspira na figura positiva de Maria, mas também denuncia essa “forma dominante” de Mariologia. Forma dominante ou oficial que quase sempre exalta sua imagem espiritualizada, ao mesmo tempo em que teme e despreza todas as verdadeiras mulheres de carne. Trata-se da imagem de uma Maria sobrenatural das alienações religiosas, a Maria patriarcal. Noutras palavras, uma Maria apresentada apenas como obediente, piedosa, receptiva, serviçal, virgem e eterna. Ocorre que tais atributos estão associados à mulher idealizada da sociedade patriarcal do Novo Testamento. Esta também tem sido a imagem predominante de Maria mantida na história cristã, mas destituída da própria história de Maria de Nazaré. (CANDIOTTO, 2008, p. 87).

A motivação apresentada pela Igreja Católica aos cônjuges para seus esforços em perseguir os valores que condizem com o cristianismo nutrindo e

fortalecendo a esperança mantendo o ânimo de fé, diz respeito à alegria imutável pela vida eterna e não do mundo, ou seja, buscar a alegria de ser fiel a Cristo que sustenta a esperança segura, contando as graças a serem obtidas do céu ainda na vida terrena, principalmente buscando as recompensas a serem ganhas após a morte terrena e chegada no céu, quando estas alegrias se sobrepuserem as efêmeras que o mundo oferece, aí sim se entenderá a alegria da plenitude (AUDIÊNCIA GERAL– A ALEGRIA IMUTÁVEL, 17/05/ 1939).

Os valores enunciados pela instituição se referem à adequação do homem e da mulher, para se comportarem de acordo com a educação religiosa que recebem da Igreja Católica por meio de Pio XII, o qual atua como voz paterna, que orienta, educa, direciona e preza pelo bem de seus filhos, os filhos da Igreja. Existe um lugar que a Igreja deseja urgentemente intervir e intensifica os esforços para ser ouvida: na vida cotidiana das famílias cristãs, nas condutas tomadas no ambiente doméstico. Por isso, realizam frequentemente discursos para os recém-casados e para as famílias cristãs, buscando realizar uma manutenção nas funções que o homem e a mulher exercem nos espaços públicos e privados:

A mãe de Jesus é de fato um perfeitíssimo modelo de virtude doméstica, de qualquer virtude que devem adornar o estado de cônjuges cristãos. Em Maria, o afeto mais puro, santo e fiel, faz do sacrifício e da atenção delicada, sentido ao seu castíssimo esposo; em Lei, a dedicação inteira e contínua aos cuidados da família e da casa; em Lei, a perfeita crença (fé) e amor por seu filho divino; em Lei, a humildade que se manifestava na submissão a José, na inalterável paciência e serenidade em meio às dificuldades da pobreza e do trabalho; na plena conformidade às disposições, frequentemente árduas e penosas, da divina providência, a doçura do trato e na caridade para com todos aqueles que se aproximavam do santo muro da casa de Nazaré. (AUDIÊNCIA GERAL– VIRTUDES DOMÉSTICAS, 31/05/ 1939).

Em grande medida, os documentos publicados durante o pontificado de Pio XII expressam frequentemente apelos para os crentes se voltarem à devoção mariana, principalmente nas enunciações realizadas entre 1939 e 1943, para os recém-casados e famílias cristãs, percebemos nos meses devotados a Maria, Maio e Outubro, oportunas ocasiões para que a Igreja Católica viesse a reafirmar esta devoção como parte de sua espiritualidade, além de elucidar o que desde o início da instituição já se fazia. Refere-se aqui ao enaltecimento à família de Nazaré como modelo de família cristã, assim como facilmente encontramos a proposta das

relações de gênero na família entre o homem e a mulher se assemelhar à família de Maria e José.

Esta correlação de Maria com as mulheres do mundo todo é analisada pela Teologia Feminista, que considera este diálogo muito delicado, pois existem ao menos duas perspectivas a serem levadas em consideração. A primeira se refere à imagem que a Igreja Católica produziu em sua tradição sobre Maria, a qual “enseja antagonismos, ambiguidades, atuando predominantemente na contracorrente da teologia feminista atual” (CANDIOTTO, 2008, p. 86), porque ao enaltecer esta expressão de feminino que atende o ideal de mulher no pensamento católico, a instituição coloca as demais mulheres em detrimento desta perfeição feminina. A segunda se refere à humanização desta imagem mariana que o catolicismo produz, porquanto, voltar à Bíblia nos possibilita “elaborar a leitura de uma Maria não totalmente espiritualizada, de Maria como uma mulher que subverteu os costumes patriarcais de seu tempo”¹⁹.

Chama atenção que esta espiritualidade católica, sendo utilizada como estratégia política, objetiva levar as pessoas a colocarem em prática seu discurso, convergindo suas práticas durante os anos de pontificado em estudo de 1939 a 1958 em consonância com a luta da Igreja Católica pela difusão das virtudes domésticas. Situação que nos leva a pensar acerca do motivo para recorrentes considerações sobre a vida cotidiana vinculada ao espaço familiar, mais especificamente às atividades domésticas. Em seguida, nos colocamos a refletir sobre as ocasiões em que a Igreja Católica promovia, neste período de 1939 a 1943, as Audiências Gerais, e nas suas motivações para, em todas elas, fazer menção à vida privada, particularmente quanto às atividades domésticas e a convivência conjugal familiar:

No entanto, essas virtudes, que sempre permanecem essencialmente as mesmas, tomam, ao longo das gerações, diferentes tons e gradações. Sua expressão externa vem, naturalmente, mudando e se modificando, por uma evolução lenta e quase insensível, com a mutação e a influência dos tempos. Na hora presente, por outro lado, como frequentemente acontece nas épocas de grandes crises, essa evolução parece animada na velocidade da luz, que desconcerta aqueles que param para observar seu movimento. Grandes crises para nós não são apenas as calamidades, guerras, revoluções, revoluções civis, econômicas, sociais e políticas; mas, em particular, também aquela rotura entre as condições de vida que são subitamente transformadas ou derrubadas e os traços imutáveis da natureza humana. (DISCURSO DE PIO XII ÀS LEITORAS DA REVISTA ALBA, 17/05/1942).

¹⁹Ibid., p. 86.

Segundo Judt (2011, p. 383), dada à situação política, a Igreja Católica assume uma postura mais reagente, pois

nesse ínterim, o *baby-boom* ocorrido no pós-guerra solapou os argumentos contrários ao controle de natalidade, isolando as autoridades eclesásticas em sua oposição inflexível. A frequência da missa declinou em toda Europa. Quaisquer que fossem as razões – a mobilidade geográfica e social de aldeãos até então submissos, a emancipação política das mulheres, a redução da importância de instituições de caridade católicas e escolas paroquiais na era do Estado providenciário –, o problema era real e, na visão dos líderes católicos mais discernentes, já não podia ser tratado por meio de apelos à tradição e à autoridade, nem suprimido através de clamores anticomunistas, conforme fora o caso no final dos anos 40.

Conseguimos então concluir por meio dos fragmentos históricos expressos nas fontes analisadas nesta pesquisa, que os espaços das audiências públicas configuravam um movimento que estava acontecendo por iniciativa da Igreja Católica para reagir às mudanças sociais e culturais nas relações de gênero, principalmente, relacionando aos papéis e funções sociais da mulher e do homem no período vigente. Deste modo

aprendemos a reconhecer que, por um lado, todas as sociedades conhecidas têm espaços, comportamentos e atividades de gênero pré-determinados. Por outro lado, se a diferenciação baseada no gênero existe sempre, as suas manifestações concretas divergem de sociedade para sociedade: não são universais. As variações no interior do status do sexo feminino são tão multiformes como as do sexo masculino. O significado de ser mulher ou homem é muitíssimo variável no tempo e no espaço e esta variabilidade aplica-se não só aos respectivos conteúdos, mas também às fronteiras entre o feminino e o masculino e à própria rigidez com que são encaradas. (BOCK, 1989, p. 165).

Portanto, para responder a estas mudanças e reagir dentro de suas possibilidades institucionais, a Igreja Católica colocava em prática, durante as Audiências Gerais a ação educacional voltada especificamente às relações entre os sexos no ambiente da vida familiar, com intuito de estender estes comportamentos e práticas sociais como valores a serem exercidos na esfera pública e privada.

A preocupação da instituição mostrava-se grande em relação ao enfraquecimento ou quase decomposição da base cristã em alguns países. Para a

Igreja, a resistência se daria por meio da proteção e defesa dos valores na família, base para toda civilização humana, sobretudo a cristã (AUDIÊNCIA GERAL– FUNDADORES DE NOVAS FAMÍLIAS, 24/05/1939). Estas dificuldades encontradas pela Igreja para a perpetuação dos seus princípios ideológicos em relação ao que vinha ocorrendo no mundo eram consideradas como provações e dores comuns a todas as famílias (AUDIÊNCIA GERAL– O ALIMENTO CELESTE, 02/03/1939). Para a instituição, estas preocupações se referem aos vícios que corroem a família e são tratadas posteriormente referindo-se,

A vida doméstica, outrossim, se, observada a lei de Cristo, floresce de verdadeira felicidade, assim também, quando repudia o Evangelho, perece miseravelmente e é devastada pelos vícios: "O que procura conhecer a lei será saciado com ela, mas para o hipócrita ela é um escândalo". (*Eclo* 32, 19). (ENCÍCLICA– *SERTUM LAETITIAE*, 01/11/1939).

Por ocasião do 150º Aniversário da Constituição da Hierarquia Eclesiástica nos Estados Unidos da América, a Igreja Católica se posiciona por meio da Carta Encíclica *SERTUM LAETITIAE* de 1º de novembro de 1939 sobre o divórcio:

Ah! se vossa pátria houvesse conhecido por experiência alheia e não por exemplos domésticos o cúmulo de males que produz a licença dos divórcios! Que a reverência para com a religião, a piedade para com o grande povo americano persuada a que o mal, infelizmente grassante, seja radicalmente curado e afastado. As consequências desse mal, assim as descreveu o Papa Leão XIII, em termos incisivos: "Mercê dos divórcios, o contrato nupcial é sujeito à instabilidade: diminui-se a afeição, originam-se perniciosos estímulos à infidelidade conjugal; recebem dano o cuidado e a educação da prole, prepara-se ocasião de romper-se a sociedade doméstica: lançam-se sementes de discórdia entre a família; diminui-se e se deprime a dignidade da mulher, que corre risco de se ver abandonada depois que serviu de instrumento de prazer ao marido. E, visto que para arruinar as famílias e solapar o poder das nações nada é mais eficaz que a corrupção dos costumes, infere-se facilmente que o divórcio é o que há de mais nocivo à prosperidade das famílias e ao bem dos Estados". Quanto às núpcias, em que uma das partes não aceita o dogma católico ou não tenha recebido o sacramento do batismo, estamos seguros de que observais com diligência as determinações do Código de Direito Canônico. Na verdade, tais matrimônios, como de longa experiência sabeis, raramente são felizes, e soem ocasionar graves perdas à Igreja católica.

A ideia de prejuízo para a dignidade da mulher frente ao divórcio é reforçada pela Igreja Católica, porém nota-se que assim como a mulher aparece em um lugar

desfavorável com o divórcio por ter sido vítima de uma relação instável, o homem aparece no lugar de violador, transgressor e desordeiro. Percebemos assim, a moldura para as identidades sexuais produzidas no período, neste caso, fundamentalmente no discurso educativo da Igreja Católica.

Chartier (2007), ao mencionar as identidades sexuais como constituinte de uma ilustração exemplar de uma exigência que atualmente circunda toda prática histórica, nos lembra que as representações e os discursos constroem uma relação de dominação que precisa ser compreendida, pois ambos dependem de recursos desiguais e de interesses contrários que distanciam aqueles a quem se assegura a submissão e aqueles que legitimam sua potência de dominação.

Pio XII, em outro pronunciamento, menciona o divórcio e aborda o sofrimento que ele promove nas famílias. O pontífice promove uma reflexão permeada por uma questão de gênero, quando sinaliza a percepção de indignidade da mulher nestas ocasiões, referindo-se, assim, a indissolubilidade como um fator de proteção para o casamento cristão:

Voltem o olhar para a sociedade moderna nos países onde vigora o divórcio e perguntem: tem o mundo a clara consciência e visão de quantas vezes neles a dignidade da mulher, ultrajada e ofendida, oprimida e corrompida, foi disposta, quase sepultada na humilhação e abandono? Quantas lágrimas secretas banharam certas soleiras (entradas), certas salas; quantos gemidos, quantas súplicas, quantos votos desesperados e palavras ressoaram em certos encontros, por certas ruas e trilhas, em certas esquinas e passos desertos? Não: a dignidade pessoal do marido, como a da mulher, mas sobretudo desta, não tem melhor defesa e cuidado que a indissolubilidade do matrimônio. Estão em erro fatal aqueles os quais creem que se possa manter, proteger e elevar a cultura da mulher e o seu digno decoro feminino, sem colocar-se como fundamento o matrimônio uno e indissolúvel. Se a igreja, cumprindo a missão recebida do divino seu fundador, com gigantesco e impávido emprego de santa e indomável energia, sempre afirmou e difundiu no mundo o matrimônio inseparável, deem graças e glória a ela de ter com isso altamente contribuído para cuidar do direito do espírito frente aos impulsos do sentido na vida matrimonial, salvando com a dignidade das núpcias aquela da mulher e não menos a da pessoa humana. (AUDIÊNCIA GERAL– OS EFEITOS BENEFICOS DO CASAMENTO INDISSOLÚVEL, 29/04/1942).

A instituição mantém-se fazendo a manutenção do pensamento católico permanente naquele período, referindo-se em outras ocasiões com os mesmos

elementos sobre o divórcio e seus prejuízos, mais particularmente à mulher e também aos filhos, interpretação facilitada por uma questão de gênero:

Quando não se firma dentro da vontade o propósito da guarda perene e inviolável do vínculo conjugal, vem também a vacilar e perder o pai, a mãe e os filhos aquela consciência do tranquilo e seguro futuro, qual sentimento sustentado pela confiança mutua incondicional, qual nó estreito e imutável conexão interior e exterior (qualquer coisa que aconteça), em que se funde e se nutre uma grande e essencial raiz da felicidade doméstica. Porque, pergunte vocês talvez, nós estendemos aos filhos tal consequência? Porque eles recebem dos pais três coisas: bem estar, alimento e educação (...), e para seu desenvolvimento saudável, eles precisam de uma atmosfera de alegria: agora uma juventude serena, uma formação harmoniosa e educação, não são compatíveis sem a indubitável fidelidade de seus pais. Não alimentam talvez os filhos com o vínculo do amor conjugal? A ruptura deste vínculo torna-se cruel para eles e seu equívoco sobre seu sangue, a humilhação de seu nome e vermelhidão de seus rostos, a divisão do coração e a separação dos irmãos e do teto doméstico, amargura de sua felicidade juvenil, e, o que é mais grave seu espírito, escândalo moral. Quanta ferida para as almas de milhões de jovens! Em muitos casos que triste e lamentável as ruínas! Quantos implacáveis remorsos inferidos na consciência! Os homens espiritualmente saudáveis, e moralmente puros, alegres e contentes, íntegros de caráter e de costume, nos quais a Igreja e a sociedade civil colocam as suas esperanças, vêm, principalmente, não da parede doméstica turbada pela discórdia e do vacilante afeto, mas da família, onde reina o profundo temor de Deus e inviolada felicidade conjugal. (AUDIÊNCIA GERAL– OS EFEITOS BENEFICOS DO CASAMENTO INDISSOLÚVEL, 29/04/1942).

Neste posicionamento da Igreja Católica quanto ao divórcio, as propriedades do enunciado demonstram a manutenção de uma expressão do feminino vitimizado, violado e em prejuízo por ocasião da ruptura do relacionamento, sugerido pela instituição e tendo como motivação os estímulos à infidelidade, assim como o homem aparece em uma posição de superioridade como responsável pelo encerramento da sociedade doméstica.

As linguagens são poderosas estruturas mediatárias, e atuar sobre elas e no interior delas é atuar sobre pessoas, talvez imediatamente, mas também por meio de uma transformação dos seus meios de mediação, o que, com frequência, é feito de maneira indireta e leva tempo. (POCOCK, 2003, p. 82).

Considerando que no interior de cada texto ou imerso em cada conjunto de palavras existem significados plurais e finalidades diversas, a investigação dos

indícios precisa ser minuciosa, pois constatar que as redações das enunciações nas Audiências Gerais podem ou não terem sido escritas pelo próprio pontífice, das quais podem ou não haver informações disponíveis provindas de outras fontes limitadas ou não limitadas ao texto (POCOCK, 2003, p. 66).

Nestas audiências, provavelmente, a intenção da instituição religiosa consistia em educar seu público de crentes, a fim de que estas orientações fossem absorvidas não somente pelos recém-casados, mas por todo corpo social que circunda a Igreja Católica. Adentram o debate dos valores sociais que estão em tensão com os princípios cristãos, utilizando-se estrategicamente da referência dos casados, mas logo podemos cogitar que em sessões públicas, em que o Papa escolhe antecipadamente o tema de sua enunciação, o mesmo resolve fazê-lo repetidas vezes, voltado ao mesmo tema. Assim, podemos sustentar a hipótese de escolha intencional para combater e levar um discurso de resistência às mudanças nas relações de gênero que ocorriam no período.

Embora incitar a modulação dos comportamentos faça parte de seus procedimentos de acordo com a função exercida por Pio XII na Igreja Católica, é tida como natural de seu ofício. Entendemos que as escolhas que faz, representando a Igreja, têm o objetivo de levar crentes e não crentes a acomodar de alguma maneira os conteúdos que esses visavam incutir com a finalidade de uma civilização cristã.

Para que altos ideais fossem alcançados, Pio XII sugere condutas que no pensamento católico denominam-se como virtudes. Estas virtudes aparecem como reguladoras para as relações de gênero nas famílias adeptas dos princípios cristãos, inclusive a instituição apresenta a exigência de que o homem e a mulher assumam a função de pai e mãe para colocar em prática estes valores tidos como virtudes, sendo esta a finalidade de vida dos cônjuges cristãos (AUDIÊNCIA GERAL- NO BERÇO DO REI DIVINO, 05/01/1940).

O pontífice apresenta duas questões para a reflexão dos recém-casados. A primeira refere-se à natureza e a razão que move o ser humano a buscar o bem comum. A segunda relaciona-se com o limiar entre o bem e mal, alertando-os para a tendência da corrupção:

Mas vocês dizem: Devemos talvez odiar a nós mesmos? Não se inclina a natureza mesmo para o amor e procura o nosso bem? Sim: a natureza dispõe o homem para amar a si mesmo, mas para esse bem o segundo é a razão próprio dele. Ora a razão ensina ao homem e à mulher não

apenas o bem individual, mas também o bem da família que na união e na fidelidade conjugal se eleva ao bem da prole. Esta aqui, amados recém-casados, um amor de vocês mesmo bom e um mau, aquele amor próprio, isto é, sinônimo que mais descende do egoísmo, mas não é menos maligno. O homem e a mulher são feitos por Deus. Deus que fez a natureza, não fez a corrupção; a corrupção da natureza vem da culpa de Eva e de Adão. Nós devemos amar a nós mesmos segundo a natureza feita por Deus, não segundo a corrupção causada de nossos progenitores, e amar a nossa alma e nosso corpo com aquele amor de caridade com o qual amamos as coisas de Deus e Deus mesmo, enquanto efunde e nos liga com parentes e com o próximo. (AUDIÊNCIA GERAL– OS INIMIGOS DA UNIÃO INDISSOLÚVEL, 17/06/1942). A família precisa, como de base, de íntima união das almas sobretudo, não somente de corpo, união feita de amor e de paz recíproca. (AUDIÊNCIA GERAL– O ALIMENTO CELESTIAL, 07/06/1939).

Pio XII apresenta também alguns aspectos que considera atuar como inimigos de uma união indissolúvel. Os aspectos mencionados são egoísmo, indiferença, divórcio, corrupção, aparências, separação moral, desunião, desânimo e a parcialidade afetiva. Identificamos já neste trecho o apelo da instituição por relações de gênero recíprocas, estando em omissão à igualdade, mas isso configura uma nova tendência nos discursos, visto que em muito o enredo da criação do homem e da mulher eram voltados à supervalorização do masculino em detrimento do feminino.

Em uma perspectiva hermenêutica da teologia feminista, é possível encontrar como fundamento a expressão *completude*, referindo-se a uma relação de gênero recíproca e igual. A reflexão baseia-se na compreensão de que não é a mulher que completa o homem, por exemplo, deixando de ser uma responsabilidade dela suprir qualquer que seja a falta, visto que na matéria, ambos são semelhantes e, portanto, lhes cabem reciprocidade e igualdade²⁰. Infundindo, assim, a sacralidade do ser igual, de um olhar equilibrado e não faltante que desconstrói a busca do poder pela submissão extrema da mulher, anulando sua subjetividade,

²⁰ Completude quer dizer “plena equivalente natureza e personalidade humana”, ainda que com suas modalidades próprias. Tal postura difere do modelo da “complementaridade dos sexos”, porque este considera a mulher como complemento do homem, permanecendo a humanidade masculina como normativa. O modelo da complementaridade é suscetível de uma interpretação e prática subordinacionistas. Da mesma forma, tal postura difere do conceito junguiano de androginia, porque este perpetua a classificação dicotômica de capacidades masculinas e femininas com a consequente subordinação das segundas às primeiras. A teologia feminista só aceita o conceito de androginia se ela for desvinculada da interpretação junguiana e adquira o sentido de totalidade, “de horizonte plena e totalmente humano inclusivo de homem e mulher”. (GIBELLINI, R. Op. cit., p.114-115 *apud* CANDIOTTO, p. 27, 2008).

desconfigurando sua identidade e minimizando suas potencialidades. Compreendendo, deste modo, que à subjetividade humana é cedida a autonomia para um movimento de completude entre homem e mulher, um elemento de integração, aproximação e unidade(Cf. Introdução da Bíblia Pastoral, nota de rodapé, p. 24, 2014).

Fiorenza (1992) destaca que quando ocorre o uso de textos bíblicos, enunciações, e demais ações atribuindo juízo de valor diferente para a criação do homem e da mulher, principalmente no discurso religioso, esta perspectiva contribui com a produção de valores secundários para o feminino, corroborando com a manutenção dos estereótipos sociais que se referem às expressões do masculino e do feminino, promovendo assim que estas leituras patriarcais de Deus incitem com este discurso na sociedade, desigualdades nas relações de gênero, por internalizar a identidade que lhes é dada, a função que lhes são atribuídas e violação de suas subjetividades.

Se pensarmos na insistência das enunciações para os recém-casados, vamos muito provavelmente pensar o que esta relação sinaliza neste estudo. Assim, podemos elencar a contribuição de Scott (1995) ao pontuar que, a compreensão das relações de gênero nos levam ao estudo das feminilidades e masculinidades, pois a formação de gênero se dá em relação.

No entanto, podemos perceber que a questão da harmonia conjugal aparecia nas enunciações feitas por Pio XII, inclusive envolta de critérios “virtuosos” para a manutenção da relação de gênero proposta pela Igreja Católica como ideal.

Enquanto canta em vossos corações o hino eterno e para sempre novo do amor cristão, a Igreja celebra hoje a festa de uma jovem romana, Santa Cecília, tradicional patrona da música. É para nós uma oportuna ocasião de dizer algumas palavras sobre a importância de uma concordância e constante harmonia entre esposo e esposa. Talvez vós penseis que é inútil recomendar-vos a harmonia neste dia em que o acordo perfeito de vossos corações ignora ainda as dissonâncias. Mas não sabeis vós que com o uso também o melhor instrumento musical torna-se bem em breve esquecido e ocorre ser preciso frequentemente remetê-lo ao diapasão? Assim acontece também com as vontades humanas, que as boas intenções são sujeitas a abrandarem-se. A primeira condição da harmonia para os casados e para a conseqüente paz doméstica é uma constante boa vontade de ambas as partes. Como a experiência cotidiana ensina que em dimensão humana, como disse nosso grande Manzoni “a razão e o erro não se dividem mais com um corte assim nítido, que cada parte tenha apenas um ou outro”. (...) Olhe ao seu redor e aprenda com o exemplo dos outros que os

desentendimentos conjugais surgem mais frequentemente da falta recíproca de confiança mutua, condescendência e perdão. Vós aprenderão assim a doçura do acordo entre os casados. (...) Essa preciosa harmonia vós, diletos casados, a precaução com cada cuidado contra os perigos das discordâncias, externas e internas, duas sobretudo: a desconfiança demais solicita a nascer, e o ressentimento demais lento para morrer. (AUDIÊNCIA GERAL– HARMONIA DAS ALMAS, 22/11/1939).

Zica (2015) descreve que não existe um término para a construção da identidade de gênero, pois “durante toda a vida o sujeito irá se debater entre, de um lado, os modelos prescritivos de gênero, sempre idealizados e circunscritos a cada período e lugar específico”. Assim, como poderá colidir sua realidade com a “falta de adequação a qualquer uma dessas prescrições devido, simplesmente, à condição irreduzível de sua individualidade que é sempre, em algum ponto, singular” ²¹.

Nisto consiste os diversos contatos, inferências e estímulos que regem o indivíduo em suas experiências e escolhas. Enquanto nos aspectos que tangem às consideradas dissonâncias, na relação conjugal aparecem as diferenças e o compromisso do homem e da mulher com a manutenção deste conjunto harmônico a manifestar-se na família por meio do casamento cristão:

De fato, as diferenças de temperamento e caráter não se maravilham em dois casados que unem as suas vidas: são diferenças que não surpreendem suas aparências, porque não perpassam os termos e as normas de um mútuo acordo; onde também características diferentes muitas vezes admiravelmente se compondo e integrando aperfeiçoando-se. A dificuldade começa no momento que um e outro, ou seja, um e o outro, se refutam em ceder em questões fúteis, por causa de puro gosto, em desejos de tudo pessoais. (AUDIÊNCIA GERAL– OS INIMIGOS DA UNIÃO INDISSOLUVEL, 08/07/1942). Todavia por calorosa que se tenha tal gratidão, vós, homens, podem e devem fazer mais. A vossa perfeição de chefes de famílias não consiste unicamente em cumprirem as ações atinentes a vossa profissão, ao vosso ofício ou a vossa arte particular, fora ou dentro de casa; em casa mesmo que é domínio próprio de vossa esposa, também você tem uma parte ativa a cumprir. Você, mais valido em força, você frequentemente mais destro em uso de instrumento ou equipamentos, você em atitude na sua habitação encontrará antes tudo em muitos pequenos trabalhos momento e lugar para operações as quais são mais do homem que da mulher. (AUDIÊNCIA GERAL– O HOMEM NA FAMÍLIA, 15/04/1942).

²¹ *ibid.*, p. 21.

Identificar este aparente movimento de mudança nas relações de gênero permite a notoriedade das vivências atuais à luz da historicidade de experiências do masculino e do feminino que marcam ainda muitos homens e muitas mulheres em suas relações sociais (ZICA, 2015). Os lugares até então demarcados para a mulher aparecem tendo um incentivo como estratégia de autorização da Igreja Católica para se modificar. A mulher ainda aparece tendo como lugar de domínio o lar, mas não sendo apenas de atividade única dela, e sim, com a cooperação do homem, para o qual também se mantém o estereótipo da força, da habilidade com as ferramentas e equipamentos em detrimento de outras.

Percebemos que já naquele momento, embora mantendo uma ambiguidade na questão de gênero em relação às especificidades do masculino e feminino, se sinalizava no pensamento católico, uma possível cooperação nas relações de gênero no âmbito familiar. Constatamos uma modificação na maneira de abordar o mesmo convívio conjugal no pensamento católico:

Na vida da família, uns são os deveres próprios do homem, outros específicos à mulher, a mãe; mas nem a mulher pode permanecer inteiramente estranha ao trabalho do marido, nem o marido à solicitude da mulher. Quando deve ser fato em uma família o querer ser em qualquer maneira fruto de colaboração, obra, em qualquer grau, comum dos dois. Que coisa quer dizer colaborar? Significa talvez a simples soma de duas forças, cada uma opera por conta própria, como quando em um trem muito pesado se ligam duas locomotivas, que cada uma consome sua energia? Isso não é uma verdadeira colaboração; enquanto pelo contrário o maquinista e o fogueiro põe uma e por outra máquina (como o maquinista e a assistente em moderna «locomoção» por tração elétrica) em senso próprio colaboram materialmente e conscientemente para assegurar um bom andamento. Cada um desses faz o seu trabalho próprio, mas não sem preocupar-se com seu companheiro, aliás, regulando a sua ação sobre aquela do outro, sobre o que precisa e que pode esperar dele. (AUDIÊNCIA GERAL–COLABORAÇÃO NA VIDA FAMILIAR ENTRE CÔNJUGES, 18/03/1942).

É imprescindível considerar as mudanças que aparecem nos atos de fala da Igreja Católica por meio de Pio XII. Notoriamente, houve uma flexibilização do discurso quando a instituição começa a sugerir a cooperação mútua e o relacionamento recíproco, embora delimitando ainda, que homem e mulher têm atribuições diferentes. Há um incentivo para que ambos se ajudem e disponham de seus trabalhos próprios, preocupando-se um com o outro.

Esta articulação com a cooperação passa pelo esforço pessoal em prol de um relacionamento funcional e harmonioso, mas também se volta às atividades do cotidiano com bastante ênfase:

A colaboração humana quer estar com a mente, com a vontade e com o trabalho. Com a mente, porque na realidade apenas criaturas inteligentes podem trabalhar juntas, junte-se a sua ação livre. Aqueles que colaboram não apenas adicionam seus esforços por conta própria, mas os adaptam aos de outros, para secundá-los e fundi-los em um efeito comum. Assim, a colaboração será um subordinado a obra particular de cada organicamente, a um pensamento comum, para um objetivo comum, que tudo em si mesmo e ordenar comensurável hierarquicamente, e cujo desejo comum abordar todos os intelectos em um mesmo interesse, e vai apertar o animar em um afeto mútuo, movendo-os para aceitar a renúncia de sua independência para dobrá-los a cada necessidade que requer a realização desse objetivo. (AUDIÊNCIA GERAL– COLABORAÇÃO NA VIDA FAMILIAR ENTRE CÔNJUGES, 18/03/1942).

Abordar as relações de gênero é se deparar com construções culturais. Nelas, enfatizamos o caráter social, portanto, histórico das concepções sobre as diferenças sexuais, profundamente marcada pelo domínio masculino milenar, questão que ainda não se dissolveu na sociedade contemporânea. Nota-se que neste fragmento citado acima, o pontífice inverte a lógica da inflexibilidade nas relações conjugais, propondo que a cooperação passe a ser a única subjugada pelos dois, sem prevalecimento de um ou de outro, mas com a busca do bem comum.

Pontuando o afeto mútuo que os levam a dobrar-se pela consolidação da cooperação, entendemos que neste aspecto a Igreja Católica sugere uma transição para as relações de gênero, permeadas ainda por uma interpretação patriarcal, devido à manutenção de um lugar previamente estabelecido para o homem, assim como para a mulher. A leitura da instituição sobre as relações de gênero demonstra a necessidade de reeducar os casais para que vivam melhor seus papéis sociais:

A partir daqui vocês entendem como trabalhar em conjunto, engajar a mente, à vontade e o trabalho, nem sempre é fácil de realizar perfeitamente. Junto com esta grande ideia de unidade e cooperação de forças, com esta convicção íntima do objetivo a ser atingido com este desejo ardente de chegar lá a qualquer custo, o trabalho também pressupõe o entendimento mútuo, sincera estima e senso da necessidade de contestar que os outros fazem e devem fazer pelo mesmo fim, uma ampla, condescendência sensata em considerar e

admitir a inevitável diversidade de funcionamento, não para eles a raiva, mas para tirar proveito dela. É necessário, portanto, mesmo a equipe em abnegação, quem sabe superá-lo e ceder, em troca de querer prevalecer longo sua opinião, e sempre reservar os trabalhos que mais gosta e aprecia. (AUDIÊNCIA GERAL– COLABORAÇÃO NA VIDA FAMILIAR ENTRE CÔNJUGES, 18/03/1942).

Esta perspectiva, quanto das interações entre as “definições de masculino e feminino, e dos papéis designados para homens e mulheres” (STEARNS, 2007, p. 15), sugerem o enquadramento das relações de gênero, mas o encontro entre a cultura e a dinâmica social, evidentemente, mobiliza-os para a flexibilização dessas, pois em consonâncias com as reivindicações sociais e demais mudanças no cenário cultural, faz-se necessário que a instituição religiosa reorganize seu discurso para responder às questões postas em debate.

Umas das preocupações que marcavam o período em estudo era com a difusão das concepções comunistas, pois era de repercussão em nível internacional de alcance e mobilização social com força de organização burocrática como a da Igreja. Estas concepções eram adeptas de outros modos de organização das relações de gênero, não tendo o casamento e o matrimônio como principal configuração.

Sabe-se que houve um crescimento expressivo no processo de emancipação feminina, que eram resultados de conquistas significativas para as mulheres, empreendido principalmente pelo movimento feminista, o qual alçou uma maior articulação ao longo do século XIX. Por esta razão, no século XX, o movimento feminista estava em tensão com os valores propostos pela Igreja Católica para a família, evidentemente por conta de uma busca e prática constante por parte das mulheres por independência (GARCIA, 2011).

Estas repercussões trouxeram expressivas modificações para as relações sociais, provocando a inovação por parte de mulheres e homens frente a sua vida cotidiana. Podemos ressaltar a reorganização dos papéis sociais especificamente nas relações de gênero:

A grande conquista do projeto feminista de igualdade na diferença foi a possibilidade de mudança nas relações de gênero, na medida em que as mulheres (e os homens) puderam se libertar dos velhos estereótipos e construir novas formas de se relacionar, agir e se comportar. Essa possibilidade tem permitido aos homens se libertarem do peso do machismo e às mulheres se libertarem do imperativo do feminino,

ambos podendo ser sensíveis, objetivos, fortes, inseguros, dependentes, independentes, com liberdade e autonomia, e não seguirem imperativos categóricos determinados pelo gênero. É assim que se concretiza a idéia de gênero como construção social. Nessa perspectiva, a reconstrução do feminino leva necessariamente à reconstrução do masculino. Essa relação nunca será uma relação sem conflito; ao contrário, será sempre um espaço de luta e tensão dialética, onde estão em jogo diferentes poderes e desejos. Por isso, é importante que homens e mulheres, nas suas experiências subjetivas, possam exercer a lógica, a razão, a intuição e a sensibilidade para construir novos valores e novas formas de se relacionar na vida afetivo-sexual, no casamento, na família, no trabalho, enfim, em todas as relações sociais. (ARAUJO, 2005, p. 48).

Por isso, ao investigar a educação de gênero que era promovida pela Igreja Católica de 1939-1958, nos voltamos à compreensão dos diferentes lugares, culturas e temporalidades aos quais estes discursos se estenderiam, a inseri-los na história mundial, visto que a Igreja, como uma instituição governamental que compõe a organização social, movimenta-se no âmbito das relações internacionais.

A produção de significado que a instituição promove nestas ocasiões redirecionam a leitura que os crentes e não crentes fazem de sua prática. Esta interface promove a performance da Igreja frente ao debate que sustenta e busca se sobressair. O enunciador busca modos de alternar a estabilidade do discurso a fim de garantir a aprendizagem e reflexão de seu público, por isso, utiliza-se das metáforas muito comuns ao discurso religioso, assim como as parábolas. Estes modos de alternâncias permitem em alguma medida a doutrinação, devido a propiciar ao máximo o efeito dos atos de fala sobre os interlocutores do debate e, sobretudo, sobre seus fiéis.

Por fim, compreende-se que durante as Audiências Públicas, a Igreja Católica utilizou-se de recursos bastante dinâmicos para promover sua concepção de relação de gênero, dirigindo-se diretamente ao público que ela julgava precisar, em sua percepção, intervir para educar ou reeducar dentro de seus valores e princípios doutrinários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a trajetória de Eugenio Pacelli como parte da estrutura hierárquica da Igreja Católica. Voltamos a nossa atenção para sua trajetória formativa com o fito de analisar o modo com que suas experiências lhe possibilitaram que chegasse ao alto cargo de pontífice da instituição. Esta análise fez perceber que Eugenio Pacelli compunha uma família inserida nas atividades operacionais da Santa Sé por mais de duas gerações. Esta condição lhe favoreceu e compôs importante parte do conjunto de vetores que lhe propiciaram uma carreira exitosa, vindo a exercer funções importantes entre seu ordenamento o papado.

A construção da narrativa, que elencou aspectos específicos sobre a trajetória formativa de Eugenio Pacelli, explicitou como as camadas de experiência adquiridas ao longo de sua formação o preparou e o autorizou a ser papa. Devido à Igreja Católica ser uma organização internacional milenar, que tem uma estrutura de linguagem própria com potencial retórico sofisticado e selecionado, de acordo com as suas convenções interna e externas, age minuciosamente na capacitação dos que atendem a seus critérios institucionais.

Os sujeitos são escolhidos, preparados e formados para exercer as funções que predispõem o fortalecimento da instituição. Eles são cooptados pelo potencial diplomático e adequação ao projeto político e educacional da Igreja. A estrutura absorveu Eugenio Pacelli para compor suas instâncias hierárquicas devido a referência familiar e pela demonstração de aptidão demonstrada por ele para administração dos interesses institucionais. Deste modo, Eugenio passou a posicionar-se como jogador competente ao executar e gerir as funções que desempenhou na Igreja Católica. Em ocasião em que este cometeu algum equívoco, a instituição atuou com medidas protetivas para preservar o que convém à comunidade de falantes, referindo-se a Pio XII com discursos apologéticos e edificantes. De modo sutil, moveram as regras do jogo para que ele se mantivesse ativo, assim cada vez mais alcançou níveis de comprometimento maior com a instituição e com o seu projeto de poder.

As oportunidades conferidas a Pacelli demonstram a tradição que vinha no curso da história da instituição para aquele período histórico quanto aos critérios de inclusão e exclusão para ascensão institucional. Evidentemente, não tivemos aqui a

intenção de generalizar este curso como se o processo se estendesse igualmente aos próximos papas, visto que posterior a Pio XII pode-se perceber a escolha do conclave por um pontífice com perfil contrastante ao de Pacelli, embora também de nacionalidade italiana.

Entretanto, a constituição de Eugenio Pacelli como Pio XII foi possível por diversos fatores e alguns deles correspondem à disposição, condição favorável em se desenvolver e se manter no jogo institucional, assim como pelas capacitações adquiridas em cada função exercida nos cargos de confiança que lhe foram designados, como o último, antes do papado, como Núncio apostólico na Alemanha durante o pontificado de Pio XI. Inclusive, ao ser eleito papa, escolhe a identidade institucional de seu antecessor, sinalizando a intenção de continuidade na política para gerir a instituição.

Ter atuado como supremo pontífice de uma instituição como a Igreja Católica foi consequência de ter sido forjado dentro das propriedades de comunicação desta com o mundo. A aprendizagem e a aquisição do traquejo, linguagem, retórica, convenções e o processo de incorporação ou exclusão de aspectos dogmáticos e doutrinários, foram determinantes para que ocupasse o lugar mais alto na hierarquia eclesiástica, tornando-se deste modo o porta-voz de uma organização internacional para um tempo de conflito, tensão e mudanças sociais.

Esta figura institucional, que era autorizada a falar em nome da Igreja Católica para o mundo, representando a pessoa de Jesus Cristo, atuava enfrentando os temas selecionados como de interesse para firmar o projeto de poder da Igreja na sociedade. Por isso, frequentemente a disputa do conceito de autoridade era utilizada para reafirmar o poder sobrenatural conferido à Igreja para aproximar os fiéis de Deus. Sendo assim, os discursos institucionais mostram-se articulados com as ocorrências externas, não como reação, mas em estado permanente de ação.

A Igreja Católica Apostólica Romana como instituição organizada em instâncias hierárquicas busca constantemente garantir a sua vitalidade em consonância com a dinâmica social. Dotada de organismos internos para conduzir as atividades em nível internacional, a Igreja confere ao Papa o lugar de autoridade, política, educacional e divina, mas demanda das instâncias operacionais a execução da gestão de seu projeto de poder. Evidentemente, há uma linguagem compartilhada pela comunidade eclesiástica para introduzir momentâneas ou duradouras mudanças no discurso católico.

Os elementos utilizados para endossar a autoridade papal como a fidelidade ao papado, despersonalização do cargo, o lugar de autoridade como cátedra de Pedro apóstolo, o Papa como vigário de Cristo, e a Igreja como esposa de Cristo são mobilizados na retórica católica para endossar a postura da instituição em regular e normatizar as práticas sociais. Esta estratégia, por meio da linguagem, busca persuadir os crentes e produz prescrições institucionais de poder frente ao Estado, às organizações políticas como o comunismo, encarado como principal inimigo da Igreja no período, e aos movimentos políticos sociais como o feminismo. Deste modo, a linguagem institucional atua na mobilização e articulação dos fiéis para a difusão da espiritualidade católica, a fim de fortalecer suas convicções institucionais para obter êxito nas intervenções feitas na esfera pública e privada.

Em grande medida, a interlocução da Igreja aconteceu, durante o período estudado, de acordo com os fatos que estavam em tensão com seu projeto de poder, como: o socialismo; o comunismo; a laicização da sociedade; a tomada de consciência das mulheres e a organização política desenvolvida por elas, o que originou o feminismo; os estudos sobre a desigualdade dos sexos; as reivindicações pela dignidade da mulher; o processo de equiparação de oportunidades na esfera pública e privada entre homens e mulheres; as mudanças sociais e culturais na hierarquização das relações de gênero; e a mudança da realidade feminina no período de guerra e imediatamente posterior a ela.

Em consonância com as evidências de assuntos enfrentados pela instituição atinentes à mulher moderna durante o pontificado de Pio XII, podemos responder à indagação que norteou este estudo: Qual o lugar que a mulher ocupava no debate da Igreja Católica no período de 1939 a 1958? A mulher moderna estava entre as prioridades do discurso católico. Por incomodar a instituição, devido às práticas cotidianas emergentes no período em estudo se distanciarem, em grande medida, da regulação e normatização feita pela Igreja em períodos anteriores, quanto aos comportamentos e espaços ideais para as mulheres católicas. As mudanças na dinâmica das relações de gênero e nos papéis desempenhados pelas mulheres católicas e não católicas como a inicialização profissional; a regulação da natalidade; os casamentos apenas no civil; o exercício de cargos políticos; após as guerras, revoluções e industrialização, entraram em tensão com o ideal de mulher produzido pela instituição na matriz do discurso católico.

Neste caso, as mudanças no universo feminino movimentaram a Igreja a posicionar-se. No início do pontificado de Pio XII, percebemos que havia um tom encorajador para com as mulheres devido os momentos de guerra, que provocaram no mundo a instabilidade e as catástrofes humanas. Este sentido de encorajamento passou a ter uma conotação de admiração e reconhecimento do potencial das mulheres em se mostrarem cada vez mais capazes de se inserirem em esferas até então restritas aos homens. Posteriormente, este eixo condutor do encorajamento, admiração e reconhecimento, que atuou como possibilidade para a instituição direcionar as mulheres, se desloca para canalizar o potencial feminino na difusão da doutrina cristã católica.

Deste modo, nos questionamos inicialmente quanto às mulheres católicas: Quais eram as regulações de valores, práticas culturais e lugares ideais para elas durante o pontificado de Pio XII? Em nossa análise, foi possível perceber que a Igreja, constatando que era irreversível o processo de emancipação feminina, o qual considerou ter sido acelerado pelas guerras, empreende uma postura para reeducar a mulher moderna dentro das normatizações estabelecidas para a “nova mulher” católica. A dinâmica institucional intensifica o debate acerca das mulheres católicas a fim de incutir valores, práticas e lugares considerados ideais para ela, com intuito de evitar o declínio da espiritualidade e moral católica. Os pronunciamentos da instituição regulavam as práticas femininas atreladas a conceitos normativos que foram reelaborados para regerem a educação feminina cristã no período. Estas regulações eram atinentes às mulheres como modelos de piedade filial, modéstia, recato, castidade, pureza, moral, caridade, servidora, generosidade, obediência, ternura, educadora de almas, precursoras e difusoras da paz.

Estas normatizações no debate católico no período do pontificado de Pio XII disputavam as práticas cotidianas das mulheres que emergiam com força no momento histórico. Em grande medida as práticas disputadas pela Igreja Católica referiam-se às mulheres que recusavam o casamento católico aderindo à defesa do amor livre; utilizavam métodos contraceptivos; reivindicavam a liberdade de ação na esfera pública; se distanciavam da esfera doméstica por ocasião de trabalho; se permitiam às práticas sexuais sem vínculo matrimonial; buscavam o desenvolvimento artístico; engajavam-se no exercício de educação física; investiam no enaltecimento do corpo; prezavam pela sensualidade; aderiam a novos modelos

de vestuários; as divorciadas; frequentavam ambientes públicos compartilhando espaços como cinema, shows, teatros, praças, escola, e trabalho.

Em contrapartida, a Igreja, ao trabalhar em prol de padrões de comportamento feminino, demonstrava-se como admiradora das mulheres que escolhiam frente às novas tendências femininas, manter-se sob a orientação cristã. O enaltecimento do papel da “nova mulher cristã” na sociedade era enfaticamente utilizado pela instituição como meio de constrangimento para as mulheres cristãs aderirem ao ideal cristão de sua época. Por isso, a instituição enfrentou ativamente os temas relacionados à mulher moderna, tendo feito mais de 100 enunciações referentes às tensões entre o ideal de mulher cristã católica e às novas expressões de feminino.

A Igreja Católica elevava as mulheres cristãs a um nível de importância institucional e ao mesmo tempo as responsabilizava pelo declínio da moral cristã católica, chegando a mencionar que as mulheres estavam em dívida com o catolicismo moderno. As medidas coercitivas envolvidas na retórica paternal do pontífice, ou maternal da Igreja, reduziam os impactos negativos dos atos de fala, aumentando, assim, as possibilidades de regulação do comportamento das mulheres católicas.

Esta estratégia aconteceu, do mesmo modo, quando a instituição adentrou o cenário das disparidades nas relações de gênero e colocou-se em disputa para a manutenção da hierarquização masculina nos casamentos católicos. Com a inserção das mulheres no universo do trabalho e com o aumento dos índices de divórcio, a Igreja Católica passa a reeducar os casais cristãos para o modo de se relacionarem no mundo moderno. Sendo assim, evita fazer menção às mulheres como submissas aos maridos, e restringe-se ao falar do homem como chefe da família, mas orienta ambos para a cooperação nas atividades domésticas e na reciprocidade afetiva.

Embora mantenha o modelo de esposa atrelado à santidade de Maria e o modelo de esposo atrelado à santidade de José, prezando pela hierarquização masculina nos casamentos católicos, a Igreja favoreceu as modificações nas relações de gênero. De um lado, a instituição suspendeu a ênfase na submissão feminina e deslocou o sentido de sua linguagem para a colaboração entre os cônjuges. De outro lado, incentivou a colaboração feminina por meio dos trabalhos externos ao lar, mesmo referindo-se a funções que atendessem suas tendências

naturais, assim como, incentivou a participação masculina nas atividades domésticas, mesmo considerando este ambiente de domínio da mulher.

Ao nos questionarmos sobre quais foram as maneiras de enfrentamento que a Igreja Católica utilizou para participar dos debates sobre as disparidades nas relações e papéis de gênero, pudemos identificar e analisar que para enfrentar estas tensões a Igreja ativou elementos dogmáticos e doutrinários de fé, os quais atuam como artifícios para produzir o convencimento sobre suas convicções. Os discursos edificantes promovidos pela instituição mostraram-se como recursos educativos para inovar nos contextos de conflito, a fim de dirigir as relações de gênero e as mulheres católicas em suas práticas cotidianas.

Em grande medida, a instituição desenvolveu suas práticas reguladoras e normatizadoras por meio de discursos enunciados pelo pontífice Pio XII em ocasiões públicas de encontros com os fiéis católicos. As Audiências Gerais, por exemplo, espaço reservado ao encontro dos crentes, homens e mulheres, com o pontífice para ouvi-lo sobre assuntos selecionados pela Igreja Católica, se tornaram uma estratégia para tratar assuntos referentes aos casais católicos.

Em relação às mulheres católicas, a estratégia se mantinha, pois em ocasiões celebrativas, reuniões, congressos, encontros nacionais e internacionais dos movimentos e pastorais com atividades conduzidas pelas mulheres, a instituição adequava sua linguagem para estabelecer padrões de comportamentos. Deste modo, a Igreja Católica alterava a estabilidade de seu discurso sobre as mulheres católicas e as relações de gênero, a fim de garantir a aprendizagem e reflexão de seu público.

Por meio das parábolas e metáforas muito comuns na organização da linguagem institucional, a Igreja acessava a esfera privada e originava um movimento de educação de gênero preocupado em modificar o modo de pensar e agir dos fiéis. Os recursos utilizados na retórica institucional mostraram-se dinâmicos e com potencial de uma relação pedagógica da Igreja com os crentes. Embora a Igreja Católica seja uma instituição governamental que compõe a organização social a nível internacional, a relação pedagógica que estabelece com seus fiéis busca preservar seu projeto de poder.

Sendo assim, compreendemos que neste estudo obtivemos resultados significativos quanto à correlação da educação de gênero com o catolicismo produzido pela alta hierarquia católica. Entretanto, como toda pesquisa científica,

esta investigação alcança resultados parciais e passíveis de questionamentos e aprofundamentos. As fontes oriundas da Igreja Católica classificadas como documentos pontifícios, utilizadas nesta pesquisa, trazem inúmeras oportunidades para pensar, estudar e analisar o período histórico de 1939 a 1958.

Por fim, esta pesquisa no âmbito da História da Educação, sob a perspectiva da História Intelectual, passa a compor um universo de possibilidades para pensar e interpretar os fenômenos históricos, sobretudo quanto à educação feminina e as relações de gênero em tensão com ideal católico produzido pela alta hierarquia no período em estudo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, D. A. **O Catecismo da Igreja Católica e a construção sócio-cultural da concepção de mulher. Dissertação** (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2002.

ALGRANTI, L. M. **Prefácio**. In: FAVARO, Cleci Eulalia. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ALBERIGO, Giuseppe. (coord.). **O catolicismo rumo à Nova Era: o anúncio e a preparação do Vaticano II** (janeiro de 1959 a outubro de 1962). Petrópolis: Vozes, 1995.

ALMEIDA, J. S. de. As gentis patrícias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920/1940). *Educar em revista*, n. 48, p. 187-205. Curitiba: UFPR, 2013.

ARAÚJO, C. Apresentação. In: POCKOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

ARAÚJO, M. de F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psic. Clin*, vol.17, n.2, p.41 – 52. Rio de Janeiro, 2005.

BACZKO, B. Imaginário social. In: *Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BERNABÉ, G. R. Summi Pontificatus: as relações internacionais da Santa Sé sob Pio XII. 2011. **Tese** (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BÍBLIA PASTORAL. Português. **Nova Bíblia Pastoral**. São Paulo: *Paulus*, 2014.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOCK, Gisela. História, história das mulheres, história do gênero. In: Penélope. **Fazer e desfazer história**. Dossier, n. 4, nov. 1989.

BROWN, P. **Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1990.

BRUNELLI, D. **Libertação da mulher: um desafio para a Igreja e a Vida Religiosa na América Latina**. Rio de Janeiro: CRB, 1988.

CAES, A. L. **As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

CARDOSO, E. S. **Contra o liberalismo, a favor da democracia: a concepção política da Igreja Católica em meados do século XX.** 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

CARVALHO, F. C. de P. e S. **A Igreja Católica e a educação feminina no curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus 1936-1956.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORBIN, A; COURTINE, J. J; VIGARELLO, G. **História da Virilidade:**a invenção da virilidade – Da antiguidade às luzes. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORBIN, A; COURTINE, J. J; VIGARELLO, G. **História da Virilidade:**o triunfo da virilidade, o século XIX. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORBIN, A; COURTINE, J. J; VIGARELLO, G. **História da Virilidade:** a virilidade em crise? Século XX e XXI. Vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2014.

DAVIS, N. Z. Women's history in transition: the European case. *Feminist Studies*, n. 1, p. 83-103, 1976.

DIAS, M. O. O papel da mulher na família, na sociedade e na Igreja nos documentos pontifícios de Leão XIII a João Paulo II. *Rev. Didaskalia*, vol. 29, p. 353-373. Lisboa, 1999.

DUFFY, E. **Santos e pecadores:** história dos papas. Portugal: Edições 70, 2008.

FAVARO, C. E. **Imagens femininas:** contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FIORENZA, E. S. **As origens cristãs a partir da mulher.** Uma nova hermenêutica. São Paulo: Paulinas, 1992.

FIORENZA, E. S. **Discipulado de iguais:** Uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011.

GIBELLINI, R. **A outra voz da teologia:** esboços e perspectivas de teologia feminista. In: LUNENCHENU, M. T.; GIBELLINI, R. *Mulher e Teologia.* São Paulo: Loyola, 1992.

GOLDMAM, W. *Mulher. Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936.* São Paulo: Boitempo/Iskra Edições, 2014.

GOMES, C. de S. **Mulheres plurais:** a educação feminina à luz da missão educativa da Igreja Católica. 2015. 137f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba/SP, 2015.

GUARIZA, N. M. **As guardiãs do lar:** a valorização materna no discurso ultramontano. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2003.

GUARIZA, N. M. **Incorporação e (re)criação nas margens:** trajetórias femininas no catolicismo nas décadas de 1960 e 1970. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2009.

HOBBSAWM. E. J. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, T. **Pós-guerra:** uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KERTZER, D. I. **O Papa e Mussolini** – A conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Ed. PUC-Rio, Contraponto: Rio de Janeiro, 2006.

NOGUEIRA, C. **Um novo olhar sobre as relações de gênero:** feminismo e perspectivas críticas na Psicologia Social. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MATOS, M. I. S. de. (org). **O corpo feminino em debate.** São Paulo: UNESP, 2003.

MCBRIEN, R. P. **Os papas, os pontífices:** de São Pedro a João Paulo II. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

PERROT, M. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2003.

ROHDEN, F. **A arte de enganar a natureza:** contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

SANTOS, F. C. **Entre o altar e a fogueira:** relações de gênero na censura católica a romances (1907-1924). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2017.

SILVA, R. O Contextualismo linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Rev. Ciências Sociais*. Vol. 53, n. 2, p. 299-335. Rio de Janeiro, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais.** in: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SOFFIATTI, E. S. C. **Pio XII e a origens do Concílio Vaticano II**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016.

SOUZA CANDIOTTO, J. de F. S. **Teologia na perspectiva das relações de gênero**: A contribuição da hermenêutica bíblica. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Gávea, 2008.

SOUZA, L. T. **Um estudo sobre as principais acusações e defesas sobre antissemitismo e omissão de Pio XII nos episódios da Shoah**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SCHALLENMUELLER, C. J. **Tradição e Profecia**: O pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social (1952-1964). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, n. 2, p. 71-97, jul./dez. 1995.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

TEPEDINO, A. M. **As discípulas de Jesus**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990.

TEPEDINO, A. M. Gender and new (re- newed) Images of the Divine. *VoicesFrom The Third World*, Estados Unidos da América, v. XXXIV, n. 1, p. 84-96, 2001.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. In: *Cadernos Pagu*, n. 3, Campinas, p. 29-62, 1994.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**: a queda do tzarismo. Trad. E. Huggins. Editora do centenário. Brasília: Senado Federal, 2017.

VALERIO, A. **A presença feminina no Vaticano II**: As 23 mulheres do Concílio. São Paulo: Paulinas, 2014.

VIEIRA, C. E. Contextualismo linguístico: contexto histórico, pressupostos teóricos e contribuições para a escrita da história da educação. *Rev. bras. hist. educ.* V. 17, n. 3 (46), p. 43-67, Maringá-PR, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ZAGHENI, G. **A idade contemporânea**: curso de História da Igreja IV. Trad. José Maria de Almeida. Ed. Paulus, São Paulo, 2011.

ZICA, M. da C. e. **Masculinidades possíveis**: representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro. Ed. UFPB: João Pessoa, 2015.

FONTES

Constituições Apostólicas

JOÃO XXIII. Constituição Apostólica *Humanae Salutis*: sobre a convocação do Concílio Vaticano II – 25/12/1961. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html

JOÃO PAULO II. Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges*: sobre a promulgação do Código de Direito Canônico – 25/01/1983. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_25011983_sacrae-disciplinae-leges.html

PIO XII. Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*: sobre a definição do dogma da Assunção de Nossa Senhora em corpo e alma ao céu – 01/11/1950. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html

Discursos de outros papas sobre o pontificado de Pio XII

BENTO XVI. Discurso aos participantes no congresso sobre "A herança do magistério de Pio XII e o Concílio Vaticano II" promovido pelas Universidades Lateranense e Gregoriana – 08/11/2008. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20081108_congresso-pioxii.html

JOÃO PAULO II. Discurso no término da conferência em comemoração dos pontífices Pio XII e João XXIII – 08/10/1983. Disponível em: http://m.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1983/october/documents/hf_jp-ii_spe_19831008_pio-xii-giovanni-xxiii.html

Discursos realizados durante o pontificado de Pio XII

PIO XII. Às leitoras da revista Alba – 17/05/1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1942/documents/hf_p-xii_spe_19420517_lettrici-alba.html

_____. Aos XXV anos da juventude feminina da Ação Católica Italiana – 24/04/1943. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1943/documents/hf_p-xii_spe_19430424_azione-catt-femminile.html

_____. Aos representantes da imprensa da América, Grã Bretanha e França – 8/06/1944. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/en/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19440608_stamp-estera.html

_____. Aos participantes da Conferência da Juventude Italiana da Ação Católica promovida pela presidência central – 20/04/1946. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1946/documents/hf_p-xii_spe_19460420_azione-cattolica.html

_____. Às congressistas da União Internacional das Ligas Femininas Católicas – 12/09/1947. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1947/documents/hf_p-xii_spe_19470912_leghe-femm-cattoliche.html

_____. Aos participantes do Congresso Internacional dos Estudos Sociais, em 03 de Junho de 1950. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1950/documents/hf_p-xii_spe_19500603_studi-sociali.html

_____. Às participantes do Congresso da Federação Mundial da Juventude Feminina Católica – 18/04/1952. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1952/documents/hf_p-xii_spe_19520418_soyez-bienvenues.html

_____. Às participantes do Congresso da União Mundial das Organizações de Mulheres Católicas – 24/04/1952. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1952/documents/hf_p-xii_spe_19520424_donne-cattoliche.html

_____. Às superiores gerais das ordens e institutos religiosos femininos – 15/09/1952. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1952/documents/hf_p-xii_spe_19520915_istituti-religiosi-femminili.html

_____. À Peregrinação Internacional da Associação das Filhas de Maria Imaculada – 17/07/1954. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1954/documents/hf_p-xii_spe_19540717_pellegrinaggio-maria-immacolata.html

_____. Aos participantes do VI Congresso Internacional dos Mestres Costureiros – 10/09/1954. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1954/documents/hf_p-xii_spe_19540910_maestri-sarti.html

_____. Às jovens da Ação Católica da Espanha que participaram do Congresso Internacional da Federação Mundial das Juventudes Femininas Católicas – 09/04/1956. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/es/speeches/1956/documents/hf_p-xii_spe_19560409_giovani-spagna.html

Encíclicas

PIO XII. Encíclica *Summi Pontificatus*: sobre o programa do pontificado – 20 de Outubro de 1939. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus.html

_____. Encíclica *Sertum Laetitiae*: sobre 150º aniversário da constituição da hierarquia eclesiástica nos EUA – 01/11/1939. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_01111939_sertum-laetitiae.html

_____. Encíclica *Mystici Corporis Christi*: sobre o corpo místico de Cristo e a união dos fiéis nele – 29/06/1943. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html

_____. Encíclica *Deiparae Virginis Mariae*: sobre a proposta de definição do dogma da Assunção de Maria – 01/05/1946. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_01051946_deiparae-virginis-mariae.html

_____. Encíclica *Mediator Dei*: sobre a sagrada liturgia – 20/11/1947. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20111947_mediator-dei.html

_____. Encíclica *Humani Generis*: - 12/08/1950. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_12081950_humani-generis.html

_____. Encíclica *Sacra Virginitas*: - 25/03/1954. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_25031954_sacra-virginitas.html

Magistério da Igreja

JOÃO PAULO II. Catecismo da Igreja Católica. Ed. 1. São Paulo: Loyola, 1999.

JOÃO PAULO II. Código de Direito Canônico. Ed. 1. São Paulo: Loyola, 1987.

Audiências Gerais

PIO XII. A primeira audiência aos cônjuges – 26 de abril de 1939. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390426.html

_____. O Santificador do Casamento – 03 de Maio de 1939. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390503.html

_____. A rainha celeste – 10 de maio de 1939. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390510.html

_____. A alegria imutável – 17 de maio de 1939. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390607.html

_____. Fundadores de novas famílias – 24 de maio de 1939. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390524.html

_____Virtudes domésticas – 31 de maio de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390531.html

_____O alimento celeste – 07 de junho de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390607.html

_____O soberano da família – 14 de junho de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390614.html

_____A missão de educar – 21 de junho de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390621.html

_____O patrocínio da SS. Apostoli – 28 de junho de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390628.html

_____Os ensinamentos da liturgia – 05 de julho de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390705.html

_____Garantia de santidade – 12 de julho de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390712.html

_____Os tesouros da união íntima com Deus – 19 de julho de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390719.html

_____Santa Aliança – 08 de novembro de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19391108.html

_____Cada casa um templo–15 de novembro de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19391115.html

_____Harmonia das almas –22 de novembro de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19391122.html

_____A castidade conjugal –06 de dezembro de 1939. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19391206.html

_____No berço do Rei Divino– 03 de janeiro de 1940. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1940/documents/hf_p-xii_aud_19400103.html

____ Presentes de casamento– 10 de janeiro de 1940. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1940/documents/hf_p-xii_aud_19400110.html

____ O ensinamento perene de viver Pedro– 17 de janeiro de 1940. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1940/documents/hf_p-xii_aud_19400117.html

____ Aspectos da nova vida 24 de janeiro de – 1940. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1940/documents/hf_p-xii_aud_19400124.html

____ Educadores de almas 31 de janeiro de – 1940. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1940/documents/hf_p-xii_aud_19400131.html

____ A colaboração na vida familiar entre cônjuges– 18 de março de 1942. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420318.html

____ A <<parte de Deus>> na família cristã – 25 de março de 1942. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420325.html

____ O homem na Família I – 08 de abril de 1942. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420408.html

____ O homem na Família II – 15 de abril de 1942. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420415.html

____ O nó divino que nenhuma mão humana pode desfazer I - 22 de abril de 1942. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420422.html

____ O nó divino que nenhuma mão humana pode desfazer II – 29 de abril de 1942. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420429.html

____ Os inimigos da união indissolúvel I – 17 de junho de 1942. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420617.html

____ Os inimigos da união indissolúvel II – 08 de julho de 1942. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420708.html

_____ Os inimigos da união indissolúvel III – 15 de julho de 1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420715.html

_____ Os auxiliares do Lar I – 22 de julho de 1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420722.html

_____ Os auxiliares do Lar II – 05 de Agosto de 1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420805.html

_____ Os auxiliares do Lar III – 19 de Agosto de 1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420819.html

_____ Felicidade conjugal I – 21 de outubro de 1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19421021.html

_____ Felicidade conjugal II – 04 de novembro de 1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19421104.html

_____ Felicidade conjugal III – 18 de novembro de 1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19421118.html

_____ Felicidade conjugal IV – 09 de dezembro de 1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1942/documents/hf_p-xii_aud_19421209.html

_____ As virtudes do lar doméstico I – 27 de janeiro de 1943. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1943/documents/hf_p-xii_aud_19430127.html

_____ As virtudes do lar doméstico II – 07 de abril de 1943. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1943/documents/hf_p-xii_aud_19430407.html

_____ As virtudes do lar doméstico III – 14 de abril de 1943. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1943/documents/hf_p-xii_aud_19430414.html

_____ As virtudes do lar doméstico IV – 05 de maio de 1943. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1943/documents/hf_p-xii_aud_19430505.html

_____ As virtudes do lar doméstico V – 12 de maio de 1943. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1943/documents/hf_p-xii_aud_19430512.html

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS COMPLEMENTARES

BENTO XVI. Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais e da sua admissão ao seminário e às ordens sacras – 31/05/2005. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html

BENTO XVI. A formação sacerdotal nos seminários: recomendações pastorais da Assembléia Plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina – 17 a 20/02/2009. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cbishops/pcal/documents/rc_cbish_ops_pcal_20090220_pastorale_po.html

BENTO XVI. Aos participantes no Congresso promovido pelas Universidades Lateranense e Gregoriana sobre “A Herança do Magistério de Pio XII e o Concílio Vaticano II – 08/11/2008. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20081108_congresso-pioxii.html

JOÃO PAULO II. Exortação apostólica pós-sinodal Pastores Dabo Vobis: Ao episcopado, ao clero e aos fiéis sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais – 25/03/1992. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031992_pastores-dabo-vobis.html

JOÃO PAULO II. Discurso durante o encontro com os peregrinos e devotos de Santa Rita de Cássia e com os Cavaleiros do Trabalho – 20/05/2000. Disponível: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2000/apr-jun/documents/hf_jp-ii_spe_20000520_santa-rita.html

LEÃO XIII. Carta Encíclica *Arcanum Divinae*: sobre o casamento e as convicções laicas – 10/02/1880. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_10021880_arcanum.html

PAULO VI. Decreto *Optatam Totius*: sobre a formação sacerdotal – 28/10/1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_optatam-totius_po.html

PIO X. Encíclica *Pascendi Dominici Gregis*: sobre as doutrinas modernistas – 08/09/1907. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html

PIO XI. Encíclica *Quas Primas*: sobre a festa de Cristo Rei – 11/12/1925. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_11121925_quas-primas.html

PIO XI. Encíclica *Mortalium Animos*: sobre a promoção da verdadeira religião – 06/01/1928. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html

PIO XI. Encíclica *Divini Illius Magistri*: Acerca da educação cristã da juventude – 31/12/1929. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html

PIO XI. Encíclica *Quadragesimo Anno*: sobre o capitalismo livre e a incompatibilidade do catolicismo com o socialismo – 15/05/1931. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html

PIO XI. Encíclica *Non Abbiamo Bisogno*: acerca do fascismo e da ação católica – 29/06/1931. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno.html

PIO XI. Encíclica *Vigilanti Cura*: sobre o cinema – 29/06/1936. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura.html

PIO XI. Encíclica *Mit Brennender Sorge*: sobre a situação da Igreja Católica na Alemanha – 14/03/1937. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html

PIO XI. Encíclica *Divinis Rdemptoris*: sobre o comunismo ateu – 19/03/1937. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html